

A historical map of the Almada and Seixal region. The map shows a river, likely the Tejo, flowing through the area. Several fortifications are depicted with red roofs and white walls. Labels in Portuguese include 'Almada', 'Seixal', and 'Alb. de S. Maria'. Handwritten numbers like '20', '30', and '35' are scattered on the left side. The map is partially obscured by a yellow text box.

ACTAS

1º ENCONTRO SOBRE O PATRIMÓNIO DE ALMADA E SEIXAL



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

ACTAS
DO
1º ENCONTRO SOBRE O PATRIMÓNIO
DE ALMADA E DO SEIXAL

19 e 20 de Maio de 2012

Auditório da Junta de Freguesia do Feijó

Centro de Arqueologia de Almada

Edição Realizada com o apoio de:

Junta de Freguesia de Caparica
Junta de Freguesia de Cacilhas
Junta de Freguesia da Charneca de Caparica

Ficha Técnica:

Título: Actas do 1º Encontro Sobre o Património de Almada e do Seixal

Coordenação: Elisabete Gonçalves; Franscisco Silva e Vanessa Dias

Edição: Centro de Arqueologia de Almada

Capa: Almada e Seixal em 1673. Coleção de Gravuras Portuguesas, 2ª série, Lisboa.

Revisão: Elisabete Gonçalves e Vanessa Dias

Paginação: CAA

Impressão: A Triunfadora

Tiragem: 350 exemplares

Depósito legal:

ISBN:

Data: 2013

Índice

<i>Al-madan no contexto da ocupação islâmica da Margem Sul do Tejo</i>	9
Maria Inês Raimundo	
Vanessa Dias	
<i>A Sul do Esteiro: 3 Sítios e Quintas históricas entre Corroios e Amora:</i> <i>Do Castelo em Corroios, Da Princesa no Rocio de Amora e Do Paço do Infante em Cheira-Ventos</i>	17
Rui M. Mendes	
<i>Pelos caminhos do Cruzeiro de Vale de Rosal</i>	29
Victor Reis	
<i>Trafaria, a História da Formação de uma Identidade</i>	33
Carlos Barradas Leal	
<i>Breve História da Costa de Caparica</i>	39
Francisco Silva	
<i>Memórias da Caparica pela pena de Bulhão Pato</i>	45
Rui Caetano	
<i>Reflexões Sobre Património Imaterial Marítimo a Partir da Experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal</i>	51
Elisabete Curtinhal	
Câmara Municipal do Seixal	
<i>A Indústria Vinícola em Cacilhas nos Séculos XIX e XX</i>	55
Luís Milheiro	
<i>Espaços Industriais e Comunidades Operárias: O Caso de Estudo da Margem Sul do Tejo e a Tradição Historiográfica Europeia</i>	63
Joana Dias	
<i>Memórias do Cinema em Almada</i>	69
Ângela Luzia	
Ester Margarida Nunes	
Museu da Cidade de Almada	
<i>Educação Patrimonial em Almada</i>	77
Elisabete Gonçalves	

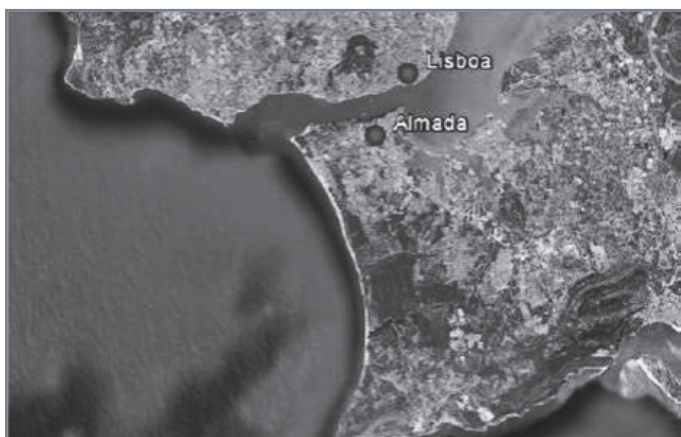
***Al-Madan* no contexto da ocupação islâmica da margem Sul do Tejo**

Maria Inês Raimundo
Vanessa Dias

Enquadramento Geográfico:

O concelho de Almada faz parte da Península de Setúbal, a Sul da Extremadura portuguesa e integra-se na Área Metropolitana de Lisboa. Tem como limites territoriais a orla ribeirinha do Tejo a Norte e Este; o oceano Atlântico a Oeste e os concelhos do Seixal e Sesimbra a Sul.

Geologicamente o território desta freguesia enquadra-se na Bacia do Tejo-Sado, dos períodos terciário e quaternário constituindo-se por estratos de épocas Miocénica e Plio-plistocénica, ou seja, a Norte e Oeste observam-se areias argilosas carbonatadas e calcários coníferos, a Sul e Este predominam as areias soltas e saibros (BARROS, 1998, p.10-11; BARBOSA e ALDANA, 2006, p.2).



• Fig. 1: Localização de Almada.

Aí, o relevo é moderadamente acidentado, constituindo-se por vales, depressões e pontos de média e alta altitude, nomeadamente no litoral voltado para o Tejo, nas zonas de Porto Brandão e Trafaria e na área da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica.

Esta estende-se ao longo da orla litoral, desde o aglomerado da Costa de Caparica até à Lagoa de Albufeira, com cerca de 13 km, cobrindo uma superfície de 1.599 ha, atravessando as freguesias de Caparica, Charneca de Caparica e de Costa da Caparica até ao concelho de Sesimbra.

Obviamente o Tejo representou durante séculos o principal recurso hídrico da região. As diversas actividades relacionadas com a sua exploração constituíram um dos principais meios de sobrevivência e subsistência das populações que se estabeleceram desde a Pré-história na margem Sul do Tejo. As praias da Costa de Caparica e a ribeira da Fonte Santa no Porto Brandão representam outros recursos hidrográficos desta região.

Enquadramento Histórico:

Foi, muito provavelmente, sob domínio visigodo que as forças islâmicas encontraram a actual cidade de Almada em meados do século VIII. Os motivos para a sua conquista foram as boas condições de defesa natural que ali existiam, erguendo-se uma fortaleza que possibilitava um grande controlo territorial sobre toda a área envolvente e sobretudo sobre o Tejo.

O castelo de Almada, hoje totalmente descaracterizado, remonta então aos movimentos de domínio e instalação dos contingentes muçulmanos nesta encosta escarpada a Sul do Tejo, que constituiu, também, especialmente em momentos de maior instabilidade, um território de Fronteira do *Al-Ándalus*. Aparentemente, a tomada do território por estes contingentes externos não foi violenta nem opressora, a conversão não foi imposta, promovendo uma convivência pacífica de oligarquias locais (ARIÉ, 1993, p.19).

Ora vejamos então o que nos dizem as fontes antigas sobre esta cidade já no século XII:

O geógrafo árabe Edrici escreve “*Perto do mar tenebroso, a Sul de Lisboa, está a fortaleza da Mina, assim chamada porque o mar quando agitado, deposita na margem pepitas de ouro. No Inverno os Habitantes da região dirigem-se para essa fortaleza e, até ao fim da estação, trabalham na extracção desse ouro [da areia que o trouxe]. É uma maravilha do mundo.*”

Aqui Almada é referida como a “fortaleza da mina”, revelando a característica de *hisn* que este povo lhe atribui e também o significado do seu topónimo



Figura 2: Mapa de Almada com referência à fortaleza (FLORES, 1994).

(TORRES e MACIAS, 1999, p. 91). *Al-madan* significa Mina (MACHADO, 2000, p.8), referência que nos remete para dois contextos diferentes. Primeiro, e como refere Edrici, o significado etimológico do nome desta cidade prender-se-ia com a existência de ouro nas margens do Tejo, empurrado para o sopé deste forte pelas correntes marítimas, levando a que a sua extracção fosse das principais actividades económicas durante a presença muçulmana.

No que respeita a esta hipótese, e apesar das dificuldades que a investigação arqueológica encontra nesta cidade, os achados conhecidos em nada a suportam. Podendo esta descrição remeter, ainda, para a exploração da Mina da Adiça, no termo do Concelho.

Devemos ter em consideração que estas descrições antigas não passam de exageros literários de forma a glorificar ou mitificar um sítio perante aqueles que o desconhecem, revelando muito pouco ou quase nada da verdadeira realidade destes lugares.

Um outro contexto a que esta transcrição se pode referir é à fertilidade e prosperidade agrícola deste território. A suportar esta teoria aparece-nos o relato da Conquista de Lisboa aos Mouros, redigida por um cruzado inglês, também em meados do século XII. Em 1147, Osberno diz-nos “Ao sul do rio fica Almada, região abundante de vinhas, figos e romãs. As searas ali são tam férteis, que da mesma semente recolhem o fruto duas vezes; é rica de mel e celebrada pelas montarias de animais.”, revelando a grande variedade de frutos, cereais e outros produtos que constituem uma fertilidade dourada daquelas terras. A veracidade desta abundancia é corroborada pelas dezenas de estruturas negativas que foram escavadas nos contextos arqueológicos dos sítios que mais adiante referiremos. Ressalve-se os silos da Rua da Judiaria com uma capacidade de armazenagem de 52 000 quilogramas (BARROS, p.29).

A conquista cristã da “Fortaleza da Mina” ocorre em 1147, aquando da conquista de Lisboa (MEDINA, et al., 1999, pp. 89-98). Aparecem-nos algumas lendas associadas a esta conquista, nomeadamente a de que esta investida estaria relacionada com a vingança do exército cristão pela morte de alguns cruzados enquanto pescavam nas margens de Almada. Um poema de Ribeiro de Carvalho escrito em 1902 descreve a tomada de Almada como uma lenda, onde uma moura de boas famílias de Almada, aprisionada em Santarém, se enamora por um soldado de Afonso Henriques, João Tiago, e guia estas tropas, disfarçados de mouros até ao castelo de Almada. “Assim entraram os muros/ Cristãos que os vão conquistar/ A moira os ia cantando,/ Ao Castelo os vai levar. (...) Quando o sol morria, ao longe/ Afundando-se no mar, / Já a bandeira das Quinas/ Tremulava no Alcaçar. (...) Triunfou ali o amor/ E um reino fez exaltar;/ Que um lutar pelo seu rei/ E a moura por bem amar!” (CORREIRA, 1976).

Contudo, os motivos para essa conquista parecem ter sido o desejo de recuperar os territórios perdidos outrora para estas populações oriundas do oriente, tal como o domínio de um território estratégico, com as condições de defesa naturais e de controlo do Tejo que já anteriormente as populações islâmicas aí tinham visto. Era ainda a garantia da estabilidade da conquista de Lisboa, uma vez que seria bastante perigoso manter aquela fortaleza no outro lado do rio sob controlo muçulmano.

Em 1170, contribuindo para a pacificação e controlo dos territórios conquistados, Afonso Henriques redige a Carta de Segurança e Privilégio aos Mouros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer. Nas décadas que se seguem, Almada assiste a um período de avanços e recuos e de lutas pela conquista e reconquista dos territórios, sendo ela própria palco de diversas batalhas e destruições, como

acontece em finais do século XII quando o seu castelo é totalmente arrasado e fica de novo em domínio cristão, desta feita sob o comando de D. Sancho I, que lhe concede o primeiro Foral (SOUSA, 1985; FLORES e NABAIS, 1983; FLORES, 1994).

Os Sítios Arqueológicos de Época Islâmica do Concelho de Almada:

Este trabalho tem como principal objectivo aliar as fontes textuais aqui referidas aos sítios arqueológicos actualmente conhecidos no concelho, tentando entender de que forma a sua cultura material nos pode ajudar a compreender a lógica de ocupação do território, o quotidiano e as pessoas que aqui habitavam em época muçulmana.

Um dos sítios em que essa presença é mais notória é na rua da Judiaria. Esta situa-se no núcleo histórico de Almada Velha, transversal à Rua Henriques Nogueira. A sua escavação decorreu no âmbito de um acompanhamento arqueológico numa área ampla de quintal, onde se iria erguer um imóvel (BARROS, p.25). Entre outras estruturas, foram identificados 26 silos, entulhados de fragmentos cerâmicos que definiram o seu período de utilização até meados do século XV. A construção da maioria destes depósitos data do século XII, tendo como função primária o armazenamento de alimentos, contendo cerca de 2 000 kg cada um, perfazendo um total 52 000 kg de alimentos (BARROS, p.28 e 29).

Esta escavação permitiu assim identificar o que parece ser um armazém no espaço urbano da cidade em época muçulmana (BARROS, p.35), onde, pela capacidade dos silos, abundava a quantidade e a variedade de produtos agrícolas.

O mesmo cenário está presente na Rua Henriques Nogueira. O espaço escavado dentro de um imóvel desta rua, apenas uma casa intervalada dos contextos da Rua da Judiaria, forneceu material islâmico semelhante ao deste sítio. Identificou-se aí um silo desta época e o que parece corresponder a uma estrutura escavada na rocha para o tratamento de curtumes (BARROS, p.35)

Na Travessa Henriques Nogueira, contígua a esta rua, mais uma vez durante a abertura de valas para a renovação da rede de saneamento básico (SABROSA e SANTOS, 1993, p.116), exumaram-se alguns fragmentos de cerâmica islâmica com pintura a branco. Apesar de fora de contexto, demonstram claramente uma ocupação de toda aquela área junto ao castelo em época muçulmana.

Ainda neste núcleo, a Rua Rodrigues de Freitas forneceu alguns materiais com a mesma cronologia.

Em Cacilhas, na escavação de um complexo fabril de salga de peixe de época romana também se encontraram materiais datáveis desta época, quando os tanques desta unidade serviram como lixeira.

A Quinta dos Castros, já distante desta área urbana e cujo nome já nos parece sugestivo, teria em época islâmica o topónimo de “Alvalade”, que significa palácio ou lugar habitado e murado. E os silos aí encontrados, no decurso da abertura das valas de fundação para implantação de

um novo edifício, comprovam essa vertente habitacional, através do variado espólio aí recolhido, balizando a sua ocupação entre os séculos IX e XIII (BATALHA, PEREIRA E BARROS, 2006, p. 16 a 18).

Dentro desta mesma lógica aparece-nos Murfaccém, que em árabe significa barbeiro. Este sítio carece, infelizmente, de uma investigação arqueológica mais cuidada, uma vez que o que dele se sabe consiste em lendas e tradições, conhecendo-se a existência de algumas estruturas negativas do tipo silo e cisterna de grandes dimensões. Deste sítio provêm alguns materiais em excelente estado de conservação e que também corroboram a presença islâmica neste território.

Temos então o panorama de ocupação de Almada que encontra paralelos nas fontes escritas. Sejam elas relatos extravagantes ou lendas, o que a nós nos interessa são os factos históricos que delas conseguimos extrair.

Encontramos a formação de um núcleo urbanizado em torno da fortaleza de *Al-Madan*. Uma população islamizada que aqui vive o seu quotidiano, desenvolve as suas actividades dentro do comércio e da indústria e explora os territórios agrícolas nas imediações desta medina.

A Cultura Material:

Utilizando a cerâmica procuramos entender um pouco da realidade e dos hábitos culturais de Almada durante o período islâmico. Para tal, o material cerâmico foi estudado e analisado tendo em consideração as grandes tipologias funcionais consideradas pelos principais especialistas peninsulares de materiais islâmicos e que são: peças de cozinha, em que incluímos panelas, caçoilas, alguidares; serviço de mesa, que engloba tigelas, taças, púcaros, jarrinhas, bilhas, bules e copos; peças de armazenamento e transporte, onde estão os cântaros e potes; e peças de uso específico, como tampas e candeias (BAZZANA, 1979; ROSSELLÓ-BORDOY, 1991; TORRES, GÓMEZMARTINEZ e FERREIRA, 2003; CATARINO, 1997/98, p.761).

Porém, e apesar desta divisão, as categorias funcionais não são estanques, quer dizer que muitas vezes uma jarrinha ou um púcaro utilizados para servir à mesa, podiam aquecer líquidos, prova disso são as inúmeras marcas de fogo que alguns recipientes contêm. Esta compartimentação apenas foi realizada para facilitar a análise dos materiais em estudo, sendo uma das características da cerâmica islâmica precisamente a sua plurifuncionalidade (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, pp. 170-180).

No que ao seu fabrico diz respeito, as cerâmicas de Almada possuem texturas na sua maioria médias e grosseiras, com argilas medianamente depuradas, compactas, ligeiramente granuladas, com abundantes desengordurantes onde predominam o óxido de ferro, minerais calcários, micas e quartzo. Existem igualmente peças bastante depuradas, onde os desengordurantes pouco ou nada se notam, e os que são identificados têm uma pequena dimensão, caracterizando-se por serem sobretudo micas, quartzos ou minerais calcários.

O primeiro tipo de pastas aparece sobretudo nos materiais de uso diário como as peças de armazenamento e transporte ou as peças de cozinha, o que se justifica por serem materiais que têm de servir todos os dias, sujeitos a várias atividades e manuseamentos. O segundo tipo é sobretudo observado nas peças do serviço de mesa, pois como requerem um maior cuidado e apresentação são mais delicadas.

Quanto às formas encontradas nos sítios islâmicos de Almada, e dentro do grupo das peças de cozinha temos os objetos de uso culinário empregues nas mais variadas funções. Nos recipientes de cozinha inserem-se, por um lado, os que seriam usados para preparar os alimentos, e por outro, os destinados a cozinhar ao fogo (GÓMEZ-MARTINEZ, 2004, p.262). Neste sentido identificamos panelas, caçoilas e alguidares.

A panela era um recipiente utilizado primordialmente para cozinhar ao fogo, apoiando-se diretamente sobre ele ou sobre um fogareiro de barro. Servia para preparar os mais diversos alimentos, fazendo sopas, cozidos ou ensopados (CATARINO, 1997/98, p.761). Assume formatos diversos, tendo genericamente uma forma fechada, com um corpo globular ou bitroncocónico, o colo e bordo diferenciado, o fundo plano ou levemente convexo com uma ou duas asas que arrancam diretamente do bordo e que terminam no bojo. Possui por vezes decorações, como a pintura ou o vitrado (TORRES, GÓMEZ MARTINEZ e FERREIRA, 2003, p. 127). As panelas são o tipo cerâmico mais frequente neste conjunto, tal como acontece na maioria dos sítios islâmicos.

A caçoila servia para preparar alimentos ao fogo, sobretudo fritos ou guisados (CATARINO, 1997/98, p.765). Tem uma forma aberta com um amplo diâmetro de abertura e fundo plano ou abaulado. Pode apresentar bordos variados e perfis de corpo que oscilam entre o levemente convexo ou o quase retilíneo (CATARINO, 1997/98, p.765). Possui ainda asas, que partem do bordo e terminam na parte baixa do corpo ou na carena. É comum receber um brunido interno ou alisamento das superfícies com engobes ou aguadas que têm o intuito de a tornar menos permeável (CATARINO, 1997/98, p.765).

O alguidar tem dimensão e funcionalidade diversas, tanto podia ser usado na cozinha para lavar e preparar legumes (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p.169), amassar pão, ou servir para outras funções mais higiénicas, como lavar roupa ou loiça (CATARINO, 1997/98, p.845). Detém uma forma de base plana e corpo troncocónico invertido, com paredes rectilíneas divergentes, que podem ser mais ou menos acentuadas (TORRES, GÓMEZ MARTÍNEZ e FERREIRA, 2003, p. 128).

No grupo do serviço de mesa encontramos um conjunto de objetos utilizados para servir os alimentos no momento de serem consumidos, quer seja a nível coletivo, como as tigelas, ou de consumo individual, como os copos, tacinhas e pratos. São formas de tamanho médio e pequeno, e com melhor acabamento e decorações elaboradas (GÓMEZ-MARTINEZ, 2004, p.267).

As taças e tigelas são formas abertas que podiam, quando de grande dimensão, ser utilizadas como travessa para servir comida na mesa, ou então terem uso individual, como prato (CATARINO, 1997/98, p.807). Têm no geral um bordo de lábio de secção semicircular, ligeiramente biselado, ou de secção triangular esvasado. A parede é convexa ou tem uma carena pouco acentuada e a base é plana (CATARINO, 1997/98, p.807), sendo que no caso das taças eram empregues sobretudo para servir condimentos à mesa (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p.136-137) ou acepipes, como passas de uva ou outros frutos secos.

As jarrinhas, copos e púcaros detêm na sua maioria formas e utilidades semelhantes, sendo fácil reconhecer somente quando possuímos a peça completa. Eram utilizados para consumir líquidos, servindo à mesa, podendo por vezes ir ao lume para aquecer líquidos ou preparar infusões, já que é comum apresentar vestígios de fogo junto das paredes ou no fundo (CATARINO, 1997/98, p.814).

Temos depois o bule, utilizado para servir à mesa, que podia também ser empregue para aquecer líquidos no fogo. Tem um corpo globular, bordo extrovertido e colo indiferenciado, possui uma asa oposta ao vertedor de forma cilíndrica. As bilhas podiam ter uma dupla funcionalidade, sendo usadas para armazenar líquidos, e igualmente para os servir à mesa. As garrafas tinham uma função similar à das bilhas, armazenar líquidos e servir à mesa.

O grupo das peças de armazenamento e transporte é composto por vários tipos de recipientes fechados e alguns objetos de carácter complementar que a eles estão associados (GÓMEZ-MARTINEZ, 2004, p.257). A sua função é guardar líquidos ou sólidos, sendo sempre peças fechadas, que não permitem a saída de sólidos ou derramar líquidos com facilidade, especialmente no caso das vasilhas que serviam para o transporte de líquidos, como água ou azeite (BAZZANA, 1979, p.153). Por serem usadas na conservação de alimentos, algumas destas peças têm uma grande dimensão e uma elevada capacidade ao nível do volume.

O pote era empregue para armazenar e transportar reservas alimentares, sobretudo conservas, como compostas, especiarias, sal, mel, azeitonas. De pequena ou média dimensão tem diversas características morfológicas, podendo muitas vezes ter uma forma idêntica à das panelas, possuindo o corpo ovóide ou globular (CATARINO, 1997/98, p.823). Distingue-se das panelas pelo facto de ter dimensões maiores, uma pasta mais grosseira e não conter asas ou quaisquer sinais de exposição ao fogo (TORRES, GÓMEZ-MARTINEZ e FERREIRA, 2003, p. 127). Para melhor impermeabilização alguns exemplares podem apresentar as superfícies vitradas (CATARINO, 1997/98, p.823).

O cântaro é um recipiente de dimensão média/grande que se destinava ao transporte de líquidos, principalmente água e, por vezes, ao seu armazenamento (CATARINO, 1997/98, p.832). Morfologicamente tem um gargalo e boca estreitos para que o líquido não vertesse (VIEGAS e

ARRUDA, 1999, p.161), corpo ovóide, globular ou bitroncocónico, paredes com perfil convexo divergente até meio do bojo e fundos planos ou ônfalos (TORRES, GÓMEZ-MARTÍNEZ e FERREIRA, 2003, p. 127). Exibe asas verticais que partem do colo e terminam no bojo, logo a seguir ao ombro, e que servem para facilitar o transporte (CATARINO, 1997/98, p.832). A pasta é esponjosa para evitar a entrada de calor e manter a água fresca. É comum ostentar pintura a branco no bordo, colo e bojo.

No grupo das peças de uso específico encontram-se os recipientes utilizados para usos próprios. Entre as formas mais emblemáticas estão as candeias, usadas para iluminação e as tampas, utensílio com a função não só de preservar os alimentos conservados, mas também enquanto estes estavam a ser cozinhados (TORRES, GÓMEZ-MARTÍNEZ e FERREIRA, 2003, p.129).

As tampas eram objetos de uso doméstico, com forma variada e que serviam para cobrir recipientes fechados e proteger o seu conteúdo, quer seja de talhas, cântaros, bilhas, panelas ou caçoilas, podendo ir ao lume (TORRES, GÓMEZ-MARTÍNEZ e FERREIRA, 2003, pp.128-129).

As candeias eram objectos de iluminação de forma aberta, que continuaram a ser produzidos desde os momentos finais de ocupação islâmica, séculos XII-XIII até ao século XIX. Não se adequa o termo lamparina ou lucerna, utilizado pelos investigadores para objetos de outros períodos históricos (TORRES, GÓMEZ-MARTÍNEZ e FERREIRA, 2003, p.129), pois possui características próprias.

A Decoração dos Conjuntos Cerâmicos:

Mais do que um sistema decorativo ou estético, o tratamento das superfícies é uma técnica funcional, e estas são diversas, incluindo as: vidradas, incisadas, impressas, plásticas e engobadas, alisadas ou brunidas.

Entre os fragmentos que apresentam decoração, as formas mais com maior representação são as peças de cozinha, panelas e caçoilas, embora as jarrinhas e copos apareçam igualmente em grande número no conjunto. Estas surgem em grandes percentagens, certamente, porque são as formas mais difundidas em todo o *al-Ándalus*. Das suas decorações, a pintura é a grande técnica utilizada, sobretudo, a aplicação de motivos rectilíneos a branco, a negro ou a vermelho.

A pintura é aplicada em grosseiros traços oblíquos, em séries de dois/três traços ou dedadas, com traços finos, horizontais e verticais, horizontais e diagonais, em número de quatro.

Um fragmento recolhido revela uma coloração bicroma, com uma decoração à base de traços de cor negra (óxido de manganês), sobre uma cobertura vítrea de tons melados. Existem ainda dois fragmentos com a aplicação da técnica corda seca recolhidos na Quinta dos Castros.

As peças recolhidas e analisadas apresentam semelhanças ao nível das pastas e formas com os recipientes recuperados num raio de 100Km, mas em

grande medida com as recolhidas nos locais almorávidas-almóadas de Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001), Vila Franca de Xira (BANHA, 1998), Sintra (COELHO, 2000), Alcácer do Sal (CARVALHO, FARIA e AIRES, 2004), Palmela (FERNANDES, 2004) e Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999) podendo ter vindo dos mesmos fornos. Fornos esses que poderiam situar-se em Lisboa, no Mandarin Chinês (BUGALHÃO [et al], 2003, p.114-115) e depois, através do rio Tejo, chegar a outros pólos, visto que, durante esta época os portos do interior atlântico tinham uma grande importância para locais como Santarém, Lisboa, Almada e Alcácer do Sal. Aliás, Santarém estando próxima de Lisboa, com quem mantinha fortes contactos, poderia ter beneficiado da integração desta nos circuitos de comércio atlântico e mediterrânico (nas costas andaluza e magrebina), juntando-as às rotas fluviais e terrestres de que dispunha.

Considerações Finais:

Precisaríamos de contextos conservados para que os dados acerca da ocupação islâmica pudessem ser mais claros, fornecendo ritmos de consumo, aculturação, crescimento do núcleo urbano e a instabilidade no período das conquistas cristãs.

Por agora, conseguimos enquadrar este território no contexto da conquista e integração do *Al-Ándalus* no mundo árabe e obviamente, através dos exemplares recuperados, sobretudo em estruturas negativas, procurar paralelos com outros sítios da Península Ibérica, mas sobretudo com área de influência que Almada integrava nesta época.

Bibliografia:

AMARO, Clementino (2001) - *Presença Muçulmana no Claustro da Sé Catedral – Três Contextos com cerâmica islâmica. Sítios Islâmicos do Sul de Portugal*. Coord. LACERDA, M. [et al.]. Lisboa: IPPAR – Junta de Extremadura, p. 165- 197.

ANTUNES, Luís Pequito (2000) – *Almada entre os séculos XII e XVI. O passado como expressão do presente*. Vol.2. Almada: Câmara Municipal de Almada. P.41 a 49.

ARIÉ, R. (1993) - *Historia de España: España Musulmana (Siglos VIII-XV)*. Dir. Manuel Tuñón de Lara. Barcelona: Editorial Labor S.A.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina (1999) - *Cerâmicas Islâmicas de Santarém. Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol.2. p.105-186.

BANHA, C. M. dos S. (1998) - “As cerâmicas do Alto Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar.” *Cira: Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Nº 7, p. 75-109.

BARROS, Luís (1994) – “Fábrica Romana de Salga de Peixe de Cacilhas.” *Informação Arqueológica*. Nº9. Lisboa: IPPAR. P.136 a 138.

- BARROS, L.; SANTO, P. E.; ANTUNES, L.P. (1994) – “Rua da Judiaria (Almada). Notícia Preliminar”. *Bracara Augusta – Encontros de Arqueologia Urbana*. Vol. XLV, 97 (110). Braga. P.202 a 214.
- BARROS, Luís (2000a) – “Rua da Judiaria: história de um sítio com História”. In 1. *Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. Musealização de um sítio arqueológico – programas e projectos*. Almada: Câmara Municipal de Almada. P.13 a 31.
- BARROS, Luís (2000b) – “Arqueologia urbana em Almada”. In 2. *Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. Musealização de um sítio arqueológico – programas e projectos*. Almada: Câmara Municipal de Almada. P.13 a 31.
- BARROS, Luís (2000c) – *Entre Mouros e Cristãos: produzir, armazenar e consumir. O passado como expressão do presente*. Vol.2. Almada: Câmara Municipal de Almada. P.62 a 65.
- BATALHA, Luísa; PEREIRA; BARROS, Luís (2006) – “Espólio Islâmico da Quinta de Castros – Almada”. *Anais de Almada*. Nº 7-8. Almada. P.11-46.
- BAZZANA, A. (1979) – “Céramiques medievales: les mecodes de la descripcon analytíque appliquéés aux productions orientale”. *Mélanges de La Casa de Velázquez*. Paris. 16, p. 135-185.
- BAZZANA, A. (1980) – “Céramiques médievales: les méthodes de la description analythique appliqueés aux productions de l’Espagne orientale. 2. Les poteries décorées: chronologie des productions céramiques médievales” *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Paris. 16, p. 57-95.
- BUGALHÃO, Jacinta [et al] (2003) – “Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa.” *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 8, p. 129-191.
- BUGALHÃO, Jacinta [et al] (2008) – “Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: Conclusões de um projecto de investigação.” *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 10, p. 113-134.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, D. (2001) – “O Arrabalde Ocidental de Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira.” *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 7, p. 111-145.
- BUGALHÃO Jacinta; GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2003) – *Lisboa: uma cidade do Mediterrâneo islâmico. Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Porto, p. 237-262.
- BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, M.J.; GOMES, A.S. (2004) – “Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês - Lisboa.” *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Vol. 7. Nº 1, p. 575-643.
- BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, M.J.; GOMES, A. (2007) – “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental de Lisboa Islâmica: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês. Lisboa.” *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 10. Nº 1, p. 317-343.
- BUGALHÃO Jacinta; QUEIROZ, P. (2005) – “Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico em Lisboa.” *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 152-170.
- CALADO, M.; LEITÃO, V. (2005) – “A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa).” *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol.8. Nº 2, p. 459-470.
- CARVALHO, A. R.; FARIA, J. C. ; AIRES, M. (2004) – *Alcácer do Sal Islâmica: Arqueologia e História de uma Medina do Gharb Al-Andalus (Séculos VIII-XIII)*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Museu Municipal de Alcácer do Sal e Museu Nacional de Arqueologia.
- CARVALHO, A.R. (2008) – *Alcácer do Sal no Final do Período Islâmico (séculos XII-XIII): Novos elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa. Elementos para a História de Alcácer*. 1. Alcácer do Sal: Município de Alcácer do Sal.
- CATARINO, Helena (1997/98) – “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados.” 3 vols, *Al-Ulyã*, nº 6, Loulé Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- COELHO, C. (2000) – “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra - interpretação comparada).” *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol.3. Nº1. p. 339-395.
- CORREIA, António (1976) – *Almada e a Tomada do seu castelo*. Almada: Câmara Municipal de Almada. 4p.
- CORREIA, António (1974) – *Subsídios para a história do concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada. 129p.
- FLORES, Alexandre M. (1994) – *Almada das Origens à elevação da cidade*. Almada. 36p.
- FLORES, Alexandre M.; NABAIS, António J. (1983) – *Os Forais de Almada e o Seu termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*. Câmaras Municipais de Almada e Seixal.
- GASPAR, A., GOMES, A. (2001) – “Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge.” *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 7, p. 95-102.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2002) – “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã.” *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb. 500 – 1500*. Lisboa: Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, p. 397-404.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2003) – “Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos.” *Património- Estudos*, vol. 4, Lisboa: IPPAR.
- GOMES, A. [et al.] (2001) – “A Cerâmica pintada de época Medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge.” *Sítios Islâmicos do Sul de Portugal*. Coord. LACERDA, M. [et al.]. Lisboa: IPPAR – Junta de Extremadura, p. 119-163.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, S. (1998) – “A cerâmica do Gharb Al-Andalus.” *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português do Património e Museu Nacional de Arqueologia, p. 121-128.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (2004) – *La Cerámi-*

ca Islâmica de Métola: Produção y comércio. Tesis doctoral defendida en el Departamento de Historia Medieval de la Universidade Complutense de Madrid. Documento Polycopiado.

LEAL, Vanessa Oliveira (2000) – “Rua da Judiaria (Almada), o espólio cerâmico do silo 7.” *Al-Madan*. IIª Série, 9. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. P.202 a 205.

MACHADO, José P. (2000) – “O Topónimo de Almada.” Separata. *Anais de Almada*. nº3. Almada: Câmara Municipal de Almada. 15p.

MEDINA, J. [et al.] (1999) - *História de Portugal*. Ediclube: Alfragide. Vol. III.

SABROSA, A.; SANTOS, V.; GOUVEIA, L. (1996) – “Carta arqueológica de Almada. Elementos de ocupação romana.” In *Actas das Iª jornadas dos estuários do Tejo e Sado – Ocupação Roma dos estuários do Tejo e Sado*. Lisboa: Dom Quixote. P.225 a 236.

TORRES, C.; GÓMEZ MARTINEZ, S. ; FERREIRA, M. B. (2003) – “Os nomes da cerâmica medieval: Inventario de termos.” *Actas das 3ªas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 125-134.

VIEGAS, C.; ARRUDA, A. M. (1999) - Cerâmicas Islâmicas de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol.2. Nº 1, p.105-186.

A Sul do Esteiro: três Sítios e Quintas históricas entre Corroios e Amora:

Do Castelo em Corroios, Da Princesa no Rocio de Amora e Do Paço do Infante em Cheira-Ventos

Rui M. Mendes

Notas Introdutórias: Corroios e Amora no séc. XIV

Localizada no território da Banda de Além Tejo a área de Corroios e Amora pertenceu até ao século XIX ao termo de Almada e por isso estas eram localidades que desde sempre foram favorecidas pela sua posição de proximidade em relação a Lisboa.



Fig. 1: Representação antiga de Lisboa e da Margem Sul.¹

O território situado próximo dos esteiros de Corroios, Algenoa e Amora, entrecortado por pequenas linhas de água que afluem a esses mesmos esteiros (os tais arroios que certamente originaram o topónimo Corroios) tem sido desde há muitos séculos local de implantação de explorações agrícolas associadas a residências com alguma nobreza, como atesta aliás a designação de Paço e Castelo (designação que em conjunto com Torre parece estar associada aos Paços medievais).

No século XIV esta zona seria já um local de residência ou de exploração da propriedade para importantes figuras da Corte como: **D. David Negro** (Valido e Tesoureiro Mor de D. Fernando e da Rainha D. Leonor, que deu nome ao Rio Judeu, e tinha uma Quinta em Corroios) ou ainda, um **Arcebispo** (citado em 1377 como tendo uma Quinta em Amora, dita Quinta do Arcebispo)², que terá sido quase certamente **D. Lourenço Vicente** (c. 1311 – 1398), Cónego da Sé de Lisboa, Desembargador e Vedor da Fazenda de D. Fernando (1372) e Arcebispo de Braga (1373); e claro **D. Nuno Álvares Pereira**, que dispensa apresentações.³

Todos estes elementos apontam para o facto desta zona ter tido, pelo menos desde o século XIV, importantes quintas e casas senhoriais, muitas delas que actualmente já não existem, mas que deixaram reminiscências de elementos arquitetónicos que remetem para épocas mais remotas, sobretudo num aspeto



Fig. 2: Enquadramento do Núcleo da Quinta da Princesa e respectiva torre ou miradouro.

comum a cada uma destas casas senhoriais rurais: a presença de mirantes e torres (veja-se foto da Quinta da Princesa).

Tendo em vista compreender a evolução que as mesmas tiveram, iremos neste trabalho analisar, do ponto de vista histórico e patrimonial, três quintas em sítios cuja documentação remete para uma edificação anterior aos séculos XV-XVI, Castelo de Corroios, Rocio de Amora e Paço de Cheira Ventos.

1. A Quinta do Castelo

1.1. Sítio do Castelo

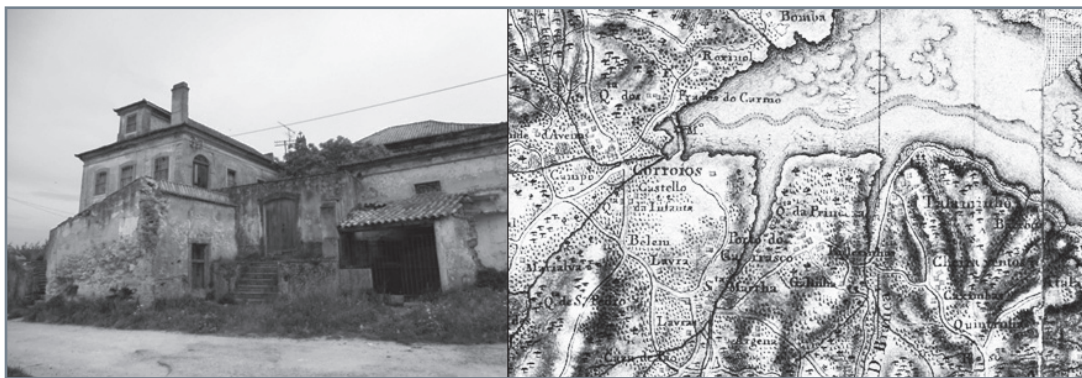
O Sítio do Castelo fica em Corroios, uma freguesia que no século XVIII, além da sede, não tinha mais que três lugares,⁴ e que já nesse período tinha como uma das suas principais propriedades a **Quinta do Castelo**.⁵ Pertencia esta quinta, em 1901, aos herdeiros de Domingos Afonso, que sucedeu a uma série de proprietários que a seguir se descrevem.

1.2. Quinta do Castelo

O grande proprietário em Corroios, no fim do século XIV, foi **D. Nuno Álvares Pereira**, a quem D. João I doou, em **1384**, os bens que tinham sido de **David Negro**. D. Nuno



Fig. 3: Brasão de Domingos Afonso, proprietário da Quinta do Castelo em 1845 e Campanário da Capela de N.ª Sr.ª da Conceição do Castelo, fotos do Prof. Manuel S. Lima, cuja reprodução agradecemos.



• Fig. 4: Quinta do Castelo e Carta de 1816, do Major Neves Costa.

mandou edificar, em **1404**, umas azenhas no «esteiro de Corroios» as quais ficavam junto da sua Quinta de Corroios, onde tinha uma Torre, como era norma nos Solares medievais. Estas propriedades, quinta, moinho e o próprio esteiro são depois doados ao **Convento do Carmo de Lisboa**,⁶ também proprietário em Corroios até à extinção das ordens religiosas no século XIX, sendo o moinho comprado João Luís Lourenço, tio e sogro do comerciante Domingos Afonso.

O topónimo Castelo, que no século XVIII aparece associado a esta quinta, regista-se como sítio ou lugar nos livros da Paróquia de Corroios já no século XVII.⁷

Apesar da presença da torre medieval e a integração do moinho de Corroios na propriedade da Quinta do Castelo puderem supor que fosse esta a Quinta de D. Nuno, é nossa opinião que a Quinta do Castelo, embora pudesse ter pertencido no século XIV ao Condestável, não corresponderá àquela, conforme se pode verificar na Carta de 1816 em que a «Qt.^a dos Frades do Carmo» é fronteira ao moinho e distinta da do Castello, correspondendo à que no século XIX se designou por Quinta do Brasileiro.⁸

Nos livros paroquiais encontra-se esta quinta como pertencendo, entre os séculos XVIII e XIX, à família Zuzarte, sendo a mesma dotada de um Oratório.⁹

Procurando nos arquivos nacionais encontramos mais alguns elementos sobre esta família e a sua relação com a quinta, assim o **Dr. Manuel Lucas da Silva** e sua mulher D. Catarina Josefa de Lima, em **1719**, fundam um vínculo na parte livre da sua Quinta de Corroios e em outros bens no termo de Almada, com obrigação de missas na Igreja de Corroios que depois passou para a de S. Martinho de Lisboa, ficando por administradores o **Desembargador João da Silveira Zuzarte**, e a sua mulher D. Mariana Teresa, seus sobrinhos respectivos que estavam contratados para casar.¹⁰

A Quinta do Castelo, como se regista na instituição anterior, tinha já uma pensão ou vínculo de missas na Igreja da Madalena de Lisboa. Tratava-se da Capela instituída em **1476** por **Martim Alho**, Arcediago da Sé de Lisboa, que deixou bens no lugar de Corroios a João Lobato, filho do doutor Pedro Lobato, seu irmão, com a obrigação de missas pela sua alma na dita igreja. Este vínculo foi extinto em **1803** por Provisão de D. Maria I a **José da Silveira Zuzarte**.¹²

Dos documentos das Contas da Capela de Manuel Lucas de Silva verifica-se que a Quinta

Fig. 5: Assinatura de João Luis Lourenço, que mandou edificar a Capela da Quinta do Castelo, in AHPL, Expediente, 1836, Caixa 1, s/n.

do Castelo pertencia, em **1698**, a **Francisco de Andrade Leitão**, Capitão das Naus da Índia,¹³ talvez com relações familiares com Marcos de Andrade, proprietário de uma Quinta em Corroios em **1677**.¹⁴

Os sucessores da Casa Zuzarte mantiveram-se de posse dos domínios útil e directo da quinta¹⁵ até **1825** quando o domínio útil da propriedade, constituída por «casas nobres, adêga, lagar, oficinas, pátio, poço, vinhateria, brejos e grande pinhal», é aforado com licença régia, por **João da Silveira Zuzarte a Lourenço da Silva** pelo foro anual de 150\$000 réis.¹⁶ O usufruto deste seria contudo curto uma vez que logo em **1830** os seus bens são penhorados e a quinta é posta em praça, sendo arrematada por **João Luís Lourenço**, comerciante de vinhos com armazéns na Arealva. João Luís Lourenço recupera a quinta aumentando a sua área e adquirindo em 1836 a Quinta do Campo e o Moinho de Maré de Corroios,¹⁷ que passou a ser conhecido também por Moinho do Castelo.

Entre as diversas obras efectuadas por João Luís Lourenço destaca-se um dos elementos mais interessantes da quinta, a Capela, que foi edificada por este em 1836 e aberta ao culto no mesmo ano ou um ano depois. Falecendo João Luís Lourenço em 1845, sucede-lhe o seu sobrinho **Domingos Afonso**, casado com filha natural daquele, **Isabel Maria Lourenço**. Estes, depois de 1867, terão comprado à Casa Zuzarte o domínio directo da quinta, aquando da extinção do vínculo de Manuel Lucas da Silva.¹⁸ Pertenceu depois a Domingos Afonso Jr., que na segunda metade do século XIX tornou esta quinta numa das mais importantes do concelho do Seixal, com vinhos premiados em diversas exposições internacionais.¹⁹

Em 1916 pertencia a uma das filhas de Domingos Afonso Jr., **D. Maria Gertrudes Morgado Afonso**, residente em Lisboa, que aqui passava algumas temporadas,²⁰ tendo arrendado parte das casas para nelas se instalar uma Escola Primária em 1936.²¹

Na década compreendida entre 1942 e 1952 aqui esteve sediado o **4.º Grupo Misto da Defesa Antiaérea de Lisboa**. No fim dos anos 40 do século XX a quinta foi a leilão, sendo adquirida por 201 contos pela **Companhia Portuguesa de Pescas**, que cede uma parcela de terreno à Câmara Municipal de Almada para instalação de nova central de captação e elevação de águas, muito próximo da Igreja de Corroios.

São actuais proprietários da quinta a **Sociedade de Construções Reis & Marques** que a adquiriu nos anos 70 do século passado com o objectivo de a urbanizar, o que ainda não aconteceu!?!²²

1.3. Capela de Nossa Senhora da Conceição do Castelo

Sem dúvida um dos elementos mais interessantes da Quinta é a Capela, a qual, no pressuposto de esta ser a Quinta

dos Padres do Carmo, se pensava ser dedicada a N.ª Sr.ª do Carmo, contudo, como se verifica pelos documentos do século XIX foi dedicada por **João Luís Lourenço** à Virgem Maria com o título de «Nossa Senhora da Conceição do Castelo». De facto, foi em 1836 que João Luís Lourenço mandou edificar na Quinta do Castelo uma Capela pública,²³ sendo provável que a abertura da mesma, ou talvez a sua conclusão, se tenha dado já em 1837, conforme inscrição no pórtico de entrada da Capela.²⁴

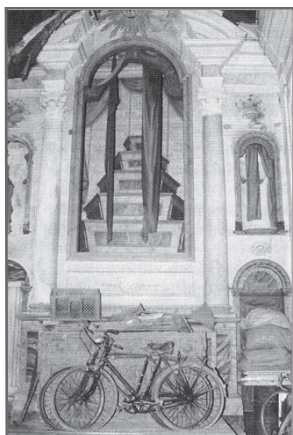


Fig. 6: Altar mor da Capela da Quinta do Castelo, 1997, foto do Prof. Manuel S. Lima.

Em 1845, no seu testamento, João Luís Lourenço deixa determinadas obrigações aos seus herdeiros, entre elas, uma para que na sua «Capela de Nossa Senhora da Conceição do Castello» se celebre missa «ao menos em todos os dias festivos de Nossa Senhora».²⁵ Esta obrigação terá durado até 1858, conforme documenta o Índice das Capellas de Almada.²⁶

Existe uma data escrita num dos degraus que dão acesso à Capela, em 18 de Julho de 1944, quando aqui se encontrava instalado um destacamento militar de Artilharia Antiaérea, tudo indicando ter-se procedido então a novo restauro. A imagem de N.ª Sr.ª da Graça, padroeira de Corroios, mas que se encontrava na paróquia de Amora, veio a Corroios em Maio de 1950 para que se rezasse missa e fizesse procissão em frente das ruínas de sua igreja, tendo em vista o início da sua reconstrução, ficou então recolhida na Capela do Castelo. Neste mesmo ano, em 1 de Julho de 1950 - *A Voz da Paróquia* - boletim das freguesias do Concelho do Seixal, anunciava a abertura próxima da Capela da Quinta do Castelo, cedida para a utilização assídua do público pela Companhia Portuguesa de Pesca, a quem pertencia então a Quinta e a Capela, e que se comprometia a dotá-la «com uma bela e valiosa imagem de S. Pedro, padroeiro dos pescadores».²⁷

Por uma fotografia do Prof. Manuel Lima tirada em 1997 (vide Fig.6) verificamos tratar-se de uma Capela que serve de local de arrumos mas que anteriormente seria composta por um altar-mor em estilo pombalino e que nele se encontraria a imagem da padroeira. Tinha ainda dois nichos laterais cuja invocação desconhecemos. Pelo que ainda hoje é possível ver, era decorada em estuque pintado, apresentando ao centro do teto e em relevo a imagem de Nossa Senhora.

Actualmente, segundo informação dos moradores das habitações anexas da quinta, a Capela está completamente despida e sem ornamentos alguns por causa degradação causada pelo abandono da Casa da Quinta.

2. A Quinta da Princesa

2.1. O Sítio do Rossio de Amora

O **Rocio de Amora** era um dos três pequenos lugares da freguesia de Amora no ano de 1758, nele havendo então quatro quintas.²⁸ Era constituído por um núcleo com várias edificações, que no século XVIII faziam parte de quatro prazos ou quintas, conforme registam as mesmas memórias de 1758, que dizem mais que «uma do Rossio que é dos Padres da Companhia, outra do Convento de São Domingos, [e outra] a de José Borges do Brito».²⁹ Como se vê em 1758, não se regista ainda no Rossio de Amora a presença ou propriedade da Infanta D. Maria Francisca Benedita, então com 12 anos, e que depois foi Princesa Viúva do Brasil, o que parece só ter acontecido pelos anos de 1790.

Numa análise dos arquivos das entidades que tiveram propriedades ou foros no Rocio de Amora, citadas em 1758, e que contamos desenvolver melhor em investigações futuras, conseguimos distinguir quatro quintas, a saber:

- quinta dos Padres de S. Domingos, a sul, da Capela de Francisco Beliago, que foi integrada na Quinta da Infanta e Princesa em 1794;
- quinta dos Padres Jesuítas Irlandeses, a nordeste, foreira à Misericórdia de Almada, integrada em 1836;
- quinta do Frota, central, da Comenda de St.ª Maria da Alcáçova de Santarém (Ordem de Avis), integrada em 1838;
- uma quarta quinta, núcleo original da Quinta da Princesa ou Quinta Grande, que deverá corresponder a um outro prazo conhecido como Capela de Cosme Antunes na Igreja de N.ª Sr.ª do Monte São de Amora.

Iremos agora analisar a história e descrição destas propriedades.



Fig. 7: Núcleo das quatro quintas do Rocio de Amora, actual Quinta da Princesa.

2.2. Quinta dos Padres de S. Domingos (foro da Capela de Francisco Beliago e antigamente do Morgado do Mestre Pedro)

Propriedade que pensamos corresponder ao núcleo localizado a sul da estrada é descrita em 1348 como tendo «casas, vinhas e de um “chouso”, que foi lagar em Amora Pequena»³⁰ Pertenceu em 1377 ao **Mestre João das Leis**, que empraça uma «casa com sua câmara e almuinha na Amora, termo de Almada, ao pé da **quinta do Arcebispo**».³¹

Em 1459 já é descrita como «quinta com casas, vinhas e pinhais e lagar em Amora, termo de Almada», propriedade do **Morgado do Mestre Pedro** (a que sucederam depois os **Viscondes de Vila Nova de Cerveira**) que a afora nesse ano a **Diogo Álvares**³² e em 1474 a **Gonçalo Rodrigues Galo**, com o título de Quinta da Amora Velha.³³

A «quinta no Ribatejo chamada de Amora Velha» é desvinculada em 1550 do Morgado do Mestre Pedro e vendida a **João da Silva**, do conselho Régio e regedor.³⁴

Francisco Beliago deixa no seu testamento, feito em 1644, a sua «quinta do Rocio da Mora termo da vila de Almada que herdei da minha sobrinha **Ana Beliago**, que foi de meu tio o Bispo **D. Belchior Beliago**, que Deus tem, aos **Religiosos de São Domingos desta Cidade** com a obrigação de missa quotidiana», sendo composta de «casas, lagar, estrebaria, quintal e vinhas».³⁵

Manteve-se na posse do Convento de S. Domingo de Lisboa de 1644 até 1794, quando é sub-rogada por um Padrão de Juro com a **Infanta D. Maria Benedita**. Era então «composta de casas de habitação e das oficinas necessárias, vinhas e oliveiras, pertencentes à Capela de Francisco Beliago».³⁶

2.3. Quinta dos Padres Irlandeses (foro da Misericórdia de Almada e antiga Albergaria de St.^a Maria de Almada)

Propriedade que pensamos corresponder ao núcleo localizado a nordeste do Palácio da Quinta da Princesa, deverá corresponder a uma propriedade que já em **1439** pertencia à **Albergaria de St.^a Maria de Almada**, que nesse ano pede isenção de jugada para a sua quinta de Amora, com o argumento que esta já não a pagava no tempo do **Condestável D. Nuno**, o que pode indiciar que esta seria talvez a Quinta Formosa, aquela que fora de **David Negro** e depois do Condestável (?).³⁷

Novamente vamos encontrar esta propriedade no Tombo das propriedades desta Albergaria, em 1505,³⁸ e pela descrição vê-se que confrontava a norte com o sapal e a sul com casa de Gonçalo Rodrigues Galo, já citado na descrição do prazo anterior (do Morgado de Mestre Pedro), e que era uma propriedade de casas térreas e abóboda.

Em 1576 esta quinta é aforada a **Brites Castanheda**³⁹, passando depois à posse do **Colégio ou Seminário de S. Patrício**⁴⁰, que foi expropriado da mesma em 1759, por ser administração dos Jesuítas, e havendo nela já então uma Ermida.

Em 1761 a quinta é doada por D. José I para a fundação do **Colégio dos Nobres**, aparecendo em 1775 com a designação da «Quinta dos Nobres»,⁴¹ no entanto, em 1788 D. Maria I determina a restituição da Quinta aos Padres Irlandeses, desta vez seculares, do Seminário de S. Patrício, então já restaurado.⁴² Mais tarde, em **1836**, é comprada pela Infanta **D. Isabel Maria**.⁴³

2.4. Quinta do Frota (foro da Comenda de St.^a Maria da Alcáçova de Santarém da Ordem de Avis)

Outra propriedade do Rocio de Amora, possivelmente o núcleo central da actual Quinta da Princesa (datado, segundo inscrição no portal da quinta, de 1747), era a Quinta do Frota, propriedade que terá origem numa Quinta de Amora que **Francisco Domingues** doou à **Comenda de St.^a Maria de Alcáçova de Santarém da Ordem de Avis**, e que ainda em 1329 era uma «vinha situada no lugar de Lagos, termo de Almada».⁴⁴

Em 1412, era constituída por duas vinhas e umas casas, que foram empenhadas a **Maria Afonso**, filha de Afonso Martins, procurador em Lisboa e sua mulher Inês Afonso, e **Lourenço Anes**, seu marido e a uma terceira pessoa por «4 libras e meia da moeda antiga e um par de frangos a pagar em dia de Santa Maria de Setembro».⁴⁵

Este Lourenço Anes será provavelmente ascendente de **Pedro Anes o Velho**, que em 1505 tinha uma vinha que confrontava com o foro da Albergaria de Santa Maria.

Não dispomos de muitos elementos sobre os sucessores deste prazo até ao século XVIII, contudo, uma investigação mais detalhada dos Arquivos do Convento de São Bento / Ordem de Avis podem ajudar a identificar alguns dos proprietários desta quinta que já no princípio do século XIX era conhecida pela «Quinta do Frota», por pertencer ao Dr. Luís Joaquim da Frota e Almeida⁴⁶, que foi o último enfiteuta da mesma antes de ser arrematada, em **1838**, pela **Infanta D. Isabel Maria**.⁴⁷ Pela suas confrontações se vê que estava então praticamente encravada na Quinta da Infanta e Princesa, cuja descrição e história a seguir se descreve.

2.5. Quinta Grande do Rocio de Amora, depois da Infanta e Princesa D. Maria Benedita (foro da Capela de Cosme Antunes na Igreja de Amora)

O quarto prazo e possivelmente núcleo original da

Quinta da Infanta e Princesa (cujo acesso original terá sido o portal que se encontra a poente, já próximo da estrada nacional), deve corresponder a um núcleo de uma quinta no Rocio de Amora vinculada em 1593 por **Cosme Antunes**, Fidalgo da Casa Real, a uma Capela na Igreja de N.^a Sr.^a do Monte São de Amora, com a obrigação de uma missa cada mês do ano.⁴⁸

Parece ser esta quinta a mesma que é designada em 1758 e 1761 como a Quinta Grande, no Rocio de Amora, que é de «**José Borges de Brito**, onde assiste o Reverendo Abade Feliciano Borges de Brito», sendo o seu vínculo e obrigação no entanto extinto em 1774, a pedido de **Manuel de Almeida de Eça**.⁴⁹

Foi adquirida depois de 1790 pela **Infanta D. Maria Francisca Benedita, Princesa Viúva do Brasil**, que a passa a designar pela sua «Quinta de Regalo» ou **Quinta da Infanta e Princesa**.⁵⁰ A mesma Infanta determina em 1829, no seu testamento, deixar as casas da Quinta à sua sobrinha Infanta D. Isabel Maria e as fazendas ao Hospital de Inválidos Militares de Runa por si fundado, que este por sua vez leva à praça, sendo arrematadas pela Infanta D. Isabel Maria em 1836.⁵¹

2.6. Quinta da Princesa Infanta D. Isabel Maria

Como se vê pelas anteriores descrições, a Quinta da Princesa foi constituída a partir de uma propriedade mais pequena que a actual, adquirida pelos anos de 1790, sendo depois ampliada pela integração sucessiva de 3 grandes propriedades em 1794, 1836 e 1838, ano em que se achavam

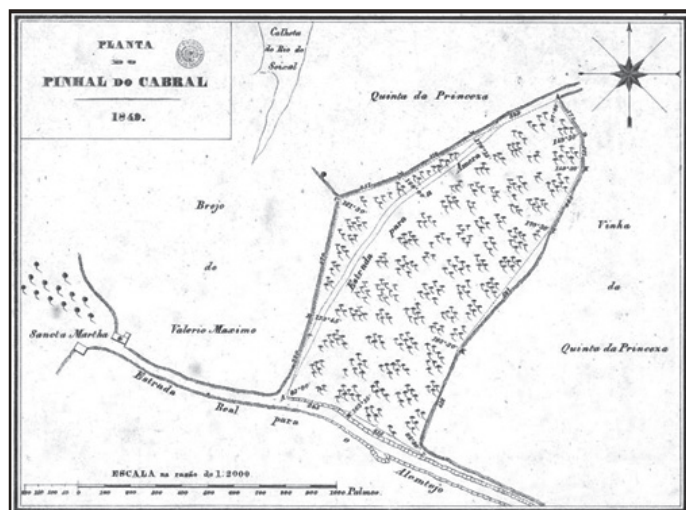


Fig. 8: Planta do Pinhal do Cabral, em 1849, que confrontava com a Quinta da Princesa da Infanta D. Isabel Maria.⁵⁹

reunidos, numa única propriedade da Infanta D. Isabel Maria, os prazos e antigos foros das quatro quintas que actualmente constituem a Quinta da Princesa. Foram posteriormente adquiridas pela Infanta outras propriedades, como courelas de vinhas, pinhais, domínios directos de sapais e baldios que foram do Convento do Carmo de Lisboa, um prazo do Convento da Piedade da Esperança de Santarém, e as fazendas da Quintinha, do Casal do Talaminho e de Vale de Gatos (estas da Capela de Diogo Folgado), entre outros.⁵³

No século XIX a Quinta da Amora da Infanta D. Isabel Maria era um local frequentado pela família real e pelo Príncipe D. Augusto, do mesmo modo que visitavam a sua Quinta do Alfeite⁵⁴, não sendo de excluir a possibilidade da obras da actual Capela, mandada edificar em 1854⁵⁵, terem sido projectadas ou pelo menos conduzidas pelo mesmo responsável do novo Palácio Real do Alfeite (1857) e que já tivera responsabilidades na remodelação do Paço das Necessidades (1844-1846), o arquitecto da Casa Real, Joaquim Possidónio Narciso da Silva.⁵⁶

A Infanta D. Isabel, no seu testamento, feito em 1865, deixa a quinta e outras propriedades anexas aos Missionários Ingleses do Colégio de S. Pedro e S. Paulo, que as vendem em 1877 ao Infante D. Augusto, pelo preço e quantia de 22 contos de reis.⁵⁷

Após a posse da quinta pelo Infante D. Augusto, este manda nela efectuar algumas obras, em 1881 e 1882, pelo Oficial de Pedreiro João Severiano Rodrigues, refloresta a propriedade, promove a plantação de novas colheitas e adquire uma bomba em 1882.⁵⁸

Depois do falecimento do Infante D. Augusto, em 1889, a quinta fica durante algum tempo a ser administrada pelo Almojarifado do Alfeite, em nome dos herdeiros do Infante, o que acontecia ainda em 1908.⁶⁰

Em 1920, a quinta estava arrendada pelos referidos herdeiros a Manuel Luiz de Carvalho⁶¹, pai de Manuel Saraiva de Carvalho (proprietário da Quinta da Água em 1926). Manuel Luis foi rendeiro desta quinta incutindo-lhe grande dinamismo rural no cultivo de cereais e leguminosas, na produção de vinho e de azeite. Por esta altura era frequente a abertura da quinta aos visitantes, quer para a habitual festa do Primeiro de Maio em que «grande o número de pessoas que afluíam à Quinta da Princesa, onde todos se familiarizaram, se merenda, se dança e se toca, reinando sempre grande alegria entre todos, que visitam aquela risonha Quinta»⁶², quer para actividades de grupos.

Em 1942 foi adquirida aos herdeiros da Casa de Bragança, D. Amélia de França e Bragança, residente em França, e D. Augusta Victória, residente na Alemanha, pela Sociedade Agrícola Quinta da Princesa, do Eng.º Francisco José Anjos Ribeiro Ferreira, passando posteriormente por alguns processos de alienação.⁶⁵

2.7. Capela de N.ª Sr.ª da Conceição da Quinta da Princesa.

Tem-se associado a edificação da actual Capela da Quinta da Princesa à data de 1747, existente num dos portões de entrada da Quinta (vid. foto), no entanto pensamos que nessa altura a actual capela ainda não existia, uma vez que não é citada nem no Dicionário Geográfico de 1751, nem nas Memórias Paroquiais de 1758. Havia contudo no Rocio de Amora uma Capela, possivelmente particular, pertencente à Quinta do Colégio de Padres Jesuítas Irlandeses de S. Patrício, a qual foi arrolada em 1759.⁶⁶

Em 1836, a Capela fazia parte da quinta vendida à Infanta D. Isabel Maria, pois se regista que esta tinha então «cinco casas pela parte de baixo: «Huma adega, e outra caza com seu lagar de Alvenaria, Dorna de Cantaria, Caza de Acomodação, e Huma Ermida».⁶⁷ Como se verifica por esta descrição a Capela antiga ficava numa das divisões do piso térreo, situação diferente da actual Capela.

De facto, a actual Capela foi mandada edificar pela Infanta D. Isabel Maria no ano de 1854, sendo benzida a 27 de Outubro desse ano⁶⁸ e dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Casa de Bragança, não se registando, nos documentos consultados, as razões para a edificação desta capela, no entanto é de admitir que a antiga e pequena capela jesuíta não satisfizesse as necessidades não só dos trabalhadores e caseiros da

quinta, como também dos moradores das redondezas, sobretudo de Corroios, uma vez que a sua Igreja fora secularizada nesse mesmo ano⁶⁹, o que os obrigava a dirigirem-se à Amora para assistir aos ofícios dominicais. No século XIX registamos como Capelão da Quinta o Beneficiado António Maria de Almeida.⁷⁰

Nos anos 40 e 50 do século XX a Capela da Quinta estava aberta aos domingos e dias santos, quando vinha o pároco de Amora, pois o Eng.º Francisco José Anjos Ribeiro Ferreira, proprietário da mesma, tinha licença do Patriarca de Lisboa para se dizer missa no seu Oratório público com exposição do Santíssimo Sacramento.⁷¹

Depois da sua aquisição pelo Eng.º Ribeiro Ferreira, em 1942, o conjunto da quinta e capela tiveram diversas obras, que foram mandadas fazer pela esposa do proprietário, a Sr.ª D. Ana de Jesus Maria, sob projecto de Raul Lino⁷², sendo introduzidas mais algumas imagens como foi o caso de S. Francisco e de Santa Ana com Jesus e Maria, escolhidas de acordo com os nomes dos seus proprietários. Tinha em 1981 (vide foto do Prof. Manuel Lima) as seguintes imagens: N.ª Sr.ª da Conceição no altar-mor, S. Sebastião e S. José com o menino ao colo, nos altares laterais, imagens de que os povos de Corroios e Amora eram particularmente devotos. Era dotada de altar decorado com frisos dourados, onde se distinguia além das imagens, um Sacrário (que actualmente se encontra desprovido do Santíssimo). Tinha ainda um coro com varandim e uma sacristia em anexo.⁷³ O estilo da decoração parece corresponder a um sabor eclético com raízes neoclássicas comum nas edificações religiosas do século XIX.

A imagem de S. Sebastião será, quase certamente, a mesma que se achava na Igreja de Corroios, pois aquando da secularização desta, em 1854, ainda existia aqui uma Mordomia que organizava anualmente uma festa ao dito Santo. No século XIX esta imagem encontrava-se na Ermida de St.ª Marta, secularizada a seguir à implantação da República, sendo as imagens de S. Sebastião e St.ª Marta posteriormente transferidas para a Capela da Quinta da Princesa.

No século XIX e XX, até à reabertura da sua Igreja Paroquial, foi na Capela da Quinta da Princesa (e também nas da Quinta de Santo Amaro no Laranjeiro e na da Quinta do Castelo) que os moradores de Corroios assistiam à missa aos domingos e dias santos. Muitos foram os habitantes desta região que se baptizaram, catequizaram ou mesmo casaram na Capela de Nossa Senhora da Conceição.

3. Quinta do Paço do Infante (Cheira Ventos)

3.1. O Sítio de Cheira Ventos

O sítio de Cheira Ventos, um dos três pequenos lugares que no século XVIII pertenciam à freguesia de Amora, teve, à semelhança do Rocio de Amora, quatro quintas⁷⁴ constituídas por diversos prazos ou foros vinculados a Morgados e Capelas,⁷⁵ o principal dos quais dos Lobatos, que aqui viveram entre os séculos XVII e XIX, quando se extingue o vínculo e a propriedade é vendida ao Infante D. Augusto, que aqui edifica um novo palácio.



Fig. 10: Altar mor da Capela da Quinta da Princesa, 1981, foto do Prof. Manuel S. Lima.



Fig. 9: Capela da Quinta da Princesa.



• Fig. 11: Sítio de Cheira Ventos, foto aérea, fonte: Bing Maps.

3.2. Quinta de Cheira Ventos

No século XVI era proprietário em Cheira Ventos – Sebastião Pires, onde tinha um foro do Morgado do Mestre Pedro, que Estêvão de Brito lhe emprazara em 1527, constituído por uma vinha e uma casa situadas em Amora Velha, que depois se chamaram Cheira Ventos ou Fazenda do Serrado de Dona Branca.⁷⁶ Em 1607 este mesmo serrado era constituída por «vinha com casa térrea, laguar de vinho e adega, e com seu logradouro de rocio», sendo o foro remido em 1745 por Domingos Lobato Quinteiro.⁷⁷

O foro do Morgado do Mestre Pedro (da Casa do Visconde de Vila Nova de Cerveira) fora originalmente uma «courela de vinha em Amora» adquirida por Mestre João das Leis e sua mulher Constança Afonso no ano de 1357⁷⁸ e que em 1416 aparece como uma «vinha da Canseira ou da Ribeira e casa na Amora Velha».⁷⁹

Era também proprietário em Cheira Ventos – **Sebastião Fernandes de Barros Cayado**, pai de Inês de Barros, mulher de Simão Lobato Quinteiro.⁸⁰ Este Sebastião vinculou uma vinha dentro da sua Quinta de Cheira Ventos a uma obrigação perpétua de duas missas cada ano na Igreja de Amora, onde foi sepultado em 1578.⁸¹ Simão Lobato Quinteiro, Capitão de Naus da Índia, natural da Quinta das Lobatas e casado com Inês de Barros Fernandes, edifica ou reconstrói casas nobres no sítio de Cheira Ventos, acrescentando-lhes em 1620, a sul destas, uma Ermida dedicada a S. João Baptista.⁸²

O mesmo Simão Lobato Quinteiro vem a casar, depois da morte da 1.^a mulher em 1633,⁸³ com Maria Soares, de quem teve 3 filhos: João, Domingos e Francisco; que nas Beiras e no Alentejo revelaram bravura no período da Guerra da Restauração. Esta Maria Soares, depois da morte do marido, vincula a sua terça dos bens de Cheira Ventos, que incluíam «casas nobres que estão onde chamam Cheira Ventos, termo de Almada, junto das quais está uma Ermida de S. João Baptista, que parte de uma banda com casas dos Lobatos e tem junto a si outras casas», a uma Capela e Morgado que ficou conhecido pelo «Morgado dos Lobatos», com a sepultura na Igreja de Amora e fundação estabelecida em 3 de Setembro de 1659.⁸⁴ Os sucessores deste Morgado, embora vivessem a maior parte do tempo em Lisboa, sobretudo a partir do séc. XVIII quando exercem cargos na Corte, continuavam muito ligados à Amora, sendo muitas vezes Juizes das suas Irmandades.

Com o terramoto de 1755 uma das casas nobres arruinou-se e em 1767 já se achava transformada em adega.⁸⁵ Após várias incidências, incluindo a confiscação de bens por dívidas, os bens do morgado são desvinculados em 1861⁸⁶ e vendidos em 1882 por Francisco Lobato Quinteiro de Barroso Faria, último morgado, e seu filho, ao Infante D. Augusto.⁸⁷

3.3. Paço do Infante

Logo após a aquisição pelo Infante D. Augusto da Quinta de Cheira Ventos, cujas casas nobres se encontravam bastante arruinadas, e a ermida já desaparecida, começa-se a tratar da medição da obras de uma nova casa e alguns recibos são passa-

dos em nome de Frederico Kessler, 2.º Barão de Kessler e Secretário Particular do Rei D. Fernando, Eng.º Civil pela Escola de Belas Artes e Manufatura de Paris, contudo a superintendência da obra será do Sr. Paulo Lauckner e a construção do Construtor Jorge Ferreira da Silva.

Entre 1882 e 1886, o Infante D. Augusto promove a edificação na Quinta de Cheira Ventos de um «Palácio moderno com rez-do-chão, 1.º e 2.º andares, tendo próximo e ao lado de um grande pátio e na entrada um portão de ferro», junto com outras melhorias, como por exemplo a construção de um novo poço. Alguns dos mestres intervenientes nas obras do Palácio do Infante foram o estucador e pintor **Domingos António da**



• Fig. 12: Palácio da Quinta da Amora, 1889.⁸⁸

Silva Meira,⁹⁰ os canteiros **José Moreira Rato** (casa), **Germano José de Sales** (lagar), ferreiros e serralheiros **Herculano José de Almeida**, de Cacilhas (portões), **Francisco António Nunes**, de Almada (nora de ferro), **Luiz e Isidoro Arcelus**, do Seixal (balcão, gradeamento do torreão, escadaria, caracol, gradeamentos).⁹¹ Outro aspecto interessante da intervenção do Infante é a aquisição em 1885 de diversas espécies vegetais ao Estabelecimento de Floricultura de Pedro da Costa (trepadeiras, coníferas, roseiras, e outras espécies raras).⁹²

Em 1886 instala-se um original torreão (ver imagem acima), cuja construção é da responsabilidade de Francisco **Firmino Correa Fernandes**.⁹³ Este torreão será depois destruído, ao que se conta por uma tempestade, sendo depois construído o actual torreão quadrangular pela firma A. Silva e Silva, já nos anos 40 do século XX.

Foram entretanto adquiridas outras propriedades,⁹⁴ sendo a Quinta de Cheira Ventos em 1886 constituída por «adega, pátio rela, palácio, cozinhas, casa dos poldros, palheiro, seleiro, casa da malta, casa da egoas, guarda pombal, casa do caseiro, em casa do lagar, tanque grande, pilares do poço» e era murada em redor.⁹⁵



• Fig. 13: Quinta do Palácio, residência de António Bossa, a. 1932.⁸⁹



Fig. 14: Imagem e autógrafa do Infante D. Augusto, in Diário Ilustrado, 1.10.1889.

a construção da referida Capela, até porque trabalhadores e o próprio Infante tinham então acesso à Capela da Quinta da Princesa e Infanta edificada em 1854.

O Paço pertence actualmente à família Sande Lemos, o primeiro dos quais, o Coronel José Sande e Lemos, que registamos aqui pelo menos desde 1931,¹⁰¹ passando depois para o seu filho o tenente-coronel Manuel Aboim Ascensão de Sande e Lemos (1899+2001)¹⁰² e estando actualmente na posse dos seus herdeiros, depois de a seguir a 1974 o espaço ter chegado a ser ocupado como escola.

3.4. Capela do Paço do Infante e as outras Capelas de Cheira Ventos

À semelhança da Quinta da Princesa, também a Capela da Quinta do Paço do Infante não é a original, uma vez que na mesma propriedade existiram anteriormente outras duas Capelas, de que já não existem vestígios: a **Capela de São João Baptista**, edificada em 1620, no Paço dos Lobatos, por **Simão Lobato Quinteiro**, quando este edificou ou reconstruiu casas nobres no sítio de Cheira Ventos acrescentando-lhes a sul destas uma ermida;¹⁰³ e a **Capela de Nossa Senhora da Salvação**, que **Gregório Dias da Silva**, casado com D. Maria Rosa Lobato, filha de Simão Lobato Quinteiro (neto do anterior), edificou junto das suas casas de Cheira Ventos (de Baixo ?).¹⁰⁴

A actual Capela do Paço do Infante, dedicada ao **Sagrado Coração de Jesus**,¹⁰⁶ foi descrita em 2003 como sendo de «planta rectangular simples aberta no lado do Evangelho por arco de volta perfeita com balaustrada, para espaço elevado destinado ao seguimento do culto pelos proprietários, e por porta de moldura recta e verga em arco deprimido de acesso ao corredor do espaço habitacional; lado da Epístola aberto por janela



Fig. 15: Actuais edifícios da antiga Quinta de Cheira Ventos, onde existiu uma Capela dedicada S. João Baptista.¹⁰⁵

e porta de moldura e verga recta para o exterior; altar-mor, com representação do Sagrado Coração de Jesus, demarcado por balaustrada pintada imitando granito. Cobertura interior de secção plana e pintada de cor azul». Sinalizada por uma pequena cruz de ferro sobre a porta direita da fachada principal, terá sido edificada numa das divisões do Paço do Infante, e nelas encontramos no altar mor a imagem do padroeiro (vid. Foto) e em dois pequenos nichos laterais sobressaentes, as de Santo António (esquerda) e São José (direita).

Tudo indica que a Capela foi acrescentada já depois da morte do Infante D. Augusto, ou pelo **Dr. António Rodrigues Bossa** ou pelo proprietário subsequente, o **Coronel José Sande Lemos**



Fig. 16: Paço do Infante.

4. Conclusões e Propostas

Conclusões

A região a sul do esteiro entre Corroios e Amora é uma área de grande valor paisagístico, de importância patrimonial e de grande potencial arqueológico contando com estruturas rústicas originárias dos séculos XIV e XVI. As fontes consultadas permitiram por um lado confirmar a antiguidade das propriedades, originárias do século XIV, e por outro o modo analisar o como estas evoluíram. Foi ainda possível datar as actuais capelas da Quinta do Castelo e da Princesa no século XIX, mais recentes do que a bibliografia conhecida levaria a supor.

Um dos aspectos mais interessantes da nossa investigação foi constatar o processo de consolidação por aquisição e remissão de foros, das propriedades que no século XIX deram origem à Quinta da Princesa e à Quinta do Paço do Infante. Processo idêntico, aliás, aos de outras propriedades reais, já documentados por exemplo no Alfeite e em Queluz.

Infelizmente, e apesar da sua riqueza histórica, só a Quinta da Princesa permanece, parcialmente, bem conservada. As restantes, a Quinta do Castelo e a do Paço dos Lobatos ou do Infante estão em mau ou muito mau estado de conservação, sendo urgente a sua classificação e recuperação, sob pena de estas perderem algum do valor arquitectónico que ainda possuem.

Propostas para a Valorização Patrimonial

1 – Fazer um levantamento do Património edificado e das áreas de potencial arqueológico.

2 – Trabalhar com os proprietários das quintas no sentido de criar formas de valorização dos espaços, quer através da recuperação dos imóveis degradados, quer da criação de percursos pedonais acessíveis à população.

3 – Dinamizar campos arqueológicos, envolvendo p. ex. a comunidade escolar, tendo em vista a exploração e descoberta do passado desta área ainda tão desconhecida!

Agradecimentos e contributos

Gostaria de deixar um agradecimento às entidades e pessoas que tornaram possível a investigação e publicação deste estudo, nomeadamente: Arquivo Histórico Municipal de Almada (Prof. Dr. Alexandre M. Flores); Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (Dr. Ricardo Aniceto e Dr.^a Teresa Ponces); Arquivo da CM Seixal e o Ecomuseu (Dr.^a Ana Cláudia Silveira); Arquivo Histórico da Misericórdia de Almada (Dr.^a Paula Costa); Arquivo da Torre do Tombo (Dr. Silvestre Lacerda / Dr.^a Odete Martins); Arquivo Distrital de Setúbal; Arquivo Municipal de Lisboa; Comunidade Católica da Quinta da Princesa; Prof. Manuel S. Lima; e o Centro de Arqueologia de Almada que patrocinou a sua apresentação e publicação.

Agradecimento particular

Gostaria também de agradecer em particular a um conjunto de pessoas que em muito contribuíram, directa e indirectamente, para o conhecimento que hoje temos da história e património do Concelho do Seixal: António Nabais, Augusto Pinho Leal, Ayres Passos Vieira, Cláudia Silveira, José Augusto Oliveira, Manuel de Oliveira Rebelo, Manuel S. Lima, Maria Alfreda da Cruz e Paulo Guinote.

Siglas

ACMS: Arquivo da Câmara Municipal do Seixal
ADLSB: Arquivo Distrital de Lisboa
ADLSB-CNL: Arquivo Distrital de Lisboa, Cartórios Notariais de Lisboa
ADLSB-RP: Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais
ADSTB: Arquivo Distrital de Setúbal
ADSTB-CNA: Arquivo Distrital de Setúbal, Cartórios Notariais de Almada
ADSTB-RP: Arquivo Distrital de Setúbal, Registos Paroquiais
AHMA: Arquivo Histórico Municipal de Almada
CMS: Câmara Municipal do Seixal
SSNSMS: Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Monte Sião de Amora
TT-CHR: Torre do Tombo, Chancelaria Régia
TT-DP: Torre do Tombo, Desembargo do Paço
TT-HSJ: Torre do Tombo, Hospital de S. José
TT-MPL: Torre do Tombo, Mitra Patriarcal de Lisboa
TT-OACSB: Torre do Tombo, Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis
TT-VNC: Torre do Tombo, Viscondes de Vila Nova da Cerveira, AHSCMA: Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada
LB: Livros de Baptismos
LC: Livros de Casamentos
LO: Livros de Óbitos
UI: Unidade de Instalação
AHPL: Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa
TT-AHMF: Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Fontes Documentais:

Fontes Manuscritas

1.^a Conservatória do Registo Predial de Almada, Liv. B-1
ACMS, *Arquivo Histórico*, CMS/C/A/04/Cx006; SSNSMS/A/01/Liv. 001.
ADLSB, *Cartórios Notariais de Lisboa*, 11B, Cx. 55, Liv. 327
ADLSB, *Cartórios Notariais de Lisboa*, 03 (Ex. 11), Cx. 189, Liv. 919; Liv. 920
ADSTB, *Cartório Notarial de Almada*, Cx. 4406, Liv. 125; Cx.

4411, Liv.166.

ADSTB, *Registos Paroquiais*, Corroios, LB_1; LC_1.
AHMA, # 1801, Liv. 6.^o.
AHMA, *Livros de Décimas*
AHMA, *Registo de Testamentos*, Liv. 10 (# 920).
AHPL, *Expediente*, Cx. 1836 (1); Cx. 1854 (2).
AHPL, *Registo Geral*, Ms. 832; UI 252; UI 253; UI 280.
AHSCMA, Livro 92 (Tombo da Albergaria de Santa Maria de Almada em 1505).
AHSCMA, Livro G.
AHSCMA, *Livros dos Foros*, Livro 2.^o (1839-1844).
TT, *Casa Real*, Cxs. 6482-6520 (Administração da Casa do Infante D. Augusto).
TT, *Chancelaria Régia*, D. João I, Liv. 1; D. João V, Liv. 86; D. João VI (1), Liv. 42.
TT, *Chancelaria Régia*, D. José I, Extinção de Capelas, Liv. 34.
TT, *Desembargo do Paço*, Mç. 2145, n.^o 41.
TT, *Hospital de S. José*, Escrivão Botelho, mç. 3, n.^o 1, cx. 519.
TT, *Hospital de S. José*, Escrivão Pontes, mç. 164, n.^o 2, cx. 1310; mç. 230, n.^o 20, cx. 1428; mç. 249, n.^o 2, cx. 1462; mç. 268, n.^o 16, cx. 1496
TT, *Hospital de S. José*, liv. 530, fól. 228v; livs. 2045 e 2046, n.^o 65.
TT, *Mitra Patriarcal de Lisboa*, Liv. 1.
TT, *Ordem de Avis Convento de S. Bento*, mç. 3, n.^o 306; mç. 4, n.^o 385; , mç. 8, n.^o 760; mç. 9, n.^o 807.
TT, *Viscondes de Vila Nova da Cerveira*, Cx. 03, 16; Cx. 03, 14; Cx. 03, 13; Cx. 03, 06; Cx. 04, 5; Cx. 03, 08; Cx. 03, 15 Cx. 05, 23; Cx. 01, 08; Cx. 03, 13; Cx. 04, 05; Cx. 03, 10; Cx. 03, 07; Cx. 16, 55; Cx. 03, 19; Cx. 16, 41; Cx. 25, 48; Cx. 03, 02; Cx. 16, 55;

Bibliografia

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vol.s, Lisboa e Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, 1936-1960 (vd. Amora, Infante D. Augusto)
CARDOSO, (Pe.) Luís – *Diccionario Geográfico*, 1.^o e 2.^o vol.: 1747-1751 (vd. Almada na História, N.^o 7-8).
COSTA, (Pe.) António Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo III - 2.^a Edição: 1868 (vd. Almada na História, N.^o 1).
LEAL, Augusto Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. 1 (vd. Amora e Corroios), 1873.
SANTA MARIA, (Frei) Agostinho de – *Santuário Mariano*, Livro II, Lisboa, Of. A.P. Galvão, 1707.

Monografias

CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Porto : FAUP, 1999.
CRUZ, Maria Alfreda – *Margem Sul do Estuário do Tejo*, s.n, 1973.
FLORES, Alexandre M., COSTA, Paula Freitas da – *Misericórdia de Almada : das origens à Restauração. Almada : Santa Casa da Misericórdia de Almada*, 2006.
FLORES, Alexandre M., POLICARPO, António Neves – *Arsenal do Alfeite*, Almada: Junta de Freguesia do Laranjeiro; Câmara Municipal de Almada [etc.], 1998.
GUINOTE, Paulo – *Seixal: uma história de descobertas*, Lisboa : Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, D.L. 1993.
LÁZARO, Alice – *O Testamento da Princesa do Brasil. D. Maria Benedita (1746-1829)*, Lisboa : Tribuna da História, 2007.
LIMA, Manuel S. Lima – *Corroios. minha terra co(m) a rroios*, 1.^a ed. Lisboa: Plátano, 2001.
_____. – *Amora : memórias e vivências d'outrora*, Lisboa: Plátano, 2006.
LINO, Raul (coord.) – *Documentos para a História da Arte em Portugal*, vol. 12, Lisboa, FCG, 1972.

PALAIIO, António Augusto R. – *Seixal do Princípio do Século XX aos anos 70*, 2001.

PAULO, Eulália de Medeiros, GUINOTE, Paulo – *A banda d'Além do Tejo na História : roteiro histórico da margem do estuário do Tejo das origens ao fim do antigo regime*, Lisboa : Grupo de Trabalho do Min. da Ed. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

QUARESMA, Susana – *O Palácio Real do Alfeite*, Lisboa : Comissão Cultural da Marinha, 2011.

REBELO, Manuel de Oliveira – *Retalhos da minha Terra (Monografia do Concelho do Seixal)*, Seixal, 1959.

RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos científicos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia*, Tomo II, Lisboa, Academia Real das ciências, 1972.

SANTA ANA, José (Fr.) Pereira de – *Chronica dos Carmelitas de antiga e regular Observancia*, Vol. I, 1745.

SEIXAL, Biblioteca Municipal do (Fundo Local), *Dossier do Património Artístico e Arquitectónico*, pp. 31-32.

SOUSA, Raul H. Pereira de – *Almada: Toponímia e História*, Almada: C. M., 2003.

VIEIRA, Aires P. – *Almada no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Almada : C.M., 1996.

_____ – *Conheça o passado histórico da região onde vive*, Lisboa : Colibri, 2006.

Catálogos, Publicações e outros

FERREIRA, Francisco Leitão – «Litteratura e bellas-artes. Notas ineditas de Francisco Leitão Ferreira ás Noticias chronologicas da universidade de Coimbra», *O Instituto: Jornal Científico e Litterario*, Vol. 14, Coimbra : Universidade, 1871, p. 240.

FILIPPE, Graça, LIMA, Manuel – *Catálogo da Exposição: Agricultura e espaços rurais no concelho do Seixal*, Seixal : Ecomuseu, 1992.

FLORES, Alexandre M. – «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», *Anais de Almada*, 5-6 (2002-2003), pp 23-76 [Almada / Seixal].

LIMA, Manuel S. Lima – «Quinta da Princesa». In *Tribuna do Povo*, A. XLIX. n.º 1125, 18.2.2000

_____ – «A Antiga Quinta dos Frades do Carmo em Corroios, hoje conhecida por Quinta do Brasileiro», *Boletim das Festas de Corroios*, 2006.

MENDES, Rui M. – «Património Religioso de Almada e Seixal: Ensaio sobre a sua História no séc. XVIII», *Anais de Almada*, n.º 11-12, 2010.

_____ – «Os Tabeliães e o Notariado em Almada: A sua História e os seus Arquivos», *Anais de Almada*, n.º 13-14, 2012.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – «A Banda d'Além a partir de dois tombos do início de Quinhentos», in *Paisagens Rurais e Urbanas*, I, Lisboa : CEH-UNL, 2005

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – «Atravessar o Tejo: mercadores entre Lisboa e a Outra Margem», *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, 2007

_____ – «Entre o simbólico e o real : a paisagem como cenário nos rituais das tomada de posse», *Paisagens Rurais e Urbanas*, III, Lisboa : CEH-UNL, 2007, pp.109-119.

_____ – «Estrutura do Povoamento no termo de Almada (Séculos XIV e XV)», *Paisagens Rurais e Urbanas*, IV, Lisboa : CEH-UNL, 2009, pp.153-166.

POLICARPO, António Neves, «Tesouro Descoberto no Alfeite», *Jornal da Região Almada*, 25.10.2000.

PEREIRA, Susana Quaresma e – *Palácio Real do Alfeite - Da Fundação à Contemporaneidade (Séc. XVII-XX)*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2011.

SILVEIRA, Ana Cláudia – «Carta do Património do Seixal. A Quinta do Castelo, um Legado de Nuno Álvares Pereira», in *Ecomuseu Informação*, N. 55, 2010, pp. 16-18

Periódicos

A Ilustração portuguesa: semanario revista litteraria e artistica, Volume 5, N.º 42, 28.10.1889

Diário Ilustrado, 1.10.1889.

Diários do Governo, 26-1-1838; 15-1-1836; 26-1-1838; 26-3-1886 e 27-3-1886; 21-5-1886; 1-7-1890.

Cartografia

IGEOE – Instituto Geográfico do Exército, *Carta dos Arredores de Lisboa* 1:20.000, 1904

IGEOE – Instituto Geográfico do Exército, *Carta Militar* 1:25.000 de Lisboa e Barreiro, 1961

COSTA, José Maria Neves (Major) – «Carta Topográfica Militar do Terreno da Península de Setúbal», Instituto Geográfico do Exército, 1816

Documentos electrónicos [consultados entre Abril e Maio de 2012]

SILVA E TAVARES, Manuel Santos Silva e Alice Tavares – «David Negro: un judío cortesano en la coyuntura portuguesa de 1383-1385», pub. http://www.revistamirabilia.com/nova/images/numeros/2009_09/09.pdf

<http://www.geocities.com/CapitolHill/Senate/9472/PRINCESA.htm>

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16752 (Quinta do Castelo)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16751 (Quinta do Infante)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10411 (Quinta da Princesa)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16759 (Ermida de St.ª Marta)

http://www.museulourinha.org/pt/arq_idade_3.htm

http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Possid%C3%B3nio_Narciso_da_Silva

Notas:

¹ in FLORES, Alexandre M., *Almada Antiga e Moderna*, Vol. 1: Almada.

² Cf. TT-VNC, Cx. 03, n.º 14.

³ O Rei, como donatário que era da vila de Almada e seu termo, era também senhor de muitas das propriedades aí existentes, algumas das quais vai doar e emprazar a particulares que estavam na sua esfera ou lhe tinham prestado revelantes serviços na Corte e nas Armas (Cfr.. TT-CHR, D. João I, Liv. 1, f. 1; Cf. TT-CHR, D. João I, Liv. 1, fs. 1 e 54v).

⁴ «três pequenas povoações, uma chamada Marialva, outra Santa Marta, outra Carrasco e tão limitadas, que não excede a maior de oito vizinhos, e, estes ainda com sua dispersão, e pouca ou nenhuma união de casas com casas». Vid. Pedro Simões Duarte (Cura de Corroios), *Memória Paroquial de Corroios*, 1758 in ANTT, *Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais*, volume 11, n.º 386, fls. 2609-2615. apud FLORES, 2009.

⁵ Diz a sua descrição predial (1901) que «confrontava do norte e, sul e poente com caminhos públicos, nascente com rio Tejo e Quinta do Rouxinol, sendo composta por casa de habitação, capela, adega, lagar com duas lagarças e cantaria, duas varas e dois fusos de cantaria, casa para caldeira de destilação, casa da malta chamada cardosa, casa para caseiro, abegoaria, pátio para entrada pela Estrada Real, poço com agua nativa, tendo montada nesta mira nora à antiga, moinho hidráulico ou azenha [moinho

de maré de Corroios] vinha, arvoredos de fruto, terras de sementeira, brejos e portos para embarque de bunhas», com o valor venal de 4:500\$00 reis. Vid. LIMA, 2001, p. 49.

⁶ Diz o Cronista da Ordem do séc. XVIII que o Convento do Carmo de Lisboa «no mesmo districto possui uma grande Quinta, chamada de Corroios, onde ainda se conserva a antiga torre das casas do mesmo Conde Santo, sem que nenhum Prelado até o presente se resolvesse a lhe renovar a figura, porque assim envelhecida, melhor persuade a grandeza de seu primeiro Senhor, cuja memoria dura entre os visinhos daquelle Termo, a quem a torre faz presente a antiga idade daquellas passadas». Vid. SANTA ANA, 1745, pp. 382-383.

⁷ Em 1622, baptismo de Domingos, filho de Domingos Pires do Castelo. Cf. ADS-PRQ, Corroios, LB_01, f.26v; Em 1681, baptismo de Domingos, filho Domingos de Oliveira e Francisca Rodrigues «moradores no Castello da mesma freguesia». Cf. ADS-PRQ, Corroios, LB_01, f.89; Em 1700, óbito de Manuel Rodrigues, «morador no Castello». Cf. ADS-PRQ, Corroios, LO_02, f.19v.

⁸ Vid. LIMA, 2006.

⁹ Em 1771, casamento no «Oratório das Casas da Quinta de Dona Marianna Thereza da Silva [viúva do Desembargado João da Silveira Zuzarte], denominada a do Castello» de Margarida da Silva, sua filha. Cf. ADS-PRQ, Corroios, LC_01, f.65v. Por aqui se vê que a Quinta do Castelo não poderia ser a mesma que a Quinta dos Padres do Carmo pois esta tinha uma Ermida dedicada a N.ª Sr.ª do Monte Carmo e pertenceu aos Carmelitas até à extinção dos conventos sendo arrematada em 1836. Cfr. LIMA, 2006; SILVEIRA, 2010.

¹⁰ Dizem os instituidores «que são possuidores de duas quintas uma delas cita na freguesia de Corroios, termo da vila de Almada a que chamam do Castelo, com uma pensão de certas missas na Igreja da Madalena e outra na Praya do Alfeite, termo da mesma vila chamada do Outeiro». Cf. TT-HSJ, Escrivão Pontes, mç. 249, n.º 2, cx. 1462. A Quinta do Outeiro foi depois sub-rogada pelo Infantado e integrada na Quinta do Alfeite.

¹¹ Vid. FERREIRA, 1871, p. 240.

¹² Cf. TT-CHR, D. Maria I, Liv. 69, f. 77.

¹³ Diz o seu testamento, em 1698, que tem «outra quintam em Corroios termo d'Almada a qual quintam há duas partes que são forras e isentas e a terceira parte della foi de Martim Alho com duas casas e vinhas e pumar e esta terceira parte se paga à Igreja de Santa Maria Magdalena desta cidade por dia de Todos os Santos 6 alqueires de trigo e 2 almudes de vinho sessenta reis de dinheiros por huma missa cantada que em cada hum anno se há-de dizer na dita Igreja da Magdalena por o dito Martim Alho». Cf. TT-HSJ, Escrivão Pontes, mç. 249, n.º 2, cx. 1462.

¹⁴ Cf. ADS-CNA, Cx. 4392, L.056-I, f. 19f.

¹⁵ Em 1810 era composta por «casas, vinhas, terras, oliveiras e pinhal» e andando então arrendada a Francisco dos Santos Franco com excepção das casas de sobrado reservados aos proprietários. Cf. ADS-CNA, Cx. 4413, L.183, f. 61.

¹⁶ Cf. ADS-CNA, Cx. 4413, L.183, f. 61.

¹⁷ Cf. TT-AHME, *Cartas e Lista de Arrematação*, Lv. 485, p. 194, N. 581 – apud Ana Cláudia SILVEIRA, Exposição permanente no Moimho de Maré de Corroios, visitada em 2012.

¹⁸ José Maria da Silveira Zuzarte e sua mulher D. Maria José Pereira Zuzarte, moradores na Rua de Santa Cruz do Castelo, 74, venderam, em 1880, a António Joaquim Alves Valadares, proprietário, morador em Belém, dezasseis domínios directos impostos em diferentes prédios no sítio do Soutelo, Amora, que pertenciam a estes vínculos abolidos. Cf. ADL-CNL, Of.º 1-B, Cx. 133, L. 989, ff. 75v-79.

¹⁹ Medalha de ouro e outra de prata na Exposição de Paris (1878), assim como uma de cobre na Exposição de Filadélfia (1876). Vid. LIMA, 2001, p. 49.

²⁰ Vid. A Voz da Amora, N.º 4, 28-XI-1916.

²¹ Vid. SILVEIRA, 2010, p. 17.

²² Vid. LIMA, 2001, p. 28.

²³ João Luís Lourenço diz, numa petição ao Cardeal Patriarca de Lisboa, que «tem uma Capela edificada de novo em uma sua Quinta no Distrito de Corroios, Freguesia que está hoje unida à d'Amora, para se celebrar de novo ali o Santo Sacrificio da Missa não só à família de casa, mas também ao público», e pede que a mesma seja benzida e aberta ao culto. A resposta afirmativa é dada por Despacho de 16 de Novembro de 1836 e Provisão do dia seguinte. Cf. AHPL, UI 253, f. 29; AHPL,

Expediente, 1836, Caixa 1, s/n.

²⁴ Vid. LIMA, 2001, p. 28.

²⁵ Cf. AHMA, *Registro de Testamentos*, Livro 10 (Cota 920), fls. 21v-23v.

²⁶ Cf. TT-HSJ, Lvs. 2045, 2046, n.º 65: «Capella de João Luiz Lourenço, administrada por D. Isabel Maria Lourenço, mulher de Domingos Afonso, com obrigação de Uma missa em todos os dias festivos de Nossa Senhora na Ermida da Quinta do Castello em Corroios. Contas de 1845 a 1858»

²⁷ Vid. LIMA, 2001, p. 28.

²⁸ Vid. Sebastião Rodrigues Rogado (Cura de Amora), *Memórias Paroquiais de Amora*, 1758 in *Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais*, volume 3, n.º 76, fls. 573-582 apud FLORES, 2009.

²⁹ Vid. Sebastião Rodrigues Rogado (Cura de Amora), *Memórias Paroquiais de Amora*, 1758 in *Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais*, volume 3, n.º 76, fls. 573-582 apud FLORES, 2009.

³⁰ Cf. TT-VNC, Cx. 03, n.º 16.

³¹ Cf. TT-VNC, Cx. 03, n.º 14.

³² Cf. TT-VNC, Cx. 03, n.º 12.

³³ Cf. TT-VNC, Cx. 03, n.º 9.

³⁴ Cf. TT-VNC, Cx. 03, n.º 06.

³⁵ Cf. TT-HSJ, escrivão Pontes, mç. 268, n.º 16, cx. 1496.

³⁶ Cf. TT-DP, Mç. 2145, n.º 41.

³⁷ Cf. AHSCMA, Papeis vários da S. C da Misericórdia de Almada, Tomo XV, fls. 99 e 99 v, apud FLORES e COSTA, 2006, pp 38-39, 168-170.

³⁸ Descrita, em 1505, como uma «Quinta na Amora Velha com suas casas e oito courelas de vinhas e árvores e duas hortas a qual quinta trás André Vicente (...) Uma das vinhas entesta com o Juncal do Sapal da banda do levante. Uma courela entesta com Gonçalo Rodrigues Galo e caminho de serventia. / Item tem mais esta quinta uma casa feita térrea e outra feita abóboda as quais fazem canto antre a casa de Gonçalo Rodrigues Galo. / Item esta quinta das suas confrontações a dentro, que é toda de Santa Maria, tem uma horta que jaz junto do sapal no cabo de uma das courelas. / Item mais outra orta no dito lugar. / Item mais duas courelas de pinhais que estão no dito logo de Amora Velha antre a vinha de Gonçalo Rodrigues Galo e a vinha de Pedro Anes o Velho e estrada que vai para Coima». Cf. AHSCMA, Livro 92 (Tombo da Albergaria de Santa Maria de Almada em 1505), ff. 20v-25.

³⁹ Cf. AHSCMA, Livro G: Livro de Notas de Escrituras dos Bens das Albergarias, pt II - Livro 2.º das Albergarias de N.ª Sr.ª da Vila de Almada (1572-1611), ff. 35v-37.

⁴⁰ Não sabemos em que ano passou esta quinta ao dito Seminário, que foi fundado em 1605, por António Fernandes Ximenes, e era administrado pelos Padres Jesuítas Irandeses, contudo estes, já em 1707, são dados como proprietários de uma quinta no Rocio de Amora. Vid. COSTA, 1868, p. 273.

⁴¹ Cf. ADSTB-RP, Corroios, LC_01, f. 71v.

⁴² Vid. LINO, 1972, pp. 23-24; RIBEIRO, 1872, pp. 93-95.

⁴³ Por uma escritura de 15 de Junho de 1836, onde se regista a venda da «Quinta no Rocio d'Amora, que se compõe de árvores de fruta, metida de vinhataria, suas oliveiras, com cazas altas que tem huma baranda com degraus de cantaria com cinco casas pela parte de baixo = Huma adega, e outra caza com seu lagar de Alvenaria, Dorna de Cantaria, Caza de Acomodação, e Huma Ermida, e outra caza que serve de Cozinha com seu forno, e Huma cantoja, e Humas de acomodação, foreira a Misericórdia da vila d'Almada em dois mil e oitocentos reis (2\$800 rs) ou mais, com Laudémio de quarentena, e á Câmara Municipal da mesma vila em quinhentos reis (\$500 rs) amais, e dito Laudémio de huma azinhaga encorporada na mesma quinta, e avaliada esta azinhaga em vinte mil réis, entra a quinta em oitocentos centos mil réis livres de foro ou qualquer outra pensão, e os fabricos da mesma quinta em doze mil reis (12\$000)». Cf. ADLSB, CNL, Of.º 03 (Ex. 11), Cx. 189, Liv. 920, ff. 6v-8v.

⁴⁴ Cf. TT-OACSB, mç. 3, n.º 306; mç. 4, n.º 384.

⁴⁵ Cf. TT-OACSB, mç. 9, n.º 812.

⁴⁶ Foi já em Dezembro de 2012, depois da apresentação no Encontro, que descobrimos novos elementos sobre este foro ou Prazo, que pensávamos tratar-se da Quinta Grande do Rocio de Amora, agora identificada com o núcleo original da Quinta da Infanta e Princesa (vid cap. 2.5). Veja-se TT, Provedoria de Setúbal, Mç. 141, n.º

20 e n.º 40, documentos sobre os bens do Dr. Luís Joaquim da Frota e Almeida, natural do Brasil e falecido em Lisboa em 1816, que recebera esta quinta do Rocio de Amora por doação que lhe fizera Maria Antónia Eliziário Boto, em 1800, sendo esta foreira dela em 2.ª vida. Os mesmos documentos apresentam uma Carta de D. João V a confirmar o aforamento que o Conde de Unhão, como Comendador de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, fizera em 26 de Março de 1727, em 2.ª Vida a José Nunes de Carvalho, como avô e tutor do menor João Nunes de Carvalho, que nesta sucedera pelo falecimento do pai, João Cordeiro, e que depois se fizera novo aforamento, ficando o dito João Nunes, em 1.ª vida, sucedendo-lhe em 2.ª vida a sua sobrinha a dita D. Maria Antónia Elisiário Boto por este nomeada sucessora no seu testamento de 1770. Em 1725 tinha a quinta então «duas casas de sobrado, com suas duas loges, huma caza em que está hum lagar de vinhos e outra caza que he a adega, outra pequena que serve de acolhimento para Galinhas, outra que serve de despojos, todas estas terras telha vaã e as de sobrado forrada (...) com a qual parte com o cham e serventia do conselho, tem duas Amindooeyras, hum damasqueiro, huma romeira, huma figueira, huma pereira e logo se medio a vinha grande que chamão da Estrada (...), e a outra vinha que chamão da Ribeira que está das casas para a parte do mar».

⁴⁷ Colocada em praça e arrematada em 26 de Março de 1838, era descrita como uma «propriedade de casas altas, sitas onde chamam o Rocio de Amora, termo da Villa d'Almada, e consta de casa de entrada, quartos, cozinha com forno, casa de lagar de canteria, e sua adega – uma fazenda metida de vinhateria, com pés de oliveiras, no mesmo sítio; parte do norte com brejo de José Dias, sul, nascente, e poente com fazendas da Sereníssima Senhora Infanta D. Isabel Maria – e uma pequena vinha no mesmo sítio, com seus pés de oliveira, que fica separada do prédio antecedente, e parte pelo norte com estrada pública, sul, nascente, e poente com fazendas da mesma Sereníssima a Senhora Infanta. – Estes três prédios constituem um prazo foreiro á Commenda de Santa Maria d'Alcáçova, da Villa de Santarém, em 12\$444 réis, do qual fora último emphyteuta o Doutor Luiz Joaquim da Frota: em atenção ao que, foi tudo avaliado no total de – 616\$120». Vid. Diário do Governo, 26.2.1838; Cf. ADLSB, CNL, Of.º 1-B, Cx. 128, Liv. 965, ff. 71v-77.

⁴⁸ Foi seu primeiro sucessor o filho Francisco Antunes. Cf. TT-HSJ, liv. 530, f. 228v.

⁴⁹ Cf. ADS-CNA, Cx. 4406, Liv. 125, f. 27v; TT-CHR, D. José I, Extinção de Capelas, Liv. 34, f. 342.

⁵⁰ No Tombo das Propriedades do Almojarifado do Alfeite, feito em 1792, o Pinhal do Cabral (situado aproximadamente no local da Fábrica da Siemens) partia a norte já com as propriedades da Quinta da Princesa. Cf. TT, Casa Real, n.º 2404.

⁵¹ Vid. LÁZARO, 2007, p. 98; Diário do Governo, 15.1.1836; Cf. ADLSB, CNL, Of.º 1-B, Cx. 128, Liv. 965, ff. 71v-77. No inventário do seu testamento, feito em 1831, a parte rústica aparece descrita como «uma fazenda denominada as Alcobças, consta de vinhataria, árvores de fruto e oliveiras», partindo do norte com courela de brejo dos Religiosos Carmelitas Calçados, do sul com a quinta da Sereníssima Senhora Infanta Dona Isabel Maria e fazenda do colégio de São Patrício, do nascente com praia e courela de Cláudio José Falcão, e do poente com fazendas dos herdeiros do doutor Frota, sendo avaliada na quantia de um conto e quinhentos mil réis. Vid. LÁZARO, 2007, pp. 145-147

⁵² Cf. ADLSB, CNL, Of.º 1-B, Cx. 128, Liv. 965, ff. 71v-77.

⁵³ Veja-se para uma descrição completa das propriedades anexas à Quinta da Princesa na seguinte fonte: ADLSB, CNL, Of.º 1-B, Cx. 128, Liv. 965, ff. 71v-77.

⁵⁴ Vid. Jornal do Comércio, 17.4.1859 – apud REBELO, 1959.

⁵⁵ Cf. AHPL, UI 252, f. 142v; AHPL, Exp. 1854, Cx. 2.

⁵⁶ Vid. PEREIRA, 2011; <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4221413>.

⁵⁷ Escritura de venda lavrada em 8 de Agosto de 1877, perante Monsenhor Pedro Baines, súbdito inglês, presidente do referido Colégio, sendo os bens vendidos «um prédio rústico que S.A. possuía conhecido pela denominação de «Quinta de Amora», [...] que consta de palácio, ermida, adega e mais oficinas, quintas, vinhas, terras de sementeira, pinhais, sapais e confronta a quinta propriamente do norte com o mar do poente com Domingos Afonso e outros e do sul com estrada pública e do nascente com estrada pública e Custódio Ignácio e outros», bem como diversas courelas, pinhais e outros bens na Amora e Almada. Cf. ADLSB, CNL, Of.º 1-B, Cx. 128, Liv. 965, ff. 71v-77.

⁵⁸ TT, Casa Real, Cxs. 6487-6489.

⁵⁹ José António de ABREU, Planta do Pinhal do Cabral [Material cartográfico / lev. red. e lith. J. A. de Abreu. - Escala 1:2000. - Lisboa : Na Off. da Rua Nova dos Martyres, 1849. - 1 pl. : p&b ; 20,90x28,40 cm em folha de 26,40x41,00 cm <http://purl.pt/1823>.

⁶⁰ Vid. PALAIO, 2001.

⁶¹ Vid. PALAIO, 2001.

⁶² Vid. O Seixalense, A. 6, n.º 127, 11.5.1930.

⁶³ Como aconteceu no acampamento do Grupo de Escoteiros N.º 67 do Seixal feito em 1931. Vid. O Seixalense, A. 7, n.º 159, 25.10.1931.

⁶⁴ Na segunda metade do séc. XX era um prédio misto, urbano e rústico, «composto de horta, culturas arvenses, sobreiros, cultura arvense de regadio, mato, pastagem. Oliveiras, olival, pinhal, solo estéril, pomar de laranjeiras, eucaliptal, montado de sobro, vinha, pereiras, figueiras, ameixeiras, pessegueiros, dependências, dois conjuntos habitacionais, capela e casa de habitação de rés-do-chão», confrontando do norte com rio e Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos, do sul com Quinta da Princesa S.A., Plessey-Automática Eléctrica Portuguesa, S.A. [ex- Automática Eléctrica Portuguesa, depois de 1971 Grupo Centrel], do nascente com Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos e estrada e do poente com rio. Cf. 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, Livro B-6, f. 52, n. 2024.

⁶⁵ Em 2004 foi transmitida à Sociedade Imocalábria – Empreendimentos Imobiliários, na posse qual foi parcialmente expropriada em 2008 em terrenos necessários para a “Construção da Estação Elevatória do Talaminho” e o “Interceptor da Quinta da Princesa”. Cf. 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, Livro B-6, f. 52, n. 2024.

⁶⁶ Veja-se o Inventário dos ornamentos e alfaia da Capela da Quinta do Rocio de Amora, a quando a extinção dos Jesuítas em Portugal, no ano de 1759. In LINO, vol. 12, pp. 23-24.

⁶⁷ Cf. ADLSB, CNL, Of.º 03 (Ex. 11), Cx. 189, Liv. 920, ff. 6v-8v.

⁶⁸ Foi visitada e benzida no dia 27 de Outubro de 1854 pelo Pe. José António de Magalhães, que o regista num auto: «fui à Quinta da Sereníssima Senhora Infanta D. Izabel Maria no sítio d'Amora; e visitando a Capella pública, que a mesma Sereníssima Senhora Mandou de novo edificar alli junto do seu Paço, achei; que estava mui decente para a celebração do Santo Sacrificio da Missa e mais Officios Devinos; e por isso imediatamente procedi à cerimónia da Benção da mesma Capella publica, e celebração do Santo Sacrificio da Missa tudo na conformidade do que se acha prescrito pelo Ritual Romano». Cf. AHPL, UI 252, f. 142v; AHPL, Exp. 1854, Cx. 2.

⁶⁹ Decreto Patriarcal de 16 de Setembro de 1854. Cf. TT-MPL Liv. 1, # 311.

⁷⁰ Cf. TT, Casa Real, Cx. 6486.

⁷¹ Cf. AHPL, UI 280, f. 18.

⁷² Vid. LIMA, 2000.

⁷³ Vid. LIMA, 2000.

⁷⁴ Em 1758 ficavam «para a parte do poente, e norte deste lugar (de Amora); o primeiro se chama cheiraventos, que antigamente se chamava Amora velha, então constava de muitos moradores há mais de duzentos anos a esta parte, está reduzido a quatro quintas com seus caseiros, e trabalhadores, e três moradores mais em casas das mesmas quintas, e é tradição deste lugar, foi a primeira povoação desta freguesia, que deu nome a este lugar da Amora» e ainda o lugar do Talaminho que constava de dez fogos Vid. Sebastião Rodrigues Rogado (Cura de Amora), Memórias Paroquiais de Amora, 1758 in Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais, volume 3, n.º 76, fls. 573-582 apud FLORES, 2009.

⁷⁵ Identificámos em Cheira Ventos os morgados e capelas de: - **Nicolau Afonso** (que em 1538 assinou o Compromisso da Confraria de NS do Monte Sião), com capela na Igreja de Amora, a que depois sucedeu os Gama Lobo, com uma quinta a norte junto ao sapal, abolido em 1861, Cf. TT-HSJ, Lvs. 2045 / 2046, N.º 27, Extractos, f. 39;

- **João Rodrigues Vargas**, com capela na Igreja de S. Francisco de Lisboa, edificada na Igreja de Amora, a que depois sucederam os Lobatos, com uma quinta no Talaminho, abolido em 1861, Cf. TT-HSJ, mç. 74, n.º 4, cx. 669;

- **Sebastião Fernandes Bairros**, sogro de Simão Lobato Quinteiro (que em 1538 assinou o Compromisso da Confraria de N.ª

Sr.^a do Monte Sião), com capela na Igreja de Amora em 1578, a que depois sucederam os Lobatos, que deveria corresponder ao próprio Paço dos Lobatos, abolido em 1861, Cf. TT-HSJ, Lvs. 2045 / 2046, N.º 27, Extractos, f. 39;

- **Maria Soares**, viúva de Simão Lobato Quinteiro, que vinculou em 1659 a terça de umas casas nobres e outras propriedades livres anexas ao Paço dos Lobatos, abolido em 1861, Cf. TT-HSJ, escrivão Botelho, mç. 3, n.º 1, cx. 519; Segundo António Carvalho da Costa, em 1707, havia ainda no Talaminho os morgados dos Morais e Cabrais, e de Gomes Amaral, a que sucedeu no séc. XVIII Bartolomeu de Sousa Mexia.

⁷⁶ Cf. TT-VNC, cx. 16, n.º 55.

⁷⁷ Cf. TT-VNC, cx. 16, n.º 55.

⁷⁸ Cf. TT-VNC, cx. 3, n.º 8.

⁷⁹ Cf. TT-VNC, cx. 3, n.º 13.

⁸⁰ Cf. ADSTB-PRQ, Amora, LO_01, f. 128.

⁸¹ Cf. ACMS, Arquivo Histórico, SSNSMS/A/01/Lv. 1.

⁸² Os Lobatos da Amora descendem de Pedro Enes Lobato, antigo companheiro de Armas de D. Nuno Álvares Pereira, que foi proprietário no termo de Almada, embora na Arrentela. Pedro Annes Lobato (? + 1442) recebeu em 1393 do Condestável D. Nuno (1360 + 1431) as rendas da Alcaidaria de Almada com a obrigação de ter um certo número de tropas conforme a sua capacidade para serviço de El Rei (Vid. José Pereira de Santana, *Chronica Dos Carmelitas Da Antiga, E Regular Observancia nestes ...*, Tomo 1, Parte III, p. 327). Terá também recebido uma Quintã, que não era a Amora Velha, depois Paço dos Lobatos, pois a Quinta do termo de Almada de Pedro Enes Lobato era na Arrentela, e que segundo o Tombo do século XVIII da dita Capela se vê ser a Quinta do Loureiro em Paio Pires. Esta propriedade era descrita em 1442 partindo com a Quinta Velha e seu Sapal cerca da Quinta de João Anes [de Lobato, seria o seu irmão] que era ao vendaval (norte), com Quinta de Martim Alho e com caminho que ia para Coima, com a Ribeira do Mar, a qual tinha também um Pinhal que partia com Afonso Damiães, várias courelas. Tinha esta quinta o poço de meias com Martim Alho e um assentamento de casas composto de uma casa térrea e uma torre com sua loja e uma casa do caseiro e uma casa do forno que partiam com o dito Martim Alho a travessia com o lagar da dita Quinta. Cf. TT-HSJ, liv. 147, fl. 301.

⁸³ Cf. ADSTB-PRQ, Amora, LO_01, f. 128.

⁸⁴ Cf. TT-HSJ, Escrivão Botelho, mç. 3, n.º 1, cx. 519.

⁸⁵ As propriedades de Cheira Ventos eram descritas em 1767 em documentos do Morgado dos Lobatos como constando de «*Patio com oficinas térreas a roda delle, Cazas Nobres athe a Irmida inclusive de Invocação de São João Baptista, lagares, adegas e com hum pomar de algumas frutas e paseyo de pilares de pedra com parreiras e huma grande vinha com testada de Pinhal tudo valado e junto e por detrás das ditas casas*». Esta quinta partia então da banda do norte com fazenda e morgado de Fernando José da Gama Lobo e depois do seu filho Sebastião José da Gama Lobo, do parte do nascente com Pinhal do Conde da Atalaya e estrada pública e do sul com vinha deste morgado (...) e com estrada pública e do poente com estrada pública que vem do Lugar de Amora para o Talaminho. Os mesmos documentos registam que as casas grandes, a sul que se seguem da dita ermida para o Sul e estrada que vai para o lugar de Amora, suposto fossem parte nobre das ditas, se achavam reduzidas a adega, por terem caído com o terramoto de 1755. Cf. TT-HSJ, Escrivão Botelho, mç. 3, n.º 1, cx. 519.

⁸⁶ Cf. TT-HSJ, Escrivão Botelho, mç. 3, n.º 1, cx. 519.

⁸⁷ A venda feita em 8 de Novembro de 1882, por 2:200\$000, incluía a propriedade então descrita como a «*Quinta denominada “de Cheira-ventos”, na Amora, freguesia de Nossa Senhora do Monte Sião, [em entrelinha = (a) casa nobre com jardim], que se compõe de vinha, terras de sementeira, árvores de fructo e pinhal, confrontando pelo norte com fazenda que foi de Manuel Ribeiro e com sua barraca foreira a Estêvam Lobato Quinteiro Barroso de Faria, pelo sul com estrada pública, pelo nascente com pinhal que foi do Conde d’Atalaya e hoje do Dr. Luiz Carlos Pereira, pelo poente com estrada pública tendo o valor venal 2:700\$000 réis, e rendimento anual de 135\$000 réis.*» Cf. ADLSB-CNL, Of.º 11B, Cx. 53, L. 318, ff. 55v-58v; 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, Livro B-1, f. 146, n. 289.

⁸⁸ Gravura de Pastor, in *Diário Ilustrado*, 1.10.1889.

⁸⁹ Fot. de Joshua Benoleil (1873 + 1932). Ref PT-AMLSB-JBN-001322. Imagem gentilmente cedida pelo Arquivo Municipal de

Lisboa.

⁹⁰ Era também um importante arquitecto e decorador com obra em outros edifícios como a Câmara Municipal de Lisboa, o Chalet Biester e o Palácio da Pena em Sintra e o Palácio de Estói (Faro).

⁹¹ Cf. TT, *Casa Real*, Cxs. 6490-6502 (Administração da Casa do Infante D. Augusto).

⁹² Cf. TT, *Casa Real*, Cxs. 6497-6499.

⁹³ Cf. TT, *Casa Real*, Cxs. 6501-6504.

⁹⁴ Em 5 de Maio de 1886 é adquirida a Quinta de Cheira Ventos e Vale de Amores (foreira a António da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa, que fora da Capela de Nicolau Afonso) por arrematação pública dos bens de João Artur Pereira Caldas. Vid. *Diário do Governo*, N.º 113, 21-5-1886; TT, *Casa Real*, Cx. 6501.

⁹⁵ idem.

⁹⁶ Vid. *Diário Ilustrado*, 1-10-1889.

⁹⁷ Foi então registada na Conservatória Predial com sendo «*um Palácio moderno com rez-do-chão, 1.º e 2.º andares, tendo próximo e ao lado de um grande pátio e que entrada um portão de ferro, uma casa abarracada, que serve para o caseiro, junto ao palácio tem parte ajardinada; e de parte rústica com vinha, horta, terras de sementeira, pinhal, matta, poço, um terreno com uma casa abarracada e uma figueira e outra faixa de terreno em frente do palácio, que confronta tudo do norte com um pinhal e que foi de Manoel Ribeiro e outro do Caldas, e do sul com estrada pública e terra de Mossamedes, do nascente com pinhal que foi do Conde d’Atalaya e poente com estrada real tem o valor venal de 8:045\$000 rs*». Cf. 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, Livro B-1, f. 146, n. 289.

⁹⁸ Vid. PALAIO, 2001.

⁹⁹ Foi este médico, natural de Serpa, que primeiro assistiu o rei D. Carlos quando este foi assassinado em 1908 na Praça do Comércio. Cfr. Francisco de Rocha Martins, D. Manuel II, memórias para a história do seu reinado, Vol. 1, Lisboa, Sociedade Editora José Bastos, 1932, p. 153. Parece que também foi médico de Camilo Castelo Branco.

¹⁰⁰ Cf. ACMS, Arquivo Histórico, CMS/C/A/04/Cx 006.

¹⁰¹ «*Com a sua Ex.ª esposa encontra-se de veraneio na sua Quinta do Palácio em Cheira Ventos, Amora, o nosso prezado assinante Sr. Coronel José Sande Lemos*». In O Seixalense, A. 7, n. 153, 15.7.1931.

¹⁰² Este benemérito foi fundador, em 1933, do Refugio Aboim Ascensão em Faro, dando cumprimento à vontade testamentada de seu tio e sogro Rodrigo Aboim Ascensão, fundador em 1901, em Lisboa, da Associação Protectora da Primeira Infância. Vid. <http://www.refugio.pt/sobre/>.

¹⁰³ Vid. Sebastião Rodrigues Rogado (Cura de Amora), nas Memórias Paroquiais de Amora, em 1758, diz que foi edificada «*vinde anos antes da aclamação de El-Rei Dom João o quarto com sino público concedido pelo Arcebispo de Lisboa Dom Rodrigo da Cunha; desta Ermida saía antigamente a procissão dos Passos, e a ela vai todos os anos a primeira ladainha de Maio desta Paróquia*», in *Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais*, volume 3, n.º 76, fls. 573-582 apud FLORES, 2009.

¹⁰⁴ Vid. Sebastião Rodrigues Rogado (Cura de Amora), nas Memórias Paroquiais de Amora, em 1758, diz que foi edificada «*com faculdade do primeiro Patriarca de Lisboa Dom Tomás de Almeida; não tem sino nem orago, mas tem porta para a rua*», in *Dicionário Geográfico ou Memórias Paroquiais*, volume 3, n.º 76, fls. 573-582 apud FLORES, 2009. Dizem os arquivos do Patriarcado que «*Em 27 de Setembro de 1729 se passou Provisão de licença para se dizer Missa na Ermida de N. Sr.ª da Salvação da quinta do Logar de Cheiraventos, freg.ª da Amora deste Patriarchado, a qual tem porta para a estrada, e altar, e não tem campanário e he de Gregório Lourenço de Magalhaens, para a qual fez dote de cinco mil rs cada anno imposto nos rendimentos da dita quinta por Escripura publica feita nas Notas do Tabalião Diogo da Sylva Guerreiro desta cidade em 9 de Setembro de 1729*». Cf. AHPL, Ms. 832, fls. 380 e 384. Talvez possam corresponder às casas situadas no caminho do Talaminho.

¹⁰⁵ Fotos de Manuel Lima (FILIPPE, e LIMA, Manuel, 1992) e Rui Mendes (2012).

¹⁰⁶ Agradecemos à Comunidade Católica da Quinta da Princesa, que se reúne e assiste à missa nesta Capela desde o princípio dos anos 80 do séc. XX, a amabilidade que tiveram em receber-nos na mesma.

Pelos caminhos do Cruzeiro de Vale de Rosal¹

Victor Reis

Para as comemorações do 40º Aniversário do Centro de Arqueologia de Almada foi-me feito o desafio de apresentar uma comunicação sobre o património de Charneca de Caparica. Por razões afectivas não poderia dizer que não. De imediato me ocorreu um tema. Falar sobre o Cruzeiro Seiscentista de Vale de Rosal.

Como não acredito em coincidências, somente poderia ter acontecido uma “convergência” de sentires, pois faz parte do meu imaginário de documentos de história local o trabalho designado “Monumento aos Quarenta Mártires (Quinta do Vale Rosal), de Domingos Flora, publicado no nº 1 da revista Al-Madan, em 1983. Há quase 30 anos.²

Cerca do ano de 1659, é erigido, por iniciativa do Padre Procurador-Geral do Brasil, um cruzeiro numa brenha da Quinta de Vale de Rosal, no local onde outrora existira uma tosca cruz de madeira que fazia parte de um conjunto de cinco cruzes que marcava o caminho percorrido pelos jesuítas em oração, muitas vezes em ladainhas cantadas.³

No meio do mato destaca-se uma enorme cruz de pedra, assinalando às gerações vindouras aqueles que pela sua fé foram martirizados e mortos. Muitos atribuem a este local a designação de Monte da Cruz, muito embora o mesmo pudesse ser dado ao local em que haviam sido erigidas cada uma das cinco cruzes referidas.⁴

Na sua base podemos ler duas inscrições:⁵



Na face voltada a nascente
“Pára caminhante!
A cruz que aqui vês é o monumento
De tanta glória
Pois memora tantos triunfos na sua frente



Quantos são os triunfantes mártires que recorda
Sob os vencedores auspícios dessa cruz
O P. Inácio de Azevedo junto aos
Quarenta companheiros consagrou
Piedosamente a Deus este lugar
Ano CVM D 1659



Na face voltada para a casa:
“Aos quais
E em sinal de amor e para perpetuar
A glória ergueu devotamente esta cruz de
Mármore em nome dos seus Brasis
Padre ///////////////o Procurador Geral
Do Brasil Ano D 1659”

O Cruzeiro erguido no designado Monte da Cruz, onde outrora existia uma das cinco cruzes de madeira que faziam parte de um caminho que os jesuítas percorriam em oração, muitas vezes em ladainhas cantadas, viu a sua cruz de pedra muitas vezes derrubada, devido a intempéries naturais, ou por razões anticlericais ou, simplesmente, para roubarem o chumbo que a segurava à base.

É reconstruída a cruz no ano de 1886 depois de ter sido derrubada por um violento temporal e após a Quinta ter voltado à posse dos jesuítas, agora do Colégio de Campolide.

Na primeira metade do século XX, em tempo de grande seca em que todas as culturas se perderiam, o povo da Charneca de Caparica foi em procissão vinda da Quinta de São Francisco dos Matos ao Cruzeiro pedindo a bênção da chuva. Segundo contam os mais antigos, pouco depois da chegada da procissão

ao Monte da Cruz, junto ao Cruzeiro, se abriram as fontes celestes e choveu na Charneca de Caparica.

Em 1989, aquando das comemorações do centenário da reedificação da Capela de Vale de Rosal e quando se perspectivava comemorar os “cinco séculos de evangelização e encontro de culturas” saiu da sala da portaria da Quinta de Vale de Rosal uma cruz de madeira que foi levada em procissão para a Igreja Paroquial de Charneca de Caparica.

Com esta cerimónia muito simples pretendeu-se marcar o retomar da evocação pública dos 40 Mártires de Vale de Rosal, que sob a orientação do P. Inácio de Azevedo, foram martirizados em 1570, quando se dirigiam para o Brasil em missão de evangelização.

No ano de 1992 os proprietários da Quinta de Vale de Rosal mandaram construir uma nova cruz em mármore que na actualidade faz parte integrante do Cruzeiro.

Actualmente, embora o Cruzeiro de Vale de Rosal se mantenha na mesma localização geográfica, encontra-se completamente descaracterizado quer quanto ao acesso popular, quer no que diz respeito à visibilidade, após a construção do troço Palhais/Quinta da Queimada (nó) da AE33.



O Cruzeiro de Vale de Rosal foi mandado erigir quase um século depois dos acontecimentos de que faz memória por forma a “assinalar às gerações vindouras aqueles que pela sua fé foram martirizados e mortos”. Designados, comumente, por “40 Mártires do Brasil”.⁶

Decorre o início do ano de 1570. Para evitar os perigos da peste que grassa em Lisboa é para este sítio de Vale de Rosal que vem o P. Inácio de Azevedo com um esquadrão de noviços fazerem a sua preparação espiritual para seguirem os caminhos da evangelização do Brasil. A Quinta teria algumas casas que já existiam quando os padres a compraram e outras foram construídas de novo. Para os religiosos estavam reservadas doze celas de tamanho diminuto para nelas dormirem e uma sala destinada às refeições tomadas em comum.

O P. Inácio de Azevedo viveu na Quinta de Vale de Rosal com os seus noviços durante cerca de cinco meses, época em que o número de religiosos na Quinta se situava entre os sessenta e os noventa, o que tornava a situação muito incómoda, vivendo a maior parte deles numas casas velhas existentes na Quinta.

Durante este tempo praticavam exercícios de piedade, levavam uma vida ascética com escasso descanso dormindo em colchões de carqueja cobertos de junco e travesseiros de cortiça para habituarem o corpo às duras condições que iriam encontrar no sertão brasileiro, onde brilhava o seu sonho de missionários. Utilizavam muito do seu tempo na aprendizagem de artes oficiais e de práticas agrícolas que iriam utilizar nas terras do Brasil.

Bem cedo, mal a aurora clareava, seguiam em ladainha, em filas de dois a dois, pelo caminho do cruzeiro, cruz rústica de



madeira que se erguia no terreiro talhado num monte fronteiro às casas da Quinta, onde hoje se vê levantada uma magnífica cruz talhada em mármore, homenagem do Procurador do Brasil aos quarenta mártires. Outras vezes, seguiam em romagem devota, pelos caminhos do mato, até ao Santuário Mariano de Nossa Senhora do Cabo Espichel.

O fervor e devoção eram tamanhos que mesmo os padres professos que lá se encontravam quiseram voltar a ser noviços, tornaram-se soldados para poderem acompanhar o P. Inácio de Azevedo nas suas demandas de evangelização, pelo que passavam o tempo em oração e em mortificação do corpo.

Diariamente realizavam longos períodos de trabalho mental, de reflexão, para engrandecimento dos seus saberes. Treinavam como iria ser a sua acção de evangelização, umas vezes tomando as posições de alunos e outras as atitudes de mestres para praticarem, andando “de um lado para o outro, com um caniço na mão...”.

Quando todos os trabalhos diários eram terminados, a ampulheta deixava cair o seu último grão de areia, era tempo de, no agrado de todos, saírem para os campos, caminharem na charneca, colherem gravetos secos para alimentarem o fogão e molhos de carqueja para substituírem os seus catres.

Respiravam, então, profundamente o saudável ar marítimo, coado pelas ramagens dos pinheiros e arbustos silvestres, perfumado pelos aromas do alecrim e do rosmaninho. Caçavam cochonilhas, minúsculos insectos que se colavam às árvores e com os quais fabricavam maravilhosos pigmentos coloridos que serviriam para pintar os seus quadros e para tinta dos escribas que viviam na Quinta.

Passados os cinco meses de preparação moral e física na Quinta de Vale de Rosal, chegou a altura do P. Inácio de Azevedo embarcar para o Brasil, depois de uma passagem pelo convento de São Roque, em Lisboa, com ele seguindo quarenta e quatro companheiros.

A armada que partiria com destino ao Brasil era constituída por sete naus e uma caravela. O futuro Governador do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, embarcou numa nau da Índia, de grande porte e beleza, que tomou o nome de “Governador” e onde seguiam o P. Pedro Dias com vinte e três companheiros e que era a “nau capitânia”.

O P. Inácio de Azevedo embarcou na nau “Santiago” que era a “nau soto-capitânia”. Nela seguiam todos os seus companheiros que com ele tinham estado em Vale de Rosal.

Tratava-se quase da Quinta de Vale de Rosal a navegar, pois mantinham-se a bordo todos os trabalhos e rituais que na Quinta haviam sido praticados.

Na armada estava também integrada a nau “Órfãos” – designação por nela ter El-Rei feito embarcar muita gente, homens, mulheres e órfãos que haviam perdido os progenitores devido à nefasta peste negra, para povoarem o Brasil, onde seguia o P. Francisco de Castro acompanhado por dois religiosos. Na totalidade terão embarcado nesta viagem para o Brasil



setenta e três jesuítas e muito povo. António Franco refere que seriam sessenta e nove os embarcados pertencentes à Companhia de Jesus, mas sabe-se que o P. Inácio de Azevedo terá decidido levar alguns jovens “que não pertenciam à Companhia mas pareciam mostrar qualidades aproveitáveis”.

A armada chegou à Madeira no dia 12 de Junho de 1570, tendo aí ficado cerca de um mês por ordem do futuro Governador do Brasil que indolentemente aproveitava das mordomias com que era cumulado. Porque o tempo urgia para o P. Inácio de Azevedo que se queria ver com os seus companheiros no Brasil e, por pressão sua, a nau “Santiago” partiu para ir descarregar e carregar mercadorias às Canárias. Saiu da Madeira no dia 30 de Junho de 1570.

Perante os perigos que se anunciavam, com o mar infestado por corsários a soldo de Madame Joana de la Brit (d’Albret) que se intitulava rainha de Navarra e concedeu a Jaques Sória o título de capitão-do-mar e carta de corso, o P. Inácio de Azevedo deu liberdade a todos os que receassem esta situação de permanecerem na Madeira, embarcando, depois, na nau onde seguia o P. Pedro Dias. De todos os quarenta noviços somente quatro declararam desejar ficar. Contudo, outros três pediram para embarcar em substituição dos que o não fizeram.

Quando chegou às Canárias e devido à calma que a detinha, a nau manteve-se afastada duas ou três léguas, entre Terça-Corte e Las Palmas. Foi nessa altura, a 15 de Julho de 1570, que surgiu uma frota de corsários calvinistas, comandada pelo pirata francês Jacques Sória, que pretendendo tomar a nau “Santiago” a assaltaram. Numa luta desigual foram o P. Inácio de Azevedo e os seus companheiros massacrados e mortos em pleno mar alto.

De todos os noviços somente foi poupado o I. João Sanches, ajudante de cozinheiro, devido à sua actividade a bordo o qual se manteve embarcado na nau “Santiago” que, entretanto, havia sido apresada e integrada na armada do corsário Jaques Sória. Contudo, mal chegou ao porto de Rochelle, onde era esperada ansiosamente por Madame Joana de la Brit, mandante dos hereges corsários, a nau “Santiago” partiu-se ao meio e foi ao fundo.

O I. João Sanches ainda serviu como criado em casa de Jaques Sória, mas quando este chegou à conclusão de que não obteria mais resgates, pôs os prisioneiros em liberdade, entre eles o próprio I. João Sanches. Depois de muito caminhar,

de integrar diversas casas de jesuítas que ia encontrando pelo caminho, um dia chegou ao Colégio de Évora onde contou todos estes sucedimentos.

A notícia do massacre somente chegou a terras de Portugal dois dias depois, isto é, a 17 de Julho. Devido a este nefasto acontecimento a Quinta de Vale de Rosal foi designada durante muitos anos por Quinta dos Quarenta Mártires, tendo mais tarde voltado à designação primeira.

O P. Luís de Almeida no seu livro de poesia “Mártires da Virgem Maria” escreve:

*“Quem for a Val de Rosal
Lá verá entre os pinheiros
(há-de benzer-se e pasmar)
Um que ficou de joelhos
Desde esse tempo sem par”.*

O porquê dos “40 Mártires”

“40” é um número com forte significado religioso, existindo o registo de diversas outras situações de “quarenta mártires” – Quarenta Mártires da Sebástia, ou da Arménia (séc. IV); Quarenta Mártires ingleses – sendo quarenta o número de dias da Quaresma.

A Igreja elevou à honra de altares os quarenta religiosos da Companhia de Jesus (trinta e dois portugueses e os oito restantes espanhóis) os quais foram beatificados em 11 de Maio de 1854 pelo Papa Pio IX.

Nas diferentes fontes consultadas são referidos números diversos sobre os mártires deste nefasto acontecimento, valendo o número final de quarenta que a Igreja considerou para efeito da beatificação que, aliás, não foi solução pacífica, mesmo entre os religiosos. A esta escolha para beatificação não terá sido alheia a visão tida por Santa Teresa de Ávila sobre o massacre de quarenta religiosos, entre os quais o seu próprio parente, I. Francisco Perez Godoy.

O P. Inácio de Azevedo levou consigo da Quinta de Vale de Rosal um outro padre e trinta e oito irmãos. Aquando da largada da Madeira da nau Santiago com destino às Canárias foi dada liberdade de decisão de quem queria acompanhar o P. Inácio de Azevedo. Quatro noviços preferiram ficar e seguir, posteriormente, com o P. Pedro Dias. Assim, o número de religiosos que partiram de Vale de Rosal ficou reduzido a trinta e seis, o P. Inácio de Azevedo, o P. Diogo de Andrade e mais trinta e quatro irmãos.

Finalmente, como três irmãos que não haviam estado em Vale de Rosal se ofereceram para seguir com o P. Inácio de Azevedo em substituição dos que quiseram ficar na Madeira, obtém-se o número de trinta e nove, o P. Inácio de Azevedo, o P. Diogo de Andrade e mais trinta e sete noviços que serão os religiosos beatificados. Acresce ainda, para atingir o número de 40, o jovem João Adauto, sobrinho do capitão, que não sendo jesuíta sempre com eles andou e no momento do ataque dos corsários calvinistas se vestiu como um deles tendo sido morto e atirado ao mar.

Os beatos P. Inácio de Azevedo e seus 39 companheiros fizeram a sua preparação espiritual e física para seguirem os caminhos da evangelização do Brasil, durante cinco meses, na Quinta de Vale de Rosal, na Charneca de Caparica. Contudo, após o martírio, nunca foram considerados “Mártires de Vale de Rosal”. Sempre foram conhecidos como “Mártires do Brasil” desde o seu martírio. O P. Inácio de Azevedo era à época provincial da Província Brasileira da Companhia de Jesus.

Inicialmente tinha viajado para o Brasil para lá ficar dois

anos. Como confirmam escritos de São Francisco Borja, superior da Ordem, o P. Inácio de Azevedo nunca se despediu do “seu Brasil”, tendo vindo a Portugal somente para conseguir mais jesuítas na Europa que fossem trabalhar para esse país.

São conhecidos nas Ilhas Canárias como os “Mártires de Tazacorte”, porque a vila de S. Miguel de Tazacorte, na Ilha de La Palma, foi a última terra pisada por eles antes de serem martirizados pelos huguenotes sob o comando do corsário Jacques Soria.⁸

Segundo a tradição o P. Inácio de Azevedo terá celebrado uma missa em S. Miguel de Tazacorte no dia 13 de Julho de 1570, altura em que bebendo por um cálice teve a visão do seu martírio próximo, gravando então milagrosamente seus dentes no bordo do referido cálice.

No fundo do mar, ao largo de S. Miguel de Tazacorte foram mandadas construir quarenta cruzeiros, tantos quantos os jesuítas martirizados, por forma a eternizar tal martírio.

O P. José Lopes escreve do Funchal, a 20 de Março de 1752, ao cronista P. José Leite, uma carta onde se refere a uma inscrição, que ali foi gravada numa lâmina de mármore, em 1743. Segundo o diário do Funchal, de 19 de Julho de 1932, a referida lâmina passou pela capela de Nossa Senhora do Pópulo (Caldas da Rainha), e dali foi levada para Lisboa, perdendo-se, desde então, o seu rasto.



É a seguinte a inscrição da referida lâmina: Tradução:

“EM. MEMORIA. DOS. GLORIOSOS. MARTIRES. DA. COMP^a DE. JESU. O. P. IGNACIO. DE AZEVEDO. E SEUS. 39 COMPANHEIROS. QUE. NAVEGANDO. P.^a O BRAZIL NO. ANNO. DE 1570. AOS. 15. DE. JULHO. A. VISTA. DA. ILHA. DA. PALMA. MERECE RÃO. A. DO. MARTIRIO. PELLA. FE. DE. CHRISTO. LANÇADOS AO. MAR. PELLOS. HEREJES. E. TENDO. ESTADO. NESTA. QUINTA. DE. PICO. DE. CARDO. VINHÃO. A. ESTE. LUGAR. COM. A. SUA. CRUS. E NELLE. FAZIÃO. AS. SUAS. DEVOÇÕES. SE ERIGIO. ESTA. P.^a MAIOR GLORIA. DE DEOS. NA. DE. 1743.”

Os roseirais da Charneca de Caparica

Interrogamo-nos muitas vezes sobre as razões profundas, quicá esotéricas, que levam à existência de uma relação tão marcada entre o sítio Charneca de Caparica e as rosas, flores dos roseirais.

Convento de N. S. da Rosa

“O Convento da Cela Nova toma posteriormente o nome de Convento de Nossa Senhora da Rosa devido a uma santa imagem que terá chegado intacta às imediações do convento, vinda desde o mar pelo esteiro acima num dia de forte tempestade. A pintura representa a Virgem com o Deus Menino sentado no braço esquerdo e uma rosa que segura na mão direita. Interpretado este facto como milagre e sinal divino, logo conduz à mudança da designação do convento.”

Quinta de Vale de Rosal

“Conta-se que no seio de tão escaldado terreno terem sido plantadas e florescido de forma maravilhosa rosas brancas e vermelhas pelo que à quinta foi dada a designação de Quinta de Vale de Rosal. Na realidade os terrenos depois de devidamente amanhados mostram ser de excelente qualidade, onde a vinha predomina.”

O que terá levado, além das explicações conhecidas e comumente aceites e que aqui transcrevemos, a esta ligação

entre as rosas e os dois locais da Charneca de Caparica de onde é mais intensa a emanção da cultura e do sentido religioso?

Segundo afirma o investigador Victor Manuel Adrião são “Roseira dos Filósofos” ou “Roseiral Mariano” os nomes dados pelos antigos aos tratados de alquimia, fossem escritos, desenhados, pintados ou esculpidos.

Branca ou vermelha, a rosa é uma das flores preferidas dos alquimistas. A rosa branca, como o lírio, é ligada à ideia da pedra em branco, objectivo da pequena obra, enquanto a rosa vermelha é associada à pedra em vermelho, objectivo da grande obra. A maior parte dessas rosas tem sete pétalas, e cada uma dessas pétalas evoca um metal ou uma operação da obra. Uma rosa azul é o símbolo do impossível.

Bibliografia

AZEVEDO P. Luiz Gonzaga de, (1911) - “*Proscritos: Notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*”, editor Florencio de Lara, Valladolid.

“*Costumeiro do Collegio de Santo Antão Approved pelo P. Provincial Manuel de Andrade – anno de 1712*”, transcrito em “*Velhos Jesuítas em Lisboa*”.

FLORA, Domingos, (1983) - “Monumento aos Quarenta Mártires (Quinta do Vale Rosal) in Revista *Al-madan*. n.º 1 I Série. págs. 33 e 34.

“*História da Companhia de Jesus no Brasil*”, Tomo II, Livro II, Capítulo V, transcrito no “*Arquivo dos Jesuítas*”, 1977

OSSWALD Maria Cristina, (2008) - “Aspectos de devoção e iconografia dos Quarenta Mártires do Brasil entre os sécs. XVI e XIX”, in *Via Spiritus* 15 (2008) 249-268.

REIS, Victor, (2011) “*Histórias da História de Charneca de Caparica*”, Charneca de Caparica. págs. 37 a 53.

SILVA, Francisco e GONÇALVES, Elisabete, (1993) - “Vale Rosal – uma memória ameaçada” in Revista *Al-madan*. n.º 2 II Série. págs. 130 a 134.

SOLEDADE Maria da, (1970) - “*Velas ao Largo*”, Braga.

TELLES P. Balthasar, (1647) - “*Chronica da Companhia de Jesus de Portugal*”, 1647, citado em *Apontamentos para a Historia do Concelho, Villa e Termo de Almada*, de Duarte Joaquim Vieira Júnior, 1896. “40 Mártires do Brasil”, <http://www.santosdobrasil.org>, data de 3 de Abril de 2004

Notas

¹ REIS, Victor, “*Histórias da História de Charneca de Caparica*”, Charneca de Caparica. págs. 37 a 53

² FLORA, Domingos, (1983) - “Monumento aos Quarenta Mártires (Quinta do Vale Rosal) in Revista *Al-madan*. n.º 1 I Série. págs. 33 e 34

³ SILVA, Francisco e GONÇALVES, Elisabete, (1993) - “Vale Rosal – uma memória ameaçada” in Revista *Al-madan*. n.º 2 II Série. págs. 130 a 134

⁴ TELLES P. Balthasar, “*Chronica da Companhia de Jesus de Portugal*”, 1647, citado em *Apontamentos para a Historia do Concelho, Villa e Termo de Almada*, de Duarte Joaquim Vieira Júnior, 1896 “*Costumeiro do Collegio de Santo Antão Approved pelo P. Provincial Manuel de Andrade – anno de 1712*”, transcrito em “*Velhos Jesuítas em Lisboa*”

⁵ SOLEDADE Maria da, (1970) - “*Velas ao Largo*”, Braga

⁶ OSSWALD Maria Cristina, (2008) - “Aspectos de devoção e iconografia dos Quarenta Mártires do Brasil entre os sécs. XVI e XIX”, in *Via Spiritus* 15 (2008) 249-268, 2008

⁷ “40 Mártires do Brasil”, <http://www.santosdobrasil.org>, data de 3 de Abril de 2004

⁸ ESCUDERO, José Rodrigue, “La Historia de los Martires de Tazacorte”, <http://www.elapurn.com>

Trafaria

A História da Formação de uma Identidade

Carlos Barradas Leal

Praia Areenta e Desabrida

As perspetivas e a dimensão da Trafaria

Até meados do século XIX a Trafaria aparece vista em duas perspetivas:

a) Trafaria sítio, ou lugar, entre a encosta de Murfacém e a elevação da Raposeira, onde em 1565 o Cardeal D. Henrique mandou construir, em nome de D. Sebastião, “um local para a quarentena das tripulações dos navios provenientes dos locais afetados pela peste”.¹ Convinha um local desabitado, ou quase. Em 1678 conclui-se a ermida “para pessoas que estiverem de quarentena”, pelo que os habitantes do lugar não teriam significado ou importância suficiente para que a ermida fosse feita a pensar neles. O sítio da Trafaria seria então um areal, que se estendia desde o vale entre as duas elevações, até à foz: “uma dilatada praia areenta e desabrida”, no dizer de Paulo Perestrello da Câmara em 1850.²



• Fig. 1: Gravura de Roque Gameiro, publicada no “Brasil-Portugal”, n.º 7, de 1 de Maio de 1899.

b) Outra perspetiva é a do território da Trafaria. Referências há em que a Trafaria abarca uma área que inclui o Ribeiro e Poço do Torno, a Raposeira e Brielas, a Costa e os Capuchos.

Ao deparar com indicações à Trafaria será necessário ter em atenção de que Trafaria se fala. São ambas importantes para se perceber o enquadramento.

Os “avós” rurais

Desde o século XV que se verifica a ocupação do espaço rural nas imediações da Trafaria, evidente nas quintas e con-

ventos que se distribuíam na zona. Pela sinalização das ermidas nas quintas,³ nos inícios do século XVII, percebe-se a propriedade fundiária que estruturava a exploração agrícola.

A economia era agrária e verificava-se no espaço rural das quintas e propriedades conventuais. Cerca de 1700, Aires Vieira conta 120 famílias na Caparica provenientes de fora, a maior parte se não mesmo todos, tinham chegado para trabalhar nas quintas e propriedades rurais.⁴

Em 1758 o Padre José António da Veiga identifica 5 varas na freguesia: Fonte Santa, Funchal, Sobreda, Murfacém, e Pera Ribeiro.⁵ As varas de Murfacém + Pera Ribeiro representam cerca de 1/4 do peso demográfico na Caparica. A Trafaria “sítio”, cerca de 10% (121 fogos).

Recorrendo novamente às ermidas em quintas, no fim do século XVIII, observamos que apareceram quintas mais junto ao rio e que na Trafaria “sítio” há também duas ermidas, a primeira a de N.ª Sr.ª da Saúde desde 1678, e a de N.ª Sr.ª da Conceição a partir de 1751.⁶

As quintas, como local de produção para a subsistência, mantinham uma importância fundamental, não dispensando outras funcionalidades como local de repouso, ou até mesmo para recuperação de saúde (verificam-se óbitos de pessoas que tinham vindo para a região para “arear”).

A terra era posse da aristocracia, nalguns casos de pequenos proprietários (casais) e das ordens religiosas. A cultura predominante era a vinha, muito embora os cereais, as árvores de fruto e as hortas apresentassem produções de alguma relevância. A floresta assumia igualmente uma posição económica importante pela produção de madeira (construção naval e tanoaria) e de lenha que alimentava os fornos e se enviava para Lisboa.

A situação agrícola estava prestes a alterar-se⁷: o vinho caíra de preço após as invasões francesas, com a independência do Brasil os monopólios comerciais terminaram, acabando com a exportação que existia para o Brasil. Mais tarde no início da segunda metade do século XIX surgem as pragas nas vinhas. Com a quebra da vinha cai a restante actividade agrícola, embora sem desaparecer totalmente. Também moradores no “interior” iam complementando ou mesmo substituindo a atividade rural pela pesca, deslocando o foco de interesse para a economia marítima, ou seja, a densidade habitacional no sítio da Trafaria, cresce.

Em 1896 existem 4 varas na freguesia da Caparica: Monte de Caparica, Sobreda, Costa, Trafaria (com Murfacém e Pera/Ribeiro).⁸ A vara já não é a de Murfacém, mas sim da

Trafaria que vê reconhecida a sua importância, em função das actividades económicas. A vara da Costa evidencia da mesma forma o aumento da importância da pesca em detrimento da agricultura.

1700	Monte	Sobreda	Funchal	Fonte Santa	Castelo Picão	Costas do Cão	Murfacém	TOTAL
Os donos dos barcos				7		1	2	10
Os pescadores	5	1	2	13	6	4	3	34

A economia rural não desaparece completamente como se verifica em 1902 a propósito da construção da 2ª bateria da Raposeira, em que são expropriados terrenos de sementeira e vinha.⁹

De qualquer forma, é o polo económico-social da vida rural do interior do território a transferir-se para a zona ribeirinha.

A relação com o rio

Em fins do século XVII, com a predominância rural já descrita, a pesca na freguesia da Caparica “desenhava-se” do seguinte modo:¹⁰

Não se constatam sítios ribeirinhos. Para a Trafaria a referência é Murfacém, para o Porto Brandão é Fonte Santa (sedes de vara nessa época). As localidades importantes eram as do interior por ser aí que se gerava a economia. Os portos eram um prolongamento, pertenciam à esfera de influência dos sítios rurais no topo dos montes. A pesca não estava suficientemente afirmada para conferir estatuto ao litoral.

No “Diccionario Geografico”¹¹ em 1751 pode-se verificar que a proximidade do Porto Brandão/Paulina a Lisboa explica a maior parcela de barcos afetos a estes cais. Exatamente pela razão inversa, a maior distância, na Trafaria são apenas 5 os batéis para o tráfego fluvial, não se verificando barcos para a pesca (excetuados os saveiros da Costa). Excluindo estes, a maioria das embarcações são para transporte.

O tráfego fluvial viveria muito da iniciativa individual e pouco disciplinado, carecia de regulamentação: o alvará de 1765¹² chamava a atenção que “... *sucediam muitas desgraças e avarias no Tejo (...) destinando-se como mais próprias para as clandestinas conduções, e descaminhos de fazendas e contrabandos*”.

Durante o século XVIII pescadores algarvios e azeiteiros, passando temporadas na Costa e na Trafaria, foram-se estabelecendo de modo permanente, dinamizando a atividade piscatória e criando alguma economia local. Foram constituindo um núcleo habitacional no areal. Em 1771 a Proposta de Regimento para Administração do Concelho de Almada¹³ assinala que os pescadores da Costa efectuavam a venda directa em Lisboa fugindo às taxas obrigatórias e enfrentando os fiscais da Coroa. O pescado da Costa para chegar a Lisboa era transportado pelos batéis da Trafaria (uma postura municipal de Almada de 1774 – nº288 – refere “os almocreves que costumam carregar peixe para o Lugar da Trafaria”).

Não há informações que confirmem a Trafaria como porto importante para o escoamento agrícola. O Porto Brandão é que era o porto de transporte “do interior para aquela parte”.¹⁴

A pesca na Trafaria foi atividade sempre presente, mas raramente terá sido a mais importante. O peixe contribuiu sempre para a sobrevivência da população, ora como subsistência, ora como economia complementar, noutras ocasiões como objeto de distribuição para Lisboa. Conforme as épocas, outras atividades deixaram a sua marca: agrícola, militar/prisional, sanitária/aduaneira, balnear. A pesca, contudo,

foi traço constante.

Noutro ponto de vista, a Trafaria é descrita por José Cornide em 1800¹⁵ como um povoado miserável, apenas conhecido por um “castelo” que possui alguns canhões, onde se depositam criminosos à espera de degredo e que serve também de lazareto. As casas estendem-se pela praia, à qual acorrem muitos barcos em tempo bonançoso, pela maior proximidade à pesca do mar alto. Agora a Trafaria como “porto de escala”, para além de porto de trânsito e de pesca. Podemos estender o conceito de “porto de escala” não só para embarcações, mas também “escala” forçada para degredados e enfermos.

O polo Lazareto/Presídio no início do século XVII é já importante como se constata nos procedimentos dos Regedores da Cidade de Lisboa.¹⁶ O movimento verificado em meados do século XVII incluía “devassas nos navios”, cujos comandantes solicitavam constantemente dispensa de quarentena e a capacidade das instalações não é já suficiente, sendo necessárias obras na área de armazenagem das mercadorias em quarentena e ainda a conclusão das obras da ermida.

No último quartel desse século instala-se a função religiosa – ermida de N.ª Sr.ª da Saúde, em 1678 – e em 1683 é construído o Forte da Trafaria paredes meias com as instalações das quarentenas, também com função aduaneira. Temos portanto o aproveitamento de 4 valências simultâneas, com o inerente pessoal alocado: militar, sanitária/aduaneira e religiosa.

Em 1714 iniciam-se as obras de construção de um edifício adequado para Lazareto, onde em 1723 é instalada a “Inspeção do Serviço de Saúde” e remodelada a ermida de N.ª Sr.ª da Saúde. A construção do Lazareto e da Ermida não terá sido muito esmerada porque foram necessárias reparações em 1722 no Lazareto, e em 1743 no Lazareto e na Ermida.

Com a Inspeção de Saúde a funcionar, a ermida a atrair os habitantes e o serviço prisional em pleno, a função militar aparece também referida com alguma frequência, confundindo-se as designações com as utilizações: “...*forte da Trafaria, que serve de Lazareto*”.¹⁷

Este polo constitui-se como centro de intensa movimentação na praia da Trafaria, para o que contribuiu a ermida de N.ª Sr.ª da Saúde, que até 1751 foi o único local de culto religioso público. Com a viragem para o século XIX a componente militar vai assumindo importância predominante, sendo criada em 1797 uma escola de artilharia marítima.¹⁸ As preocupações militares com a foz do rio trazem para o litoral a atividade que vai ser importante para o desenvolvimento futuro.

Em 1793,¹⁹ a edificação no areal embora um tanto dispersa, pressupõe um agregado populacional com vida própria, com igreja (N.ª Sr.ª da Conceição) fora do recinto do Lazareto, com áreas demarcadas para alguma pequena produção agrícola, e construções junto à linha de água. É a Trafaria sítio, povoada por ação do movimento criado à volta do Lazareto/Forte/Ermida/Presídio e pela atividade ligada ao rio (pesca, tráfego).

Temos portanto a “praia areenta e desabrida” agora constituída por três centros importantes:

- o aglomerado populacional estabelecido no areal, dedicado a atividades marítimas;
- o presídio, simultaneamente servindo de posto de fiscalização e quarentena a pessoas e mercadorias e ainda como fortaleza militar;
- o mundo rural das quintas produzindo a subsistência agrícola, mas que cada vez mais perdia importância para o mundo litoral.

Há agora interesses novos. É a Trafaria a descer do Ribeiro para o rio, uma perspetiva nova, importante para se entender a evolução da comunidade trafariense. A população

residente era de origens diversas: a que tinha vindo do Ribeiro, a de Lisboa, das Beiras, de Aveiro e do Algarve, a renovação frequente dos locatários do presídio/lazareto/forte. Esta convivência criou características próprias dada a diversidade cultural e sociológica transportada para o lugar da Trafaria, mas com os seus interesses convergindo para o rio, transformando portanto a variedade das origens numa certa unidade de objetivos.

Terra Extrema

Situação geográfica e vias de comunicação

A Trafaria caracteriza-se pelo afastamento e distância, sofrendo as consequências inerentes: no concelho de Almada era a terra mais afastada para noroeste; relativamente a Setúbal, nada significava (exceção para alguns pescadores); vista de Lisboa a Trafaria só existia por ser lugar distante (trânsito de indesejáveis, local de fronteira).

A Trafaria, por ser precisamente a primeira localidade na margem sul para quem chega com destino a Lisboa, desde o tempo das quarentenas sempre serviu de posto aduaneiro. Já em 1657 o capataz da Trafaria é o responsável de fronteira e das respetivas décimas.²⁰ Em diversos anos nas décadas de 1860 e 1870 no “Orçamento da Receita do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar”, aparece uma rubrica designada de “Renda do presídio da Trafaria”, (sempre com o valor de 180 mil réis), o que leva a concluir que haveria actividade fiscal e/ou aduaneira. Também em 1864 por Decreto Régio de 7 de Dezembro, que trata da cobrança de imposto ao pescado, refere-se a Trafaria como local de arrecadação da Alfândega de Lisboa, com a incumbência da cobrança desse imposto. Ainda hoje existe lota na Trafaria, função prestes a comemorar 150 anos.

É o porto mais próximo da Costa, funciona como plataforma para a colocação do pescado em Lisboa. A ligação à Costa junto ao litoral era complicada, atravessando terrenos alagadiços (Juncal). A alternativa era o caminho pelo Ribeiro-Brielas-Fonte da Pipa.

Nos inícios do século XIX a principal via de comunicação da região da Caparica era uma estrada que vinha de Almada pelo Monte e Torre até Murfacém. Dessa estrada saíam para norte até aos portos e cais, caminhos que desciam pelos vales perpendiculares ao rio. A Trafaria, em situação de “fim de linha”, estava em posição concorrencial desfavorável para o trânsito para Lisboa. Era mais distante do que Cacilhas ou Porto Brandão.

Na perspetiva militar também a Trafaria foi resultado das suas circunstâncias. À entrada do Tejo, constituía posto de importância estratégica em qualquer plano de defesa da capital, desde pelo menos o século XVI, quando a Torre de Belém poderia ter cruzado fogos com a Torre Velha.

Mais circunscrito à Trafaria, no reinado de D. Pedro II (séc. XVII), as instalações do Lazareto foram adaptadas para poderem valer também como fortaleza militar.

No século XVIII o Conde de Lippe apresentou um plano para construção de um conjunto de redutos desde Almada até à Trafaria, para defesa da capital de uma eventual ofensiva terrestre que viesse do Sul, visando também impedir o acesso a locais donde se pudesse bombardear Lisboa e aos embarcadouros existentes na margem do Tejo.²¹ Em 1811 Wellesley recupera exatamente esta ideia. Dessa linha de defesa constavam nas proximidades da Trafaria os 2 redutos da Raposeira (os únicos com função de defesa da costa), o de Murfacém e o da Quinta do Guedes.

Proporcionado pelo o extenso areal e a pouca densidade habitacional, em 1797 um Alvará Real cria “...huma Bateria, que servirá ao Exercício, e onde se dará as necessárias lições aos artilhei-

ros”.²² Esta função de instrução de Artilharia prolonga-se por toda a primeira metade do século XIX.

Durante a governação miguelista assiste-se a forte incremento militar da Trafaria com a construção de baterias (a gorada bateria da Coroa, a da Raposeira, do Torrão, da Vigia e no forte da Trafaria). Por fraco poder de fogo, para pouco mais serviriam, do que para defender a praia. Muito embora se reconheça que o objectivo era “auxiliar a defesa da navegação do Tejo ao seu alcance”.²³

As baterias de Alpena/Raposeira, construídas entre 1890 e 1910, visavam sobretudo a defesa da foz do Tejo e já não tanto o canal de navegação Tejo a dentro.

Encontramos então concepções diferentes para o papel da Trafaria no contexto militar: defesa terrestre de alguma ofensiva vinda de sul; defesa da costa oceânica; instrução de artilharia; proteção à praia da Trafaria; defesa do canal de navegação para a capital, podendo cruzar fogos com a margem norte.

Isolamento e mito

Dadas as circunstâncias, a Trafaria terra extrema, periférica, era muitas vezes esquecida pelos centros de decisão administrativa, quando não era esquecida era uma terra de má fama.

As fugas às taxas municipais de venda de peixe são correntes, alvo das posturas da Câmara de Almada de 1774 n.ºs 286 a 288;²⁴ as queixas do Juiz de Fora de Almada de 1829 contra os habitantes da Costa e Trafaria, por contrabando, por acolherem marginais e por resistência a agentes da Coroa²⁵; em 1835 falava-se de: “...quadrilhas avulsas compostas de gente que se acoita no trabalho da pesca na Povoação da Costa da Caparica...”.²⁶

Por ocasião das “febres intermitentes” de 1829 a administração municipal tardou a ter consciência da gravidade do problema, haveria com certeza assuntos mais prioritários do que a saúde pública no extremo da Caparica. Foram posições como estas que contribuíram para que os trafarianos se consciencializassem de como eram ignorados e que com pouco poderiam contar, a não ser com eles próprios.

Neste quadro, a região era propícia ao refúgio de indivíduos que por alguma razão tinham motivos de fuga à Justiça que procurariam naturalmente locais com acessos difíceis e sem notoriedade, mas onde soubessem que seriam acolhidos com alguma “hospitalidade”.

Terá sido justamente por essas razões que, na opinião de Luz Soriano em 1867,²⁷ o Marquês de Pombal terá mandado largar fogo à Trafaria, em 24 de janeiro de 1777. Este mito é pouco crível: D. Maria I era já regente e seria pouco provável o Marquês ter ainda o poder de decisão que teve noutros tempos. Além disso não se encontram nos livros de Assentos da Paróquia quaisquer registos extraordinários de óbitos, nesse ano.

Possibilidade admitida seria a de ter havido um incêndio inopinado, o que sucedia com alguma frequência (na Costa), e dele se responsabilizar o Marquês de Pombal, dado o ressentimento existente contra ele, após a morte de D. José. Nesta perspetiva e passados 90 anos (quando escreve Luz Soriano), teria sido fácil e conveniente associar 2 nomes mal amados – Marquês de Pombal e Pina Manique – a um ato de chacina.

José Cornide em 21 de Outubro de 1800, 23 anos portanto após o sucedido, descreve uma colónia de pescadores meia légua ao sul da Torre do Bugio, um lugarzito de barracas cobertas de palha [Costa da Caparica], a propósito do qual o Marquês de Pombal – segundo ainda a sua descrição – dizia que era um refúgio de bandidos e de gente ociosa e “... que numa ocasião mandou pegar fogo às casas, não pôde acabar com elas.”²⁸

O incêndio a ter sido a mando do Marquês, terá sido na Costa e não na Trafaria, o que também faz sentido com o tipo



• Fig. 2: Trafaria, “Archivo Pittoresco”, 10º Anno - 1867.

de edificado nos dois lugares. A Costa era vulgarmente descrita como lugar onde as habitações eram quase exclusivamente cabanas de madeira e colmo, enquanto que na Trafaria, em 1793²⁹ podemos verificar que os edifícios, a avaliar pelas dimensões (e comparando-as com edifícios hoje conhecidos), não seriam propriamente barracas, eram de alvenaria e com alguma dispersão, não se verificando contiguidade frequente.

A Religião

Na entrada do século XVIII a religião sob o ponto de vista ideológico era um elemento estruturante da sociedade. As práticas e costumes religiosos evidenciavam de forma muito nítida a hierarquia e o estatuto social, o que levava a que a vida quotidiana estivesse constantemente impregnada e condicionada pelos preceitos religiosos.

Sob a égide da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica, as ermidas privadas mantinham atividade pública. À medida que o mundo rural vai perdendo importância para o litoral, essas ermidas perdem a concorrência popular, reservando-se para esfera privada dos seus proprietários.

No que respeita à Trafaria, como já se referiu, a distância era fator dificultador e até ao último quartel do século XVII a população acorria à Igreja Paroquial no Monte – pouco prático – ou às ermidas que existiam nas quintas.

Por necessidade de auxílio mútuo, as gentes da Trafaria agregaram-se em Irmandades sob o “patrocínio” das igrejas, com o intuito de conseguirem em conjunto os objetivos que não conseguiriam individualmente. Durante o século XVIII foi criada, em 1752, a Irmandade de N.ª Sr.ª da Conceição na ermida do mesmo nome, e na Capela de S. Pedro catraieiros e pescadores constituíram a Irmandade de S. Pedro.³⁰

Ermida de N.ª Sr.ª da Saúde

Construída em 1678 “para que as pessoas que estiverem de quarentena possam assistir à celebração da missa nos dias santos.”



Fig. 3: Ermida de N.ª Sr.ª da Saúde.

³¹ Em 1725 é reedificada em conjunto com os outros edifícios do Forte/Lazareto. Pouco tempo depois, em 1743, além da construção de uma enfermaria para quarentenários, foi construído um muro³² cuja consequência direta foi a impossibilidade de acesso das populações – pelo menos nas ocasiões em que houvesse risco sanitário – ao lugar religioso que era uso frequentarem. Para além das ermidas particulares existentes nas quintas, este era o único local de culto antes de 1751. Mas os trafarianos não se resignaram e meteram mãos à obra de nova igreja, a de N.ª Sr.ª da Conceição. A ermida da N.ª Sr.ª da Saúde manteve-se em funcionamento regular ou esporádico até 1831.

Em meados do século, com a instalação de atividades económicas no recinto do Presídio, a ermida nunca mais foi muito concorrida. Vieira Júnior (1896) assinala a ermida como “interdita”.³³ Em 1908/1909 a reconstrução global do Presídio leva a que a capela deixe de estar na mesma orientação. É transladada, passando para norte/sul, mantendo basicamente a fachada anterior. Com a República continuava a ermida de frequência restrita, apenas para culto dos que habitavam o Presídio, reclusos e pessoal militar. Definitivamente tinha passado a capela particular.

Ermida de N.ª Sr.ª da Conceição

Face à dificuldade de acesso à ermida de N.ª Sr.ª da Saúde a partir de 1743, em 1747 os Mestres das Embarcações do Pescado do Porto da Trafaria conseguiram licença do Patriarcado de Lisboa para poderem edificar uma nova ermida fora do muro do Lazareto.³⁴ A ermida de N.ª Sr.ª da Conceição é então erigida, em 1751, na Qt.ª da Ladeira, cujo funcionamento começou por ser garantido pelas receitas da Irmandade de N.ª Sr.ª da Conceição. Até aos começos do século seguinte foi este o principal templo na Trafaria.

A ermida ficou totalmente destruída num incêndio em 1811, sendo que em 1827 ainda se encontrava em ruínas. Entretanto, reconstruída poucos anos depois (1833 segundo o Conde dos Arcos³⁵; 1835 segundo Vieira



Fig. 4: Ermida de N.ª Sr.ª da Conceição.

Júnior³⁶) sofreu novo incêndio, nunca sendo recuperada.

Ermida de S. Jerónimo

Construída poucos anos antes do terramoto de 1755³⁷ em terrenos das casas de Jerónimo Leite de Vasconcelos, local hoje não identificado.

Capela de S. Pedro

Fundada em 1787.³⁸ Pelos assentos da Paróquia de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica,³⁹ o primeiro sepultamento registado foi em 1816. Nesses registos nota-se alguns anos (1840, 1861, por exemplo) a existência de dois capelães na Trafaria, o que permite pensar que a ermida de N.ª Sr.ª da Saúde (Presídio) se mantinha em atividade, embora talvez não pública.

A partir da década de 1830, com a impossibilidade da ermida da N.ª Sr.ª da Conceição e com as restrições em N.ª Sr.ª da Saúde, foi a capela de S. Pedro o principal local de culto na Trafaria.

Incorporada na pedra do topo da porta da casa hoje ao lado da igreja de S. Pedro, encontra-se a inscrição ANNO MDCCCXV. Não se sabe o que essa data gravada teria assinalado, nem a sua situação original. Sabe-se com certeza que era contemporânea da capela de S. Pedro.

Igreja de S. Pedro

A Igreja que hoje conhecemos terá começado a ser construída em 1856 substituindo a anterior capela. As obras prolongaram-se durante vários anos, sendo benzida em 30 de janeiro de 1890.⁴⁰ Pelos assentos paroquiais, a partir de 1860 os enterramentos passam a ser referidos como sendo no cemitério da Trafaria⁴¹ ou no cemitério público (e não no cemitério da Capela de S. Pedro), assim sendo até 1885. Em 1873 a Corporação dos Pescadores tem o domínio útil da igreja mais o cemitério da Trafaria. Depois dos problemas com a demora na construção, no início da década de 1890 já com a igreja apta para as práticas religiosas, não havia capelão e o prior da Caparica não oficiava na Trafaria. Só em 1895 o Cardeal Patriarca concede licença para o Santíssimo Sacramento nesta igreja. Em Janeiro de 1896 existe já capelão, o Rev. José Fidalgo.⁴²

As querelas continuariam pelo século XX. A Junta de Freguesia da Trafaria, entretanto criada em 1926, pretende a construção do mercado nos terrenos anexos à Igreja, com o que conta com a oposição do Pe. Baltazar Diniz de Carvalho, prior da Paróquia de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica, à qual a Trafaria ainda pertencia, alegando que o terreno do antigo cemitério era propriedade da Paróquia. O mercado acaba sendo inaugurado em 11 de Julho de 1930.⁴³

Nota Final

A Trafaria tem sido constantemente uma terra de trânsito.

Trânsito de produtos, mas sobretudo de pessoas:

- por lá pararam sazonalmente algarvios e ilhavos;
 - a população do Presídio/Lazareto de permanência volátil;
 - as guarnições militares naturalmente rotativas;
 - a estadia estival dos “banhistas”;
 - a passagem fugaz de turistas em direção à Costa.
- Toda esta movimentação proporcionou o cruzamento

dos contactos através dos quais os trafarianos construíram as suas características próprias.

Historicamente, a transferência do rural para o litoral, a constância do elemento marítimo (pesca e afins) e a distância/ignorância dos centros de decisão, resultaram na formação de sentimentos claros de autonomia, de defesa intensa das suas convicções, na confiança nas suas capacidades para a ultrapassagem, com um sentido muito prático, das dificuldades.

Por isso se pode concluir que é esta a massa constituinte da gente da Trafaria.

Notas

¹ SENADO DA CÂMARA DE LISBOA, *Documentos* (hemerotecadigital.cm-lisboa.pt) - PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/02/1495

² CÂMARA, Paulo Perestrello da (1850) - *Dicionário Geográfico Histórico Político e Literário do reino de Portugal e seus domínios* p.456, in SILVA, Francisco Manuel Valadares e (2008) - *Ruralidade em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX* - Universidade Aberta, p.85

³ MENDES, Rui (2010)- “Património religioso de Almada e Seixal: Ensaio sobre a sua história no séc. XVIII”, *Anais de Almada* nº 11-12, p.95

⁴ VIEIRA, Aires dos Passos (2006)- *Conheça o passado histórico da região onde vive*, Ed. Colibri

⁵ FLORES, Alexandre M. (2009)- “Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758” (Padre Cura José António da Veiga) – *Anais de Almada* nºs 5/6

⁶ MENDES, Rui (2010)- “Património religioso de Almada e Seixal: Ensaio sobre a sua história no séc. XVIII”, *Anais de Almada* nº 11-12, p.95

⁷ SILVA, Francisco Manuel Valadares e (2008)- *Ruralidade em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX* - Universidade Aberta, p.95

⁸ VIEIRA JÚNIOR, Duarte Joaquim (1897)- *Villa e termo de Almada, Apontamentos antigos e modernos para a história do concelho*

⁹ LEGISLAÇÃO RÉGIA – Ministério dos Negócios da Guerra, Direção Geral, 4ª Repartição (30 agosto 1902)

¹⁰ VIEIRA, Aires dos Passos (2006) - *Conheça o passado histórico da região onde vive*, Ed. Colibri

¹¹ CARDOZO, Pe. Luiz (1751) – *Diccionario Geografico*, Tomo II. Lisboa, Regia Officina Sylviana, p.428

¹² ARCHIVO PITORESCO, (1860) vol III, p.247/8

¹³ FERNANDES, Mário (1996) - “Documentos relativos à história de Almada: proposta de regimento para a administração do concelho de Almada”, *Al-Madan* nº5

¹⁴ CHAVES, José Joaquim de Silva (1850) – *Memória Económica Da Villa d'Almada e seu Termo*, fl.7 in SILVA, Francisco Manuel Valadares e (2008) - *Ruralidade em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX* - Universidade Aberta, p.85

¹⁵ ABASCAL, Juan Manuel, CEBRIÁN, Rosario (2009) – *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Real Academia de la Historia, p.688

¹⁶ OLIVEIRA, Frei Nicolau d' – *Livro das Grandezas de Lisboa* Tratado Quinto, Capitulo VII, fl140 (1610): “...achando que a tal nau vem de terra impedida, dá aviso aos Provedores da Cidade, os quais mandam logo pôr duas guardas na tal nau, despejar a fazenda, e pôr a soalhar trinta dias na Trafaria, e se dentro deste tempo algum homem quer vir à Cidade (...) lhe fazem despir o vestido de seu uso, e vestir outro, que lhe vai da Cidade”.

¹⁷ SENADO DA CÂMARA DE LISBOA, *Documentos* (hemerotecadigital.cm-lisboa.pt) - PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/61/3449

¹⁸ COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA-Legislação de 1791 a 1801, (28 agosto 1797)

¹⁹ sidcarta.exercito.pt – 4678-2-22ª-109, Direção de Infra-Estruturas do Exército

²⁰ SENADO DA CÂMARA DE LISBOA, *Documentos* (hemerotecadigital.cm-lisboa.pt) - PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/61/5368 e 5439

²¹ SOUSA, Raul Pereira de (1981) - *Fortalezas de Almada e seu Termo*, CMA

²² COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA-Legislação de 1791 a 1801, (28 agosto 1797)

²³ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – *Fortificações*, 3ª Div. 9ª Secção cx 47, Forte da Trafaria

²⁴ POSTURAS DA CAMARA DA VILLA DE ALMADA no Séc. XVIII, in *Almada na Historia*, CM Almada, nº9-10, (2006)

²⁵ FERNANDES, Mário (1997) - “Documentos relativos à história de Almada: proposta de regimento para a administração do concelho de Almada”, *Al-Madan* nº6

²⁶ CHAVES, José Joaquim Silva (2008) - *Memória Económica Da Villa d’Almada e seu Termo*, fl7f (1835, Maio), in SILVA, Francisco Manuel Valadares e - *Ruralidade em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX* - Universidade Aberta

²⁷ SORIANO, Luz – *Obra Histórica do Reinado de D. José I (1867)*, in RAMOS, António Alberto de Carvalho Pereira - “O marquês de Pombal e o Incêndio da Trafaria: verdade ou ficção” - *Actas das 1^{as} Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*. Almada, Câmara Municipal. pp. 85 – 87 (1993)

²⁸ ABASCAL, Juan Manuel, CEBRIÁN, Rosario – *Los viajes de José Cornide por España y Portugalde 1754 a 1801*, Real Academia de la Historia, p.688 (2009)

²⁹ sidcarta.exercito.pt – 4678-2-22A-109, Direção de Infra-Estruturas do Exército

³⁰ MENDES, Rui - “Património religioso de Almada e Seixal: Ensaio sobre a sua história no séc. XVIII”, *Anais de Almada* nº 11-12, p.73 (2010)

³¹ SENADO DA CÂMARA DE LISBOA, *Documentos* (hemerotecadigital.cm-lisboa.pt) - PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-E/61/0214

³² historiapatrimonio.blogspot.com (Rui M. Mendes)

³³ VIEIRA JÚNIOR, Duarte Joaquim - *Villa e termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do concelho (1897)*

³⁴ lugaresdacaparica.blogspot.com (Rui M. Mendes)

³⁵ CONDE DOS ARCOS – “Relação dos Templos de Caparica”, *Boletim Cultural da Junta de Província da Estremadura*, n.º 10, (1945)

³⁶ VIEIRA JÚNIOR, Duarte Joaquim - *Villa e termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do concelho (1897)*

³⁷ CONDE DOS ARCOS – *Caparica através dos séculos* (1972)

³⁸ MENDES, Rui - “Património religioso de Almada e Seixal: Ensaio sobre a sua história no séc. XVIII”, p.95 *Anais de Almada* nº 11-12 (2010), AHPL Ms 298 fl110

³⁹ ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Arquivos Paroquiais, Paróquia de Nossa Senhora do Monte da Caparica* (digitarq)

⁴⁰ SOARES, Manuel Lourenço – *Igreja Paroquial de S. Pedro da Trafaria. Subsídios para a sua história*, policopiado p.2 (1990)

⁴¹ TT-MF, *Arrematações*, L. 463, f. 17), Foros da Câmara Municipal, (7 janeiro 1873)

⁴² ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Arquivos Paroquiais, Paróquia de Nossa Senhora do Monte da Caparica* (digitarq)

⁴³ AHMA, N.º 1842: *Livro de Inventário dos Bens Móveis e Propriedades Imobiliárias 1933-1941* (11 julho 1930)

Breve História da Costa de Caparica

Francisco Silva

Introdução

A presente abordagem à história da Costa de Caparica constitui uma síntese dos aspetos sócio-culturais e económicos que estiveram na origem do seu povoamento a partir do século XVIII e a sua evolução até à atualidade. De que forma a ocupação do espaço provocou transformações da paisagem e em que medida essas mudanças se operam num espaço com características morfológicas diferenciadas do restante território do concelho de Almada. Em que medida o património material e imaterial da Costa da Caparica é passível de ser interpretado à luz das suas especificidades locais, enquanto reflexo da construção de uma identidade própria, caracterizada pela diversidade cultural dos seus habitantes.



• Fig. 1: Excerto da carta militar da Península de Setúbal 1816, assinada pelo Major Neves Costa.

Enquadramento Geográfico da Costa de Caparica.

A atual freguesia da Costa da Caparica ocupa a frente atlântica do concelho de Almada, a Sul da foz do rio Tejo, sendo a orla costeira limitada a Este pela arriba fóssil. A faixa de terreno compreendida entre a arriba e o mar resulta do recuo deste último. Assim, a arriba costeira deixou de estar em contacto com o mar: tornou-se fóssil, em virtude do afastamento para Oeste da linha de costa, em data geológica desconhecida. Esta faixa litoral é preenchida exclusivamente por areias, pelo que até finais do século XIX a paisagem era dominada por dunas e juncais que ocupavam as zonas alagadas com água escorrente da arriba. Nos juncais abundava grande variedade de aves e mamíferos, sendo uma zona propícia para a caça.

As condições de insalubridade e os solos impróprios para a actividade agrícola inibiram a ocupação humana deste território até ao século XVIII, sendo que a atividade piscatória no concelho de Almada se concentrava em comunidades instaladas ao longo da margem estuarina, nomeadamente em Cacilhas, Porto Brandão ou Trafaria.

Tomando como referência as representações cartográficas datadas dos finais do século XVI (1583) e até à segunda metade do século XVII (1634 e 1673) na frente atlântica da região de Almada apenas é referido o topónimo de Trafaria, o restante território é representado como areal, estendendo-se até à Lagoa de Albufeira, sem quaisquer indicação de construções ou toponímia.

Na carta militar da Península de Setúbal datada de 1816 encontramos a Sul da Trafaria a indicação *Cabanos da Costa*, representada no mapa com dois núcleos populacionais: o primeiro a Norte, composto por um conjunto de 40 pequenos triangulos que indicam cabanos, quatro quadrados indicando construções de alvenaria, e uma igreja; enquanto a Sul um segundo núcleo é identificado com apenas sete triangulos. Estes povoados estão ligados à Trafaria por dois caminhos, havendo um terceiro que atravessa a arriba em direção a Este. Esta carta topográfica confirma que no início do século XIX a Costa era povoada, conforme os dados históricos que datam na segunda metade do século XVIII a fixação de populações nestas praias.

Na representação cartográfica do século XIX destaca-se a existencia de duas áreas distintas de povoamento, a Norte e a Sul, separação que como se irá observar continuará a marcar a história e a evolução da Costa de Caparica.

Povoamento da Costa de Caparica

Segundo as fontes consultadas, o povoamento da Costa iniciou na segunda metade do século XVIII foi realizado por comunidades piscatórias oriundas da Beira Litoral e do Algarve. O mar da Costa já era conhecido destes pescadores, que exploravam sazonalmente estas águas onde, dadas as condições favoráveis da praia e dos fundos marinhos, livres de obstáculos naturais, praticavam a pesca de arrasto para terra denominada arte xávega.

Se por um lado as condições do estado do mar, especialmente durante os meses de inverno, eram mais favoráveis à pesca do que na Beira Litoral, a proximidade do mercado de Lisboa garantia o escoamento comercial do peixe capturado na *Terra do Pescado*, como era então conhecida a Costa de mar situada na freguesia de Caparica.¹

O ano de 1770 é referido como a data de fixação das primeiras comunidades piscatórias na Costa. A organização social destas comunidades baseava-se, num primeiro nível,

nas localidades de origem. A separação das duas comunidades fundadoras, ilhavos e algarvios, estava definida territorialmente entre Norte e Sul. A demarcação que separava os ilhavenses a Norte dos algarvios a Sul corresponde actualmente à Rua dos Pescadores. A rivalidade entre ambas as comunidades foi até meados do século XX uma realidade que marcava profundamente a vivência das gentes da Costa. Os laços familiares e de parentesco entre os pescadores constituíam outro aspeto determinante na organização social destas comunidades, na medida em que a atividade da pesca tradicional se praticava, e pratica, através de *companhas* - grupos informais de pessoas, assentes em laços familiares e laborais centrados em torno de um mestre de pesca, proprietário das embarcações e artes (redes), formando como que uma família alargada sujeita à autoridade e proteção do mestre.

Até finais do século XIX a pesca foi a única atividade realizada pelas populações locais, assim como o seu único meio de subsistência. De entre outros métodos de pesca tradicional que não cabe aqui analisar,² destaca-se a arte xávega. Enquanto prática ancestral, constitui uma marca cultural e identitária das comunidades piscatórias que vieram de *fora* e que se identificam com a origem da povoação.

A Pesca e os Pescadores da Costa de Caparica

A arte xávega consiste no arrasto para terra de uma rede em forma de saco, constituída por vários “panos” de diferentes malhagens que vão diminuindo da boca para o fundo do saco. O “calamento”, nome dado ao conjunto das cordas e das redes é transportado por um barco que sai da praia, deixando em terra (banda panda) uma ponta da corda que se vai desenrolando até largar a rede e o saco, após o que volta para a praia descrevendo um arco e trazendo a outra ponta da corda para terra (banda barca). Logo que o barco chega à praia inicia-se o processo de “alar” a rede, puxando e aproximando as duas cordas que trazem até à praia o saco, no fundo do qual vem o peixe capturado em cada “lance”.

Tradicionalmente, todo o processo de pesca que actualmente se faz com recurso a meios mecânicos (barco com motor e tratores para manobras e para alar a rede), era realizado manualmente. As embarcações eram movidas a remos e o alar da rede era feito com o peso do corpo, à força de braços e pernas. Pelo que, cada jornada de pesca implicava um grande número de pessoas que constituíam a companhia e se distribuíam pela tripulação do barco, comandada pelo arrais de mar (responsável pela manobra do barco e da rede no mar) e a companhia de terra, comandada pelo arrais de terra, cuja principal função consistia em puxar e enrolar as cordas, recolher a rede e escolher o peixe.

Outro aspeto singular da pesca praticada na Costa prende-se com a embarcação típica da Costa de Caparica, o *meia-lua*, que deve a sua designação ao seu perfil característico. O seu fundo chato e a ausência de quilha permitiam deslocar o barco pela areia, ao passo que a proa e a popa levantadas e simétricas favoreciam a entrada e saída na zona de rebentação. Tipologicamente esta embarcação (actualmente extinta na faina da pesca na Costa de Caparica) resulta de uma adaptação do saveiro da Costa Nova (Aveiro) às condições do mar e de manobra no areal da Costa. Nesse sentido, apresentava dimensões mais reduzidas, favorecendo a manobra no mar, com menos remadores, e em terra (enquanto no Norte tradicionalmente se usavam bois para movimentar o barco na areia). Diferenciavam-se também por o saveiro apresentar o arco da popa ligeiramente mais baixo que o da proa.

Como se poderá depreender, a pesca praticada com a arte xávega, sendo uma atividade incerta por via do estado

do mar, necessitava de muita mão de obra, o que levava a que as companhias integrassem indivíduos de origens desconhecidas, por vezes marginais, que encontravam abrigo e escassos meios de sobrevivência num lugar isolado, afastado do controlo das autoridades, mas sujeitos à implacável autoridade dos mestres e arrais.

*“Costa, populosa aldêa de pescadores pertencente ao conc. d’Almada e sit. pouco mais de ½ leg. ao S. da Trafaria, ou antes na sua contracosta, sobre o Oceano, na extremidade de uma das vertentes da serra da Arrabida, onde o mar bate quasi sempre furioso, impellido pelo vento do Poente. Consta esta pov. de mais de 100 cabanas e algumas casas de telha com 1,600 hab., todos pescadores, excellentes maritimos, porém no primitivo estado de ignorancia e rudeza, bem que apenas afastados 2 - ½ leg. da capital. O sacco ou valle que habitaõ, cercado por todos os lados, menos pelo que lhe dá ingresso nada produz; é um continuo areal.”*³

Conforme se depreende pela descrição de Paulo Perestrello da Câmara no seu *Dicionário Geográfico*, apesar de ser para à época uma povoação com um número significativo de habitantes e da proximidade de Lisboa, a Costa em 1850 era uma povoação isolada e das mais atrasadas no concelho de Almada. Tratava-se de um território marginal, situação à qual não seria alheio o fato de os pescadores da Costa, dadas as suas origens, hábitos e trajés, serem considerados “estrangeiros” e olhados com desconfiança pela restante população do concelho, sentimento acentuado pela referida rudeza dos pescadores e por acolherem no seio das suas comunidades indivíduos socialmente excluídos.

O início do povoamento da Costa é atribuído a mestres e companhias oriundos de Ilhavo e de Olhão, no entanto, segundo António Correia, foram os ilhavenses os principais empreendedores na construção da povoação, através da organização do “Cofre dos Quinhões das Companhas” sistema através do qual cada companhia contribuía em função do produto da pesca, angariando assim dinheiro para financiar a construção da igreja (erigida em 1770), do cemitério (1780) e do poço (1879).⁴ A necessidade de assegurar estas estruturas de utilização coletiva pela própria comunidade demonstra o alheamento da administração do concelho, face às necessidades elementares destas populações. Saliente-se ainda que todas estas construções se localizam na zona norte da povoação, que desde o início do povoamento teve maior densidade populacional e mais cuidado com a salubridade, conforme se constata na postura municipal datada de 1886 que proíbe, sob pena do pagamento de mil reis de multa: *“Fazer lavadouros de roupa na Costa de Caparica em qualquer lugar que não seja ao sul da povoação, e mesmo ali lhes façam os escoantes que o terreno permitir.”* (Postura nº 1 Art. 3º 7.º Almada 1886).

As Transformações da Paisagem na Costa de Caparica

As primeiras medidas de iniciativa governamental destinadas a transformar a paisagem da Costa e melhorar as condições de vida das comunidades locais surgem a partir de finais do século XIX. Em 1883 inicia-se a florestação do areal e a abertura de valas de drenagem entre a Trafaria e a Costa, com vista à secagem dos terrenos. Estas ações, com impacto ao nível da salubridade, visavam combater os surtos frequentes de febres palúdicas, transmitidas pelos mosquitos criados nas zonas pantanosas e terrenos alagadiços, os quais constituíam um dos mais graves problemas de saúde pública entre a população do concelho de Almada.⁵

As habitações dos pescadores eram construídas na sua grande maioria com madeira e palha, apresentando semelhan-



Fig. 2: Página do jornal "O António Maria", 28 de Agosto de 1884.

ças com as construções tradicionais da Beira Litoral, conhecidas como "palheiros". Em virtude dos materiais de construção utilizados, os incêndios eram frequentes e propagavam-se rapidamente. Ficaram na história da Costa alguns desses acidentes com maiores proporções: o "Fogo da Quinquilha" em 1840, no qual arderam noventa e oito barracas; ou o fogo da "Rosa do Ché-Ché" em 1864, que destruiu sessenta barracas. O último grande incêndio queimou sessenta barracas e ocorreu em 1884, ficando associado ao nome do deputado por Almada Jaime Artur da Costa Pinto, promotor de iniciativas que levaram à construção do primeiro bairro de casas em alvenaria, com cem habitações destinadas às famílias de pescadores cujas barracas haviam sido destruídas. O bairro Costa Pinto foi assim designado em homenagem ao homem cuja ação política levou à promoção de diversas obras com vista à melhoria das condições de vida das populações piscatórias e povoações ribeirinhas, nomeadamente as obras de drenagem e arborização acima referidas e a construção do cais fluvial no Porto Brandão.

A drenagem dos pântanos e a florestação de uma faixa de terreno entre a Trafaria e a Costa transformaram de forma permanente a paisagem e criaram condições propícias ao arroteamento do areal. Para tal contribuíram, a par das condições climáticas favoráveis, a incorporação nas areias estéreis de grandes quantidades de subprodutos da atividade piscatória, entre os quais se destaca o "pilado", espécie de caranguejo que em certas épocas abunda no mar da Costa, o qual era recolhido nas redes da arte xávega e transportado para os terrenos agrícolas, onde era deixado a secar e posteriormente enterrado com a cava.

As mudanças adotadas no uso e exploração dos solos, até então estéreis e incultos, conduziram a alterações na

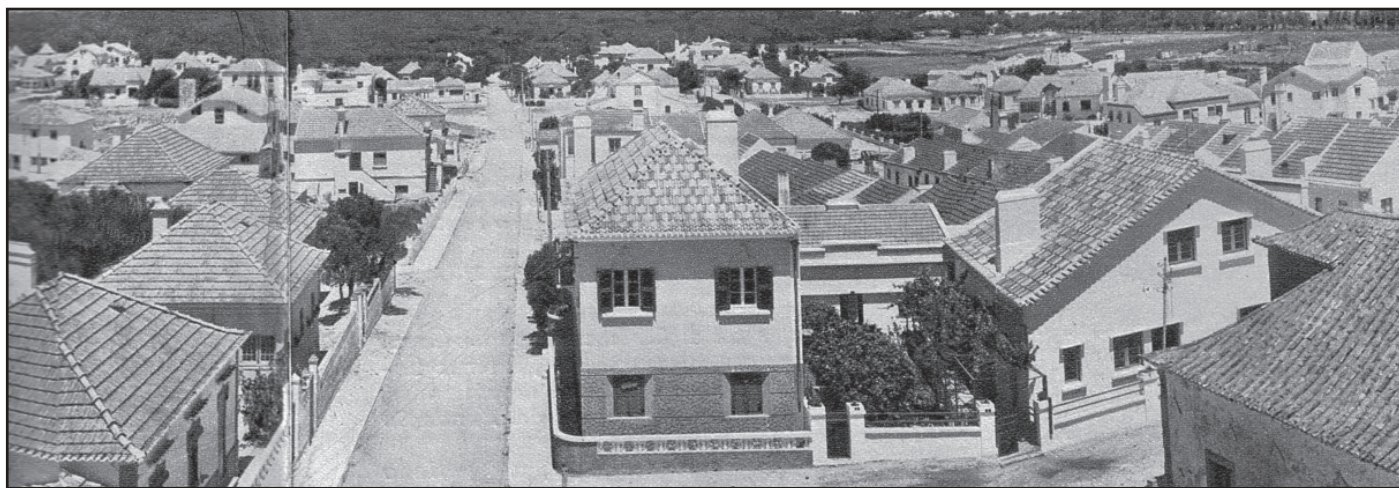
malha social, favorecendo a instalação de famílias de agricultores que desenvolveram o cultivo de vinhas e de hortaliças. As transformações da paisagem são descritas por Duarte Vieira Junior em 1897: «É soberbo e magestoso o panorama que nos oferece a Costa quando a olhamos do alto da rocha dos Capuchos. Lá em baixo os grandes pantanos, outrora cobertos de juncos e hoje quasi totalmente cultivado de vinhas e arvoredos, n'uma vegetação luxuriante».⁶

A Construção e os Construtores da Costa de Caparica

A moda dos banhos de mar e da utilização balnear das praias surge na segunda metade do século XIX, sendo que na margem sul as primeiras praias frequentadas por banhistas foram o Porto Brandão e a Trafaria. Esta última, frequentada por Ramalho Ortigão e Bulhão Pato, é referida no *Guia de Portugal* de Raúl Proença, publicado em 1924 como: "uma pequena praia em frente de Algés, um pequeno hotel, um casino e umas cem casas para alugar, no Verão, aos banhistas" (p.637). A Trafaria foi a principal estância balnear da margem sul do Tejo, frequentada desde finais do século XIX pela burguesia lisboeta. Estava ligada Lisboa por carreiras de barco e a Almada por estrada, mas não tinha acesso rodoviário à Costa. No entanto, contribuiu para o seu desenvolvimento a partir do segundo quartel do século XX. A praia de mar e o extenso areal constituíam elementos de atração face à praia fluvial da Trafaria, além de que a Costa oferecia maiores perspetivas de investimento imobiliário. Para a valorização e promoção da Costa contribuiu de forma decisiva a "Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia da Costa de Caparica", criada em 1921, a qual, dada a influência dos seus membros junto dos órgãos governativos, consegue obter em 1925 a classificação da Costa como estância balnear.⁷ Inicia-se a partir de então uma nova fase do desenvolvimento desta localidade, que à época não era mais do que uma povoação piscatória com trinta casas para alugar, conforme refere o citado Guia de Portugal.⁸ Vai-se assim consolidando a prática corrente que consistia no aluguer das casas dos pescadores a famílias de veraneantes, enquanto os proprietários se alojavam nas barracas onde guardavam os aprestos da pesca.

Uma das principais alterações da paisagem consiste no surgimento de novas construções destinadas a albergar os banhistas que descobrem a Costa de Caparica, cujas praias atlânticas apresentam vantagens medicinais largamente publicitadas. Com a inauguração em 1934 do Hotel Praia do Sol, a povoação passa a dispôr de alojamento hoteleiro considerado à época entre os melhores na margem sul do Tejo. No mesmo ano é criada uma carreira de barco que fazia o transporte de passageiros entre o Terreiro do Paço e a Cova do Vapor.⁹

Por iniciativa do almirante Henrique Tenreiro, e beneficiando de visibilidade devido à proximidade da capital, é inaugurada na Costa de Caparica em 1937 a *Junta Central da Casa dos Pescadores*, a qual procura, no âmbito doutrina corporativa do Estado Novo, enquadrar as comunidades piscatórias espalhadas pelo litoral português em torno das Casas dos Pescadores, unidades de organização social e económica do trabalho marítimo à semelhança das Casas do Povo, que desempenhavam papel idêntico nos meios agrários. No ano seguinte, em 1938, é inaugurada a Casa dos Pescadores na Costa de Caparica. As condições de vida da comunidade piscatória na Costa de Caparica e no resto do país caracterizavam-se pela precariedade, nesse sentido, a "ação social" promovida em torno dessas comunidades vai ganhar particular visibilidade na Costa, contribuindo para a promoção de uma imagem idealizada do pescador. Encobrendo a realidade, contribui-se para a promoção turística da Costa, da mesma forma que



• Fig. 3: Vista panorâmica da Costa de Caparica a Norte da Rua dos Pescadores, in *Almada Miradouro do Sul* (folheto turístico s.d.)

fomentava a existência de uma base de apoio social à política do Estado Novo junto da classe piscatória, que de alguma forma se opunha à maioria da população do concelho de Almada, ligada à classe operária e tradicionalmente contestatária.

Na mesma linha de promoção do estado corporativo e tirando igualmente partido da proximidade a Lisboa, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) criada em 1936 inaugura a colónia de férias “Um lugar ao Sol” em 1938, ocupando terrenos entretanto arborizados entre a Cova do Vapor e a Costa de Caparica.

Como forma de atrair o investimento das elites sociais, a Câmara Municipal de Almada, ao abrigo do decreto-lei de 1940 que autorizava as autarquias a alienar os baldios, vai promover a partir de 1944 a venda de lotes de terreno na Costa de Caparica destinados à construção de casas de férias. Nesse âmbito foram elaborados para a Costa alguns planos urbanização que apontavam claramente no sentido seu aproveitamento turístico, um dos mais conhecidos e futurista, para a época, data de 1930 e foi desenvolvido pelo arquiteto Cassiano Branco. No entanto, o que aconteceu foi um crescimento desestruturado, constituído por moradias de um ou dois pisos, construídas na sua maioria como segunda habitação da burguesia lisboeta e almadense. As tipologias de construção variam entre a casa tradicional portuguesa, ao estilo de Raúl Lino, e um modernismo consentido, através do caráter descontraído da casa de praia.

Esta estratégia de aproveitamento turístico do território vai dar origem ao surgimento de uma outra comunidade, os “banhistas”, que passam a frequentar a Costa partilhando os espaços da aldeia e as praias com as comunidades piscatórias. A coexistência das famílias da burguesia com os pescadores durante os meses de verão foi explorada literariamente por Romeu Correia em “Calamento”, romance publicado em 1946, que ilustra de forma neo-realista as transformações sociais ocorridas no seio das comunidades tradicionais da Costa, associadas à utilização balnear das praias. Surgem então novas oportunidades de atividade económica através das concessões de praia, do aluguer de toldos e do serviço de banheiro, a par de outros pequenos negócios, tais como a venda de água ou bolos, a par do incremento do comércio local destinado aos novos clientes, cafés, pensões e restaurantes.

No contexto da promoção turística do local, tendo como símbolo o barco meia-lua, é publicado em Janeiro de 1950 o nº 1 do periódico regionalista “Praia do Sol”, editado e distribuído gratuitamente pela Junta de Freguesia local. Publica-se até 1982, tendo-se destacado como diretores e redatores Norberto Araújo e António Correia, figuras que a par de Manuel d'Agro Ferreira ficaram ligados à promoção turística da Costa e do concelho de Almada.

A maior pressão urbanística concentrou-se inicialmente na zona a Norte da atual Rua dos Pescadores, da então aldeia da Costa.¹⁰ A valorização desses terrenos vai obrigar a que as populações residentes se desloquem para Sul, onde durante e década de sessenta do século XX são projetados e construídos, no âmbito da “obra social” da Junta Nacional da Casa dos Pescadores, novos bairros para alojar as famílias de pescadores.

No âmbito das iniciativas de desenvolvimento turístico e refletindo a necessidade de crescimento da área de praia concecionada, em virtude da sua cada vez maior procura, destaca-se ainda a inauguração em 1960 do comboio Transpraia, permitindo o acesso às praias localizadas a sul da povoação.

A partir da segunda metade do século XX observa-se igualmente o aumento do número de pisos em prédios de habitação, que passam a alojar cada vez mais residentes, situação que se enquadra no crescimento urbanístico do concelho de Almada, cujo desenvolvimento se torna exponencial após a construção da ponte sobre o Tejo, inaugurada em 1966, e da via rápida, atual IC-20.¹¹

A necessidade de controlar a ação do mar, que regularmente rompia o cordão dunar e inundava os terrenos de cota mais baixa, colocando em risco as casas (cada vez mais próximas da linha de costa), conduziu na década de 1970 à construção sobre a duna primária, de um paredão e de um conjunto de esporões, ao longo de toda a frente urbana da Costa de Caparica. Esta intervenção permitiu o avanço da pressão urbanística, com destaque para a Avenida Humberto Delgado, onde as cérceas dos edifícios variam entre os sete e dez andares. Por outro lado, a destruição da duna primária e a construção dos esporões terá contribuído para acentuar o processo de desassoreamento das praias localizadas entre os mesmos e consequente avanço do mar.

Será ainda durante a década de setenta e principalmente após a revolução de 25 de Abril de 1974 que se vão instalar ao longo da linha de praia diversos parques de campismo, com grande intensidade de ocupação, para o aproveitamento turístico do espaço. Destaca-se neste âmbito a cedência de parcelas de terreno aos Clubes de Campismo de Lisboa (1952), Almada (1969) e Cova da Piedade (1971), o que também se relaciona com o desenvolvimento do associativo popular de cariz lúdico e, segundo alguns testemunhos, de contornos políticos na linha da oposição democrática.¹²

Na sequência do processo de descolonização, a imigração de populações oriundas dos Países de Língua Oficial Portuguesa trouxe à Costa de Caparica novos habitantes, alguns dos quais foram morar em bairros clandestinos, nomeadamente na Mata de Santo António, nas Terras da Costa e na zona do entre o campo de futebol e a frente de praia. Por outro lado, a exis-

tência de muitas habitações de ocupação sazonal, contribui para uma maior oferta no mercado de arrendamento no concelho de Almada, aspeto que terá igualmente contribuído para a fixação de estrangeiros, com destaque para imigrantes brasileiros, que constituem uma comunidade significativa.

O crescimento urbanístico e populacional conduziram em 2004 à elevação da Costa de Caparica a cidade. No mesmo ano iniciam-se as obras do Programa Polis, projeto urbanístico que mais uma vez vai concentrar a intervenção na frente de praias urbana com incidência na qualificação do espaço do ponto de vista turístico.

Os Patrimónios da Costa de Caparica

Sem esquecer alguns elementos construídos acima referidos, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o Poço da Vila ou o Cemitério, e considerando que das primitivas barracas de pescadores só restam memórias e imagens, importa ainda referir alguns exemplos de arquitetura civil de cariz vernáculo ou modernista que pontuam algumas artérias da cidade sem contudo integrarem nenhum elemento de particular destaque. O património cultural que se associa à Costa de Caparica tem a sua expressão mais marcada no âmbito do imaterial.

A pesca e em particular a arte xávega, enquanto prática artesanal local ainda viva, constitui um repositório de conhecimento geracional que marca a identidade da comunidade piscatória, que se revê nessas práticas e conhecimentos.

Outro aspeto do conhecimento local com valor patrimonial relaciona-se com a atividade agrícola praticada nos terrenos da Costa, cujas condições climáticas específicas determinam as práticas agrárias.

O conhecimento do mar, das correntes e da ondulação representa igualmente um recurso patrimonial associado ao surf, prática desportiva e cultural bastante enraizada em determinados grupos de residentes locais.

Importa ainda referir no âmbito do património imaterial a cultura e os costumes das populações de diferentes etnias: cabo verdianos, ciganos, brasileiros entre outras, as quais em virtude da sua integração no seio das comunidades de origem, mantêm e promovem um conjunto de hábitos, costumes, dialetos e formas de expressão artística que no seu conjunto apresentam um mosaico cultural cuja diversidade caracteriza atualmente a Costa de Caparica.

Conclusão

A história da ocupação do território da Costa de Caparica resulta de um processo contínuo de transformação de uma paisagem naturalmente pouco propícia à presença humana, razão pela qual só em período historicamente tardio e por via de populações migrantes foi habitado. A pesca, enquanto principal atividade tradicionalmente exercida pelas comunidades locais, esteve na origem do povoamento da Costa em condições cuja precaridade fomentou as primeiras iniciativas do poder central no sentido de contribuir para melhorar a salubridade do local e a exploração agrícola dos solos.

A alteração da paisagem construída fez-se principalmente pela via da especulação imobiliária com fins turísticos. A partir do período em que as principais atividades económicas locais passam pela exploração do recurso Sol e Mar, torna-se necessário realizar operações sistemáticas de artificialização da frente de praia, as quais, entre outros aspetos, contribuem para inviabilizar as práticas de pesca tradicional em toda a frente urbana e acentuar os efeitos da erosão costeira.

É possível observar que ao longo da sua história a Costa de Caparica exerceu um efeito de atração de populações de fora do concelho de Almada que, contrariamente a outros fenómenos migratórios locais, mantém uma identidade marcada pela sua relação com o espaço, pescadores, agricultores, banhistas, emigrantes.

Bibliografia:

AAVV, *Associativismo e Cidadania*, Exposição sobre o Movimento Associativo em Almada, Museu da Cidade, Câmara Municipal de Almada, 2007.

BERNARDO, Luís Filipe, “O Desenho e a Construção do Espaço Público: Caso de Estudo: Costa de Caparica Estudo Comparativo do PUCC (1946) e o Programa Polis (2000)” in *Anais de Almada*, 11-12 (2008-2009), pp. 209-302.

CÂMARA, Paulo Perestrello da, *Dicionário Geográfico Histórico Político e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, Lisboa 1850, Tomo 1.

CORREIA, António, *A Acção dos Pescadores de Ílhavo em Costa da Caparica*, ed. Autor (separata do vol. XXXIII do Arquivo distrital de Aveiro), 1967.

CORREIA, António, *Divagando Sobre Caparica – Pedacos da sua História*, Câmara Municipal de Almada, Costa da Caparica, 1973.

CORREIA, Luís Miguel, *Cacilheiros*, Edições e Iniciativas Náuticas, Lda, Lisboa 1996.

FERNANDES, Mário, «Documentos Relativos à História de Almada: as febres intermitentes de 1829», in, *Al-Madan*, IIª série, n.º 6 1997, pp. 139-144.

JUNIOR, Duarte Joaquim Vieira, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897.

Notas

¹ António Correia, *Divagando Sobre Caparica – Pedacos da sua História*, Câmara Municipal de Almada, Costa da Caparica, 1973, p. 109.

² Interessa aqui referir que não foi até agora realizado nenhum estudo sistemático acerca das artes tradicionais de pesca praticadas na Costa, sendo que algumas delas foram abandonadas em virtude de disposições legais.

³ Paulo Perestrello da Câmara, *Dicionário Geográfico Histórico Político e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, Lisboa 1850, Tomo 1, p. 155

⁴ António Correia, *A Acção dos Pescadores de Ílhavo em Costa da Caparica*, ed. Autor (separata do vol. XXXIII do Arquivo distrital de Aveiro), 1967.

⁵ Cf. Mário Fernandes, «Documentos Relativos à História de Almada: as febres intermitentes de 1829», in, *Al-Madan*, IIª série, n.º 6 1997, pp. 139-144.

⁶ Duarte Joaquim Vieira Junior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p. 96

⁷ (Dec. Nº 11.335, de 9 de Dezembro)

⁸ Guia de Portugal

⁹ Luís Miguel Correia, *Cacilheiros*, Edições e Iniciativas Náuticas, Lda, Lisboa 1996, p.44.

¹⁰ A elevação da aldeia da Costa de Caparica a Vila data de 1986

¹¹ Sobre os planos de urbanização da Costa de Caparica: Luís Filipe Bernardo, “O Desenho e a Construção do Espaço Público: Caso de Estudo: Costa de Caparica Estudo Comparativo do PUCC (1946) e o Programa Polis (2000)” in *Anais de Almada*, 11-12 (2008-2009), pp. 209-302.

¹² Cf. *Associativismo e Cidadania*, Exposição sobre o Movimento Associativo em Almada, Museu da Cidade, Câmara Municipal de Almada, 2007, pp.144-145.

Memórias da Caparica pela Pena de Bulhão Pato

Rui Caetano

*“Na canção popular ha sempre,
lá no fundo.
Uma nota da cruz,
que o povo tem no mundo!”¹*
Bulhão
Pato

Introdução

Esta comunicação não pretende ser uma crítica literária, nem tão pouco discutir a corrente literária onde a obra de Bulhão Pato se insere. Também não pretende alimentar nenhuma polémica sobre se a personagem Tomás de Alencar em “Os Maias” de Eça de Queirós, retrataria ou não o nosso poeta, e muito menos indagar da autenticidade da receita das célebres ameijoas, que lhe é atribuída.

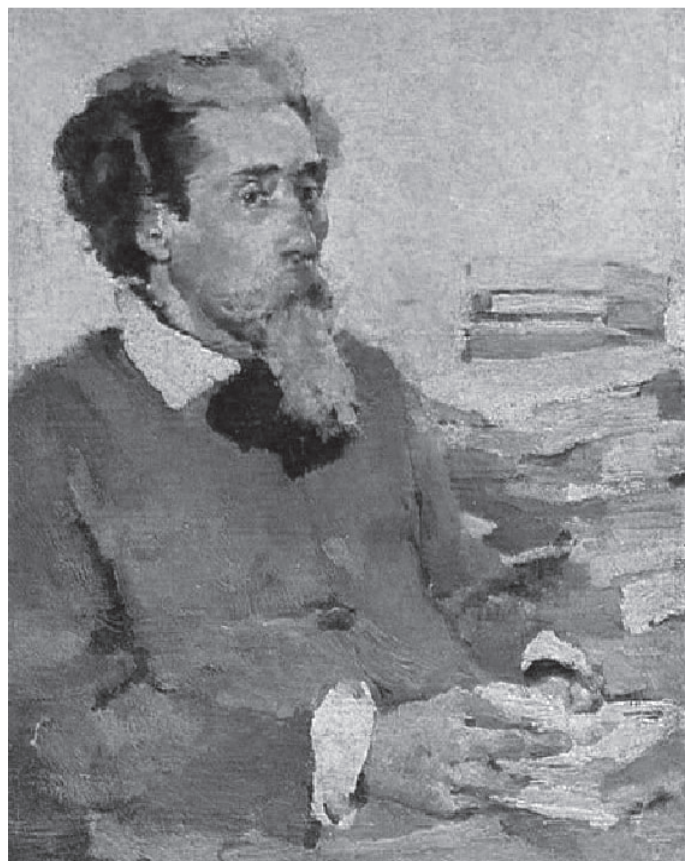
Pretende, sobretudo, transmitir um olhar pela Caparica do século XIX, como Bulhão Pato a viu, sentiu e a imortalizou na sua obra. Pretende ainda constatar que a sua mudança para a Caparica também operou uma mudança na sua escrita. A sua escrita começou a denotar uma maior preocupação com as pessoas que trabalhavam a terra ou que viviam do mar, a sua vida miserável, e a sua constante luta perante tantas adversidades.

A propósito desta sua mudança, Victor Wladimiro Ferreira no seu livro *No Monte com Bulhão Pato* escreve: “Poeta do ultraromantismo, depois de se ter instalado no Monte, a sua obra aproxima-se do parnasianismo pela expressão como olha e “pinta” em verso a Natureza, os seus elementos e forças...”² E até o próprio Bulhão Pato, na sua introdução ao “Livro do Monte”, escreve: “O Livro do Monte, será, provavelmente, o meu último livro de versos. Foram vividas e sentidas todas estas composições. Sinceras, talvez por isso possam ter algum valor.

Quando a alma não envelhece, a sensibilidade é porventura mais viva em annos provectoros.

Não me refiro à sensibilidade das paixões de adolescência e da força da vida, mas aos sentimentos que nos sugere a natureza.”³

Quando falamos na Caparica no tempo de Bulhão Pato, não nos podemos esquecer que os limites da freguesia correspondiam à circunscrição da paróquia de Nossa Senhora do Monte, a qual se encontrava dividida em quatro varas (Monte de Caparica com Porto Brandão, Sobreda com Charneca, Trafaria com Murfacém e a Costa com Vila Nova), em função das quais se organizava anualmente o Círio em honra da Nossa Senhora ao Cabo Espichel. Falamos portanto de uma Caparica



que, além da atual freguesia, incluía ainda as povoações da Sobreda, Charneca de Caparica, Costa da Caparica e Trafaria.

Partindo dos textos literários para a paisagem da Caparica daquela época, identificamos perfeitamente quatro áreas distintas que coincidem com os capítulos desta comunicação, a saber: Religiosidade Popular, Costa da Caparica, Caparica Rural e Trafaria.

Religiosidade Popular

Bulhão Pato, homem bastante religioso, deixa-nos este poema que retrata fielmente a devoção das gentes da Caparica à Nossa Senhora do Cabo. Em cumprimento das suas promessas, periodicamente, rumavam em peregrinação ao Cabo Espichel, local onde terá aparecido a imagem de Nossa Senhora. Estas romagens designam-se Círios, em virtude de os romeiros transportarem velas.

E que forma mais bonita de nos deixar o poema, escrito como se fossem loas, os versos escritos por poetas populares e que correspondiam aos diversos momentos do Círio, a saída e chegada ao santuário, o regresso e a entrega da bandeira.

Nas loas as quadras eram cantadas alternadamente pelos anjos e acompanhadas pelo povo no refrão. Bulhão Pato no primeiro momento dos Círios, a saída, e através do Primeiro Anjo, demonstra o seu grande amor pela Caparica ao frisar que a romaria sai “da igreja do nosso Monte” e o respeito pelo povo caparicano e pelas suas convicções religiosas, ao escrever “Vamos, piedosos romeiros”. Não são simples romeiros são “piedosos romeiros” em cumprimento de promessas. O Segundo Anjo então canta a grande devoção do povo a Nossa Senhora do Cabo, que se não for ela a valer-nos, que conhece todas as dores, “mãe que vê nos seus braços/ Um filhinho moribundo,/ Se não se apegas ao teu manto,/ Quem lhe ha de valer no mundo?!”

Na chegada ao santuário pede-se proteção para a população piscatória: “Só tu és fanal Senhora/de todo este vasto mar”

“Sorrindo as ondas acalmas/ Bemdita sejas, bemdita”, e para a população rural, “Também dás norte, na terra/ ao perdido forasteiro!”

Na partida do Cabo, o coro dos anjos, despede-se da Nossa Senhora com a promessa de voltar, “Adeus, adeus! Voltaremos/ outra vez em romaria, / Nós, teus filhos, teus escravos, / Ó Virgem Santa Maria.”

«A Caparica esteve desde sempre indissociavelmente ligada à Nossa Senhora do Cabo, pois, segundo a lenda foi uma mulher desta paróquia a primeira a descobrir a imagem sagrada. Por outro lado, era aqui que entrava o Círio dos Saloios após atravessar o Tejo a caminho do Cabo.(...) Tradicionalmente, o cortejo do Círio era encabeçado pelo juiz, que transportava a bandeira, seguido por duas crianças (anjos) montadas em cavalos brancos e trajando como soldados romanos, que entoavam as loas (cânticos dedicados a Nossa Senhora). Seguiu-se a imagem da Senhora do Cabo, transportada de berlinda (apenas no Círio dos Saloios). Atrás vinham cavalos e carroças transportando os romeiros e os músicos.»⁴

12 Maio 1898, nº 796 do Jornal O Puritano

Costa da Caparica

Do Livro do Monte os poemas “Viva da Costa” e “Esmola” ilustram bem a vida dura e miserável dos pescadores da Costa da Caparica no século XIX, na sua luta desigual contra tantas adversidades.

Em “Viva da Costa”, quando a pesca é boa, há que ir vendê-la - “Ao Monte, por essa encosta! / Ao Monte, ao Pragal, e adeante, / que há muito que o mar não dá” - mesmo subindo a encosta e fazendo tão grande caminhada, como deve ser boa a venda, face à escassez de peixe, não há cansaço que entre - “vem de cestinha avergada; / E lá de baixo, da praia, / E sobe a pino o almaraz; / mas nem por sombra cançada!”

Uma referência à arte xávega, estilo de pesca usada pelos pescadores da Costa, - “O pae andou labutando / Por toda a noite! Puxava” - e a religiosidade presente, com a intervenção divina, a invocação da Senhora do Cabo e da Senhora da Guia, salvando o barco de se voltar, escapando assim à fúria do mar, - “Por um ai-Jesus! Maria! / Que o barco não se voltava! / Nossa Senhora do Cabo! / Nossa Senhora da Guia! . Por fim a atribuição do milagre “Salvou-se toda a companhia, /E também a pescaria! . “Foi a Senhora do Cabo! / Foi a Senhora da Guia!” Ao contrário deste poema, onde o mar permite a pesca, “Esmola” é um poema que espelha a vida cruel e de miséria dos pescadores, quando não podem ir ao mar - “As raparigas não correm / Com as cestas avergadas, /

Face à escassez de pescado, aumenta o número de pescadores que se dedicam à prática agrícola na freguesia de Caparica (inclui Costa, Trafaria, Monte, Charneca e Sobreda): “Em Caparica, aos que nos consta, há muitos indivíduos que se dedicam aos diferentes misteres do campo, lutando com falta de trabalho.”

3 Fevereiro 1895. No nº 547 do Jornal O Puritano

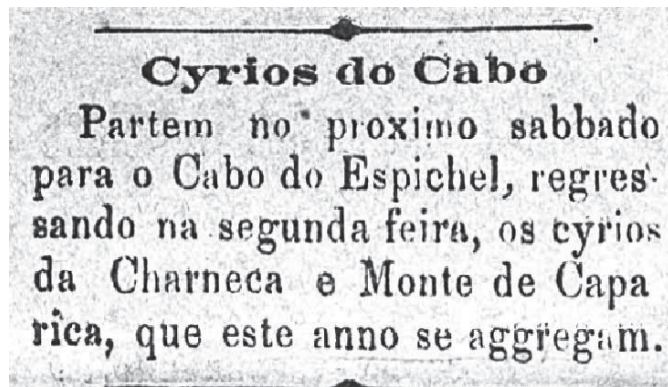
Notícias de fome nas comunidades interiores do Concelho que se dedicam à agricultura e à pesca devido aos temporais que têm assolado o Concelho. Na estrada Almada-Caparica são às dezenas, os homens, mulheres e crianças que, famintos, pedem ajuda. O jornal dirige-se ao Governo exigindo uma solução para uma situação tão grave e escandalosa.

3 Março 1895. No nº 555 do Jornal O Puritano

Gritando “Viva da Costa”! / Pedem esmola, coitadas”.

Bulhão Pato dá-nos a conhecer a precaridade das suas casas e onde eram construídas, algo que também tinha a ver com a sazonalidade desta atividade. “As ondas com a tormenta, / Entraram pelo Juncal: / Lá vão os tectos de colmo, / Na fúria do vendaval”.

A religiosidade sempre presente, com preces à Nossa



Senhora do Cabo e nossa Senhora da Guia e também a sensibilidade do poeta, bastante incomodado com o que via - “Não carregamos as tintas / D’este quadro pungitivo; / Que elle, na própria verdade, / É mais tocante e mais vivo!”

De grande importância para o conhecimento da Costa de Caparica desse tempo é o texto “As arribas do mar” do livro *Memórias*, onde Bulhão Pato conta um dia de caça na Costa. Veio com uns amigos e encontrou casa para comer e pernoitar, casa essa que Bulhão Pato frequentou por mais de trinta anos.



“Há dias, abrindo o jornal - “A caça” - deparou-se-me um artigo intitulado: *Législation sur la chasse*. Dizia: “... Je revois encore les dunes sauvages qui s’étendent de Trafaria à Costa, où j’ai fait ma première classe avec Bulhão Pato...”

(...)Um dia, em Dezembro, véspera de Nossa Senhora da Conceição, embarcámos, noite cerrada ainda, com Lourenço e seus dois filhos mais velhos. Tempo sêcco, sem vento, e intensamente frio; a geada cahia em carambinas. Prôa ao Torrão. Lourenço da Pinha, expansivo, animava os filhos:

- Vamos, rapazes, de voga arrancada, que é para aquecer.

(...)Engolfámo-nos Juncal dentro. Quando demos por nós estávamos muito adeante das barracas da Costa. Entrámos na povoação. Tudo choças de colmo; muitas levantadas sobre o arcaboço de um velho barco. Uma casa de um só andar, com armas reaes, bojudas como o abdómen do ladino e bondoso monarca D. João VI, que foi alli por mais de uma vez.

De pedra e cal meia dúzia de casitas mais, quando muito.

(...)Era véspera de Nossa Senhora da Conceição, grande festa annual da terra. Os habitantes é que estavam descoroçados e

tristes; a sardinha, a famosa sardinha de salga, não tinha dado nada ou quase nada.

(...) Os barcos aproximaram-se de terra. A multidão silenciosa. A vaga alta como de mar movido ao longe, embora não arrebatada. N'um ai tudo salvo ou tudo perdido! O sacco ... a montanha de prata, estava a salvamento na praia. Raros olhos ficaram enxutos vendo rebentar a alegria d'aquela povo!

(...) As redes voltaram ao mar. A companha bradou a uma só voz: - Avé, Maria puríssima!

Monte, 1904

Memórias, Tomo III, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa 1907, pp. 375 – 384.

Caparica Rural

Calcorreando montes e pinhais por essa Caparica em busca de uma peça de caça, conheceu como ninguém as suas gentes, com elas conviveu, conheceu-lhes o trabalho e as suas agruras. É esse conhecimento que partilha connosco através da sua poesia no *Livro do Monte*. Ficamos assim a conhecer a Caparica rural do seu tempo, a vinha e o vinho, as frutas, os cereais, o gado, o tempo, a religiosidade e sobretudo a vida de miséria desta gente que vivia da terra.

Em “Setembro” deixa-nos a nota de um bom ano de vindima e até nos identifica as castas predominantes. Basta olhar para os cachos para saber que vai ser um ano de muito vinho, que até o podem “vender de graça e do melhor ao povo”.

No pomar dá conselhos sobre a maneira de conservar a fruta, nomeadamente a pera e o figo:

“Fructa que dá no tarde, apressa-te com ella,/Que ás vezes cae no outono a súbita procella/ Vem própria para cama, e pelo inverno dentro/ Tens a pêra colmar, sem maculas no centro.

Muscatel de pendura, em quanto o tempo brando/ Lhe não estala a pelle, a debes ir colgando/

Aproveita também o figo que restar,/ Para o passar ao sol, disposto no almanchar.”

Deixa o seu contentamento de caminhar por estes montes e encontrar o gado bem alimentado, as vacas, as ovelhas e o cabrito saltão no escarpado almaraz.

E por fim o relembrar das pessoas que trabalham a terra no final de mais um dia de trabalho arduo, e a pena que sente delas, porque até naquilo que cantam, apesar de alegre, tem sempre qualquer coisa de triste:

“Nos echos nemoraes a voz das raparigas /Celebra o terminar d'asperrimas fadigas;/Mas n'aquelle gorgear, embora alegre, existe /Um vago relembrar d'alguuma coisa triste!

Na canção popular ha sempre, lá no fundo./Uma nota da cruz, que o povo tem no mundo!”

Em “Estiagem” transmite-nos o seu sentimento de tristeza pelo ano de seca, uma calamidade para as culturas, para o ganhão da Beira, para o gado que morre à fome e à sede. E a religiosidade aqui presente de uma forma especial: “o boi bravo, na campina / Erguendo a frente, parece / Que à Providência Divina, / mugindo faz uma prece!”.

Notícias de distinção regional na Praça de Jorna da Caparica: “No último domingo, no mercado da Torre, em Caparica, onde diversos fazendeiros foram como de costume procurar pessoal para os trabalhos agrícolas, os “faniqeiros” exigiam entre 500 a 560 réis e os “caramelos” a 740 por dia”.

7 Março 1895. N.º 556, do Jornal O Puritano

O poema “Veranito de S. Martinho” é dedicado à cultura da vinha e do vinho. Fala-nos do flagelo que o míldio foi para as vinhas da Caparica, fracas colheitas, que nem deixaram esgalha para os moços irem à rabusca, e vinho de fraca qualidade. Quando o cacho abundava, grandes colheitas, quer de tália, espadeiro ou arinto, iam as dornas atulhadas para o lagar. Vindo o frio a apertar, era provar o vinho e para fazer boca a castanha a aloirar na cinza do magusto.

Em “Chuva em Domingo de Páschoa”, Bulhão Pato fala-nos do tempo e como ele condiciona as culturas e a vida das gentes que trabalham no campo. Desde a infância que aprendem a olhar o céu, mas tudo está sob a mão de Deus omnipotente.

Tudo corria bem, boa vinha e figo lampo para comer à sobremesa com cerejas, mas começa a estiar e também o medo de que se perca o trigo e o faval, “*remédio do pobre e remédio do armento*”.

Começa a faltar também o trabalho ao jornaleiro, porque com a terra assim não a pode amanhoar.

Correndo assim o tempo, adivinha-se uma Páscoa sombria para esta gente, mas num repente tudo mudou, a chuva cai agora propícia e abundante, antevendo boas colheitas, e o lavrador vai à adega buscar herança dos seus avós, o capitoso arinto, ou talvez melhor, o espadeiro retinto. Há que festejar que a páscoa é de rosas.

Em “Os temporaes”, Bulhão Pato transmite-nos a sua grande preocupação com as gentes que trabalham a terra. Estando o tempo de feição para a agricultura, toda a gente tem trabalho, até aqueles que fazem do mar a sua principal ocupação, e que aqui procuram ocupação quando o mar não permite que os barcos saiam para a pesca.

Vindo os temporais, não há trabalho, “*a lareira sem lume, a tulha já sem pão*” e nem o quinchoso alagado lhes permite colher qualquer coisa para venderem no mercado, a solução é estender a mão à esmola.

O mau tempo estragou as colheitas no concelho e impede durante longos períodos os trabalhos agrícolas. A Caparica é a freguesia mais afectada, após suspensão do trabalho à jorna, deixando numa situação de desespero muitas famílias. O número de mendigos que se dirigem à vila para pedir esmola continua a aumentar. De Lisboa começam a chegar também muitos indigentes.

21 Fevereiro 1895. N.º 552, do Jornal O Puritano

Devido ao mau tempo, em várias fazendas da Caparica, as plantações de Bacelo foram irremediavelmente destruídas.

24 Fevereiro 1895. N.º 553, do jornal O Puritano

No “Casal da Encosta” é realçado o grande problema que afetou a vinha na Caparica no final do século XIX, o míldio primeiro e a filoxera depois, enquadrando-o na vida quotidiana de um casal, simbolizando o que aconteceu a todos os produtores de vinho.

Era um bom negócio, que como dá a entender Bulhão Pato, “*Era o grande remédio!-o pão não deixa nada*”. Muitos agricultores até trocaram as culturas de cereais pela vinha. Este casal que investiu tanto trabalho na sua vinha, que era o seu sustento e ainda fazia economias, de um momento para o outro ficou sem nada, a vinha toda queimada. Bulhão Pato passou pelo casal e falou com o lavrador, a quem só resta procurar trabalho, mas com os campos neste estado, trabalho é coisa que falta. Ouviu a mulher a cantar para adormecer a filha, “Era alegre a canção, porém a voz um pranto!”

“O empréstimo municipal – (...) É mister que se saiba isto. Caparica tem sido sempre filha espúria do concelho; na partilha dos benefícios ella tem sido sempre olvidada. (...) Ella tambem não é menos nobre, nem menos útil, pelo contrario, é muito mais importante por que é a mais populosa, porque abrange a maxima parte na área do concelho, porque é a mais productora e a mais commercial, porque é a que contribue com maior verba de rendimento para a câmara e para o estado. E todavia a tutella municipal tem sido nulla de effeitos para aquella freguezia; todas as suas povoações carecem de melhoramentos há muito, e só agora pela primeira vez se pede um empréstimo cuja parte maior é destinada a beneficiar Caparica: fazemos pois votos porque elle [o empréstimo] se leve a effeito sem estorvos nem embaraços.

12 de Abril de 1883. N.º 33, p. 2, c. 1/2 *Jornal A Realiza*

Trafaria

A prática balnear começou a ser promovida a partir do século XIX por razões de saúde, dadas as vantagens medicinais associadas ao ar marítimo, entretanto descobertas. Estando reservada às camadas sociais mais elevadas, ir a banhos tornou-se uma moda que esteve na origem da transformação de algumas povoações piscatórias em estâncias balneares. A Trafaria era então a grande praia do concelho de Almada, onde se alugavam quartos e casas aos veraneantes durante a época balnear, entre 1 de setembro e 21 de outubro, conforme consta de postura da câmara de Almada datada de 1886, que trata exclusivamente de Cais, praias e botes, definindo regras para a utilização das praias e atividade fluvial e regulamentando a exploração balnear.⁵ Pela sua proximidade à capital, foi criada na praia da Trafaria a primeira colónia balnear em Portugal, inaugurada em 1901 pela Rainha D. Amélia que aí se deslocou para o efeito.

É neste cenário de estância balnear que vamos encontrar Bulhão Pato, através do texto “O Cabeça á Banda! escrito no Monte em 1893 e publicado no livro *Memórias*, onde nos é dada a conhecer a Trafaria, onde vinha veraneiar mesmo antes de ter fixado residência na margem sul, «*deve andar por uns quinze annos, que eu, logo nas entradas de setembro, costumava pernoitar n’uns quartos (...) de uma casa desmantelada, que ficava dentro do presidio da Trafaria*».⁶

Para a história da Trafaria e das guerras liberais no concelho de Almada, o texto O Cabeça á Banda deixa-nos um testemunho interessante sobre o presidio.

«O presidio, então, tinha ainda o aspecto lúgubre de outros tempos. Há milhares de pes-soas vivas, como eu, viram muitas vezes aquelle antro, próprio para covil de feras. Eram furnas medonhas, muitas d’ellas sem luz, e outras apenas esclarecidas por uma fresta alta, com grosso varões de ferro. Argolas chumbadas na pedra, fragmentos de cor-rentes, manilhas quebradas, restos de uma epocha hedionda, que, segundo vejo, não tardará muito a voltarrem, com a sanha felina de todas as reacções!... Ainda assim, espero em Deus a boa fortuna de escapar a ella, no outro mundo!»⁷

Começa por nos contar que conheceu um guarda que lhe contou a triste história do Cabeça á Banda, torcionário ao serviço dos absolutistas, que prestava serviço no presidio da Trafaria. Para asseverar da sua veracidade, diz-nos que também o conheceram os seus amigos Zacharias d’Aça, companheiro de caça e Luiz Augusto Palmeirim, que com a sua família costumava veraneiar na Trafaria. Através desta história e da maneira como a introduz, ficamos a conhecer um pouco da Trafaria, dos finais do século XIX.

O edificio do presidio, que foi tendo diversas utilizações, servira durante a guerra civil de prisão para os «malhados», al-cunha por qual eram conhecidos os apoiantes da causa liberal

durante o domínio absolutista. O texto faz ainda referência ao dia da Batalha da Cova da Piedade que decidiu a vitória liberal no dia 23 de julho de 1833:

“Na manhã do dia 23 de Julho, avisaram esta fêra de que o Duque de Terceira estava sobre Corroios. Antes que os presos tivessem a mais leve suspeita, metteu-se n’um bote e atravessou o Tejo. Refugiou-se em casa de altos personagens onde fôra creado, personagens de sangue real, e que se expatriaram logo que o príncipe proscripto foi para o exílio.”⁸



Bulhão Pato procura encontrar na memória dos mais velhos e humildes os temas sobre os quais escrever. Ao mesmo tempo, a par da história que relata, deixa transparecer as suas ideias e críticas face às injustiças e ao estado da nação. Por fim fala-nos da Trafaria enquanto espaço de lazer e veraneio, imagem que se viria a perder com o desenvolvimento turístico da Costa da Caparica a partir de meados do século XX.

Conclusão

Após a mudança para o seu retiro na Torre de Caparica, observa-se igualmente uma transformação na escrita de Bulhão Pato, patente na obra que aí escreveu, o *Livro do Monte*, que demonstra a incontornável ligação do poeta à Caparica.

Os testemunhos das vivências da Caparica em finais do século XIX, descritas através das tarefas agrícolas, da faina da pesca e das celebrações religiosas, não ocultam as misérias e dificuldades vividas pelas gentes labutadoras, sem qualquer proteção social, sempre à mercê das estações do ano e das intempéries, conquistando arduamente o sustento de cada dia.

Desde cedo que a sua inteligência precoce se fez sentir. Ainda muito novo iniciou o convívio com alguns dos mais eminentes vultos das letras e da cultura portuguesa, como Latino Coelho, Andrade Corvo, Rebelo da Silva, Almeida Garrett e Alexandre Herculano, entre outros.

Figura destacada no meio literário nacional, marcou a sua época por ser um autor de transição do romantismo, criticado por uns, era bastante respeitado por outros. A sua importância social está documentada nas frequentes visitas à Caparica de amigos e escritores, bem como vários políticos, nomeadamente Afonso Costa. O reconhecimento da personalidade de Bulhão Pato ficou ainda expresso a quando do seu funeral, estando presentes, além da família, Roque Arriaga em representação do Presidente da República, Júlio Dantas representando o governo, representantes da Academia Real das Ciências, da qual era sócio, homens das letras, gentes do Monte e povoa-ções vizinhas. Os comerciantes do Monte e da Caparica, em sua homenagem, semicerraram as portas dos estabelecimentos.

Em 1973 e na sequência da elevação de Almada a cidade, o Governador Civil e os presidentes das Câmaras Municipais

do distrito de Setúbal, ofereceram a Almada uma estátua de Bulhão Pato ou de Columbano Bordalo Pinheiro, promessa que até hoje ficou por cumprir. No concelho de Almada o nome de Bulhão Pato está patente na toponímia em várias artérias, com destaque para a freguesia da Caparica. Aqui dá nome ao largo onde se encontra ainda a casa que habitou nos últimos anos de vida, conforme assinalado em lápide colocada na fachada.

Apesar de ser uma figura em parte esquecida, pelo desconhecimento e pouca importância dada à sua obra literária, esperamos que no âmbito das comemorações do seu centenário seja de algum modo lembrada a obra e a vida desta figura indelevelmente ligada à Caparica e a Almada.

Bibliografia

ARCOS, Conde dos, *Caparica Através dos Séculos*, CMA, Almada, 1972.

BERNARDO, Luís Filipe Azenha, “O Desenho e a Construção do Espaço Público – Caso de Estudo: Costa da Caparica”, in *Anais de Almada* nº 11-12, CMA, 2008-2009, pp. 209-302.

BRANCO, Fernando Castelo, “Testemunho Esquecido sobre Bulhão Pato e o seu Retiro no Monte de Caparica”, in *Anais de Almada* nº 11-12, CMA, 2008-2009, pp. 173-178.

CAETANO, Rui, *Memórias da Caparica pela Pena de Bulhão Pato*, Junta de Freguesia da Caparica, 2012

FERREIRA, Vitor Wladimiro, *No Monte com Bulhão Pato*, FCT- UNL, 2000.

PATO, Bulhão, *Livro do Monte: georgicas liricas*, Typographia da Academia, Lisboa 1896.

PATO, Bulhão, *Memórias*, Tomos I a III, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa 1894-1907.

SOUSA, R. H. Pereira de, *Almada Toponímia e História*, CMA, 2ª ed, 2003.

SILVA, Francisco, *A Ruralidade em Almada e Seixal séculos XVIII e XIX - imagem, paisagem e memória*, Tese de mestrado em Estudos do Património, apresentada na Universidade Aberta, 2008.

SILVA, Francisco, *Nossa Senhora do Cabo e os Círios da Caparica*, Juntas de Freguesia de Caparica, Costa, Charneca, Sobreda, Trafaria, 2007.

SILVA, Francisco, “Moinhos de Vento no Concelho de Almada”, in *Anais de Almada* nº 11-12, CMA, 2008-2009, pp. 139-171.

VAZ, Artur, *Bulhão Pato Esboço Bio-bibliográfico*, Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, 1996.

Artigos de Imprensa

A Semana de Lisboa – Suplemento do Jornal do Commercio, nº 52, de 31 de Dezembro de 1893.

Revista Brasil – Portugal, nº 327, 1 de Setembro de 1912.

Revista O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, nº 1212, 30 de Agosto de 1912.

Jornal O Puritano: jornal politico, noticioso, commercial, scientifico, literario e artistico, 1889 - 1907.

Jornal A Realeza: folha politica, religiosa, annunciativa e noticiosa, 1882 – 1884.

Notas

¹ Bulhão Pato, *Livro do Monte: georgicas liricas*, Typographia da Academia, Lisboa 1896, pp. 49-52.

Os poemas citados neste artigo encontram-se reunidos em CAETANO, Rui, *Memórias da Caparica pela Pena de Bulhão Pato*, Junta de Freguesia da Caparica, 2012

² Vitor Wladimiro Ferreira, *No Monte com Bulhão Pato*, FCT-UNL, 2000, p.17.

³ Bulhão Pato, *Livro do Monte: georgicas liricas*, Typographia da Academia, Lisboa 1896, prólogo.

⁴ Francisco Silva, *Nossa Senhora do Cabo e os Círios da Caparica*, Juntas de Freguesia de Caparica, Costa, Charneca, Sobreda, Trafaria, 2007, p. 9.

⁵ AHCMA, *Livro de Posturas*, 1886/B/A/003/ LV001, postura nº 10. APUD, Francisco Silva, *A Ruralidade em Almada e Seixal nos séculos XVIII e XIX. Imagem, Paisagem e Memória*. Tese de Mestrado em Estudos do Património, apresentada à Universidade Aberta. 2008.

⁶ Bulhão Pato, *Memórias: Scenas de Infância e Homens de Letras*, Tomo I, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa 1894, p. 45

⁷ *Idem*, pp. 45 – 46.

⁸ *Idem*, pp. 49 – 50.

Reflexões Sobre Património Imaterial Marítimo a Partir da Experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal

Elisabete Curtinhal
Câmara Municipal do Seixal

Introdução

O Ecomuseu Municipal do Seixal foi constituído em 1982 tendo como ideias estruturantes do seu programa museológico: o envolvimento da comunidade local, a conservação dos bens *in situ* e uma programação tendo por referência o território municipal. Estes fatores, alicerçados numa noção alargada de património, contribuíram para a constituição de uma estrutura polinucleada que, atualmente, se constitui em torno de três campos temáticos: a arqueologia e a história locais e regionais, o património técnico e industrial e o património e a cultura flúvio-marítimos. No âmbito da sua estrutura territorialmente descentralizada, o Ecomuseu integra cinco núcleos (Núcleo da Mundet, Núcleo Naval, Núcleo do Moinho de Maré de Corroios, Núcleo da Quinta da Trindade e Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol), três extensões (na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, na Quinta de São Pedro e no Espaço Memória – Tipografia Popular do Seixal) e três embarcações do estuário do Tejo (varino “Amoroso” e botes-de-fragata “Baía do Seixal” e “Gaivotas”).

Desde a sua constituição, considerando quer o envolvimento de diversos segmentos da comunidade no projeto museológico local, quer a natureza dos sítios e as características dos processos de musealização, o Ecomuseu integrou na sua equipa técnica pessoas cuja atividade profissional anterior estava profundamente ligada com a natureza destes sítios. Deste modo, o Ecomuseu incorporou na sua programação e atividades o domínio do património cultural imaterial, através de duas vertentes: por um lado, a transmissão de saberes-fazer em diversos campos temáticos e, por outro lado, os projetos de recolha, salvaguarda e divulgação de memórias sociais. No âmbito do presente texto, abordaremos diversos projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu na área do património flúvio-marítimo reportado ao estuário do Tejo, destacando a salvaguarda do património cultural imaterial implicado na navegação e na conservação das embarcações tradicionais e o projeto de recolha oral junto de inúmeros interlocutores sobre diversos temas de cultura marítima.

Projeto de recolha de testemunhos orais sobre cultura marítima

No âmbito da sua missão, o Ecomuseu Municipal do Seixal visa contribuir para a construção e a transmissão das memórias coletivas locais pelo que tem desenvolvido, desde há

vários anos, projetos de recolha oral que se têm traduzido na integração de um vasto arquivo de registos de testemunhos orais, fundamentais para apreender os aspetos económicos, sociais, culturais e políticos do território do Seixal em diferentes épocas da sua história.

A abordagem biográfica é um método amplo e fecundo de estudo das vivências e memórias pessoais e coletivas que nos fornecem informações sobre acontecimentos de um passado recente. Através das expressões narrativas, podemos esclarecer e interpretar de forma mais integrada as realidades sociais preservando, simultaneamente, a especificidade da pessoa entrevistada.

Atualmente, na sequência da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial que a UNESCO aprovou em 2003 e que o Estado Português ratificou em 2008, multiplicam-se eventos, atividades educativas, projetos de recolha e de investigação em torno do património cultural imaterial. Trata-se de uma tendência bastante positiva, tendo em conta a importância deste património enquanto gerador de diversidade cultural e enquanto fator essencial para a preservação da identidade e memória coletivas das comunidades e grupos, mas também considerando a sua fragilidade em sociedades afetadas por processos de globalização e de transformação social, sendo estes aspetos referidos na própria Convenção. Contudo, é essencial não esquecer que estamos perante uma aparente novidade, na medida em que os cinco domínios de manifestação do património cultural imaterial, tal como estão descritos na Convenção e aos quais faremos referência adiante, correspondem aos campos de pesquisa que, há décadas, ocupam essencialmente os etnógrafos, os centros de investigação e uma parte dos museus com coleções etnográficas. Efetivamente, aquilo que podemos considerar uma novidade trazida pela Convenção é o facto do enfoque já não estar sobre a morfologia e a tipologia dos fenómenos registados mas sim sobre os sujeitos, os autores das coisas e das ideias.

A área da cultura e do património marítimos no Ecomuseu tem-se caracterizado por uma presença muito significativa dos seus técnicos no terreno, junto das comunidades, não apenas no território concelhio mas em toda a região do estuário do Tejo. Ao longo dos últimos anos, tem sido desenvolvida uma recolha de testemunhos orais junto de antigos marítimos, pescadores, construtores navais, pintores de embarcações, mestres do fabrico de velas, entre outros. Partindo

das narrativas biográficas dos vários entrevistados, são abordadas as memórias, as vivências, os conhecimentos e os saberes-fazer relacionados com cada uma destas atividades profissionais, devidamente enquadrados no contexto social, cultural, histórico e geográfico em que estão inseridos. Os registos obtidos têm sido utilizados como parte integrante dos projetos de investigação, a par da pesquisa documental, e divulgados quer nas exposições, quer nas edições sobre a temática da cultura marítima.

Embarcações do estuário do Tejo: salvaguarda e transmissão de património cultural imaterial

O estuário do Tejo é, na atualidade, uma das regiões do país mais significativas no que se refere à salvaguarda de embarcações tradicionais e à sua reutilização para atividades de recreio. Para este facto contribuiu, de forma determinante, um conjunto de iniciativas da sociedade civil e das autarquias locais, iniciado na década de 80 do século passado.

A Câmara Municipal do Seixal foi uma das primeiras a desencadear este processo de recuperação, preservação e reutilização de antigas embarcações de trabalho em atividades de lazer com a aquisição, em 1981, de duas embarcações e com a aceitação da oferta, por parte de um estaleiro local, daquela que seria a sua primeira embarcação a navegar, o bote-de-fragata “Gaivotas”. Seguiu-se a recuperação das duas embarcações adquiridas, o bote-de-fragata “Baía do Seixal” e o varino “Amoroso”, todas elas integradas como acervo flutuante na estrutura orgânica do museu municipal.

A construção das pontes sobre o Tejo, nomeadamente da Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira e da Ponte Salazar (atual Ponte 25 de Abril), inauguradas respetivamente em 1951 e em 1966 são, ainda hoje, as razões apontadas por antigos marítimos para justificar a perda de importância do tráfego fluvial a bordo das embarcações de madeira que, navegando à vela, asseguravam o transporte de bens e passageiros entre as margens do estuário do Tejo. Efetivamente, nas décadas de 1960 e 1970, os meios tradicionais de transporte fluvial entraram em declínio devido à construção das travessias sobre o Tejo mas também devido ao desenvolvimento dos transportes rodoviários e ferroviários, ao desaparecimento das atividades económicas outrora essenciais para as comunidades ribeirinhas e à evolução tecnológica que substituiu a vela pelo vapor e pela propulsão a motor e, ainda, a madeira pelo ferro e pelo aço. As fragatas, os varinos, os botes, as canoas e os catraios foram as últimas embarcações de madeira que trabalharam no Tejo e o desaparecimento das suas velas das paisagens ribeirinhas do estuário originou um sentimento de perda entre as comunidades locais, herdeiras de múltiplas tradições e de vivências culturais transmitidas ao longo de várias gerações.

A recuperação de embarcações por parte dos municípios contou, na maior parte dos casos, com a colaboração de antigos marítimos que transmitiram aos restantes membros das tripulações entretanto constituídas, as técnicas e os saberes-fazer relacionados com a navegação tradicional à vela. No caso concreto do Ecomuseu, realçamos o papel desempenhado por um antigo mestre de tráfego local que, tendo integrado a equipa técnica do museu, desempenhou um papel crucial na mediação dos processos de recuperação das embarcações em estaleiro, na constituição das coleções de objetos integrados no acervo do museu e, o aspeto mais pertinente de realçar no âmbito deste texto, desempenhou um papel fundamental na formação dos restantes marinheiros, que atualmente constituem as tripulações.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, da UNESCO, “entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana”. Ainda de acordo com este documento, o património cultural imaterial manifesta-se em cinco domínios: as tradições e expressões orais; as artes do espetáculo; as práticas sociais, rituais e eventos festivos; os conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; e as aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

De seguida, procuraremos demonstrar que a atividade das embarcações geridas pelo Ecomuseu, incluindo quer a navegação, quer a sua manutenção, nos permite abordar a quase totalidade dos domínios de manifestação de património cultural imaterial, tal como estão descritos na Convenção.

No que se refere ao domínio das tradições e expressões orais, importa referir a imensa riqueza de expressões, caracterizadas por localismos e regionalismos diversos, relacionadas com as técnicas de navegação à vela, com as designações de ventos e marés, com os nomes de determinadas localidades em terra e de certas zonas de navegação do rio. No âmbito da manutenção das embarcações, existe igualmente um extenso vocabulário relacionado com as técnicas, ferramentas e instrumentos da carpintaria naval, da pintura decorativa das embarcações e do fabrico das suas velas. Trata-se de um domínio onde o Ecomuseu realizou alguma recolha, nomeadamente no que se refere aos contextos de trabalho em estaleiro mas onde está por fazer uma recolha sistemática.

Relativamente às práticas sociais, rituais e eventos festivos, no caso concreto da atividade das embarcações do Ecomuseu, salientamos a participação das mesmas nas festividades ribeirinhas com tradição entre as comunidades marítimas do Estuário. Através de uma participação ativa das embarcações e dos seus tripulantes nestas festividades, os técnicos do Ecomuseu têm participado sobretudo enquanto atores sociais e não enquanto observadores. Ao longo dos últimos anos, esta participação permitiu essencialmente a recolha de uma vasta documentação fotográfica, contudo, não se realizaram projetos de investigação centrados nestas festas que, estando devidamente identificadas, não estão adequadamente estudadas e documentadas.

Os dois domínios de manifestação do património cultural imaterial que abordaremos a seguir, nomeadamente o que diz respeito às práticas e aos conhecimentos relacionados com a natureza e o universo e o relacionado com as competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais, são os que têm maior expressão através da atividade e da manutenção das embarcações. No que diz respeito ao primeiro, parece-nos incontornável na medida em que a navegação destas embarcações é indissociável do conhecimento que os seus tripulantes têm acerca do meio natural onde navegam, nomeadamente a morfologia dos fundos do rio e os regimes de ventos e marés. Trata-se de um saber bastante específico, apreensível apenas através da navegação neste território e, em relação ao qual, a transmissão de saberes por parte dos marinheiros mais experientes é funda-

mental. De igual modo, os tripulantes ao serviço do Ecomuseu detêm um importante saber e competências indiscutivelmente relevantes relacionados com a navegação à vela propriamente dita em barcos com estas características e tipologias específicas. Indiretamente, a manutenção regular que estas embarcações de madeira exigem, contribui para a sobrevivência dos estaleiros que se dedicam à construção e à reparação naval em madeira e, conseqüentemente para a permanência dos ofícios envolvidos nesta atividade como os carpinteiros, os calafates, os pintores e os mestres de velas. Contudo, atualmente não é fácil prever até quando se garantirá a atividade destes profissionais no estuário do Tejo, tendo em conta dois fatores essenciais: por um lado, o facto de se tratar de um grupo envelhecido e, por outro lado, a ausência de indivíduos mais novos interessados em aprender estes ofícios, colocando em risco a revitalização e a transmissão destes saberes.

Conclusão

Estamos perante um amplo campo de investigação onde existe trabalho de terreno e onde existe recolha mas onde há ainda muito por fazer, nomeadamente a realização de inventários sistemáticos sobre todos estes domínios. Além disso, como refere a própria Convenção, este património “é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história” o que faz com que, pelo menos idealmente, os estudiosos deste património tenham que estar permanentemente a atualizar os seus inventários. Contudo, consideramos que no que se refere à transmissão dos saberes-fazer implicados na navegação à vela a bordo das embarcações tradicionais do Tejo, no Ecomuseu ocorre uma efetiva salvaguarda, descrita na Convenção como “as medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspetos desse património”.

Enquanto museu local, o Ecomuseu enfrenta o desafio de trabalhar com uma noção alargada de património uma vez que a sua intervenção patrimonial ultrapassa os bens móveis e abrange outros patrimónios ligados às populações e ao território em que se situam, como o imaterial, o edificado, o industrial ou o ambiental. O património imaterial tem a particularidade de ser uma dimensão transversal a todas as outras.

Bibliografia

COSTA, Paulo Ferreira (coord.), 2009, *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação.

CURTINHAL, Elisabete, 2004, “Património imaterial incorporado: o registo de testemunhos e memórias através de levantamento oral”, *Ecomuseu Informação*. Seixal, Câmara Municipal. Nº31, p.9-12.

CURTINHAL, Elisabete, 2010, “Renovando práticas, saberes e memórias: transmissão de património marítimo no estuário do Tejo”, *Ecomuseu Informação*. Seixal, Câmara Municipal. Nº 56, p.16-18.

UNESCO, 2003, *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris, UNESCO.

A Indústria Vinícola em Cacilhas nos Séculos XIX e XX

Luís Milheiro

Introdução

A instauração do Regime Liberal em Portugal, após o final da Guerra Civil, a 24 de Junho de 1833, deu um forte impulso à indústria e ao comércio, graças à influência de várias famílias inglesas que se foram fixando entre nós e que fizeram uso de algumas inovações técnicas da Revolução Industrial, que transformara completamente a sociedade e a economia britânica no final do século XVIII.

O aumento dos negócios e das exportações fez com que uma boa parte dos industriais e comerciantes sentissem a necessidade de alargar as suas áreas de influência. As pequenas oficinas que laboravam de uma forma artesanal em Lisboa deram lugar a fábricas maiores e mais modernas, que com a saturação de toda a zona ribeirinha da baixa lisboeta e a inflação do mercado imobiliário da Capital, optaram por construir sucursais nas terras circundantes, preferencialmente banhadas pelo Tejo.

Cacilhas foi uma das localidades beneficiadas com estas mudanças, por se encontrar separada da Capital apenas pelo rio, numa época em que a maior parte das trocas comerciais se faziam por via marítima e fluvial. Além das rotas por rio e por mar serem mais rápidas, os seus custos também eram bastante mais reduzidos.

Embora o transporte ferroviário se tornasse bastante importante na segunda metade do século XIX, em praticamente todo o país, a única aproximação que teve de Cacilhas, ou do Concelho de Almada, foi por via de dois ou três projectos, que não passaram disso mesmo.¹ E foi assim até aos anos 1960...

Só com a construção da Ponte sobre o Tejo, inaugurada a 6 de Agosto de 1966, que passou a ligar Lisboa (Alcântara) a Almada (Pragal), foi possível assegurar uma ligação mais rápida entre ambas as margens e também entre o Norte e Sul de Portugal, sem se recorrer às embarcações do Tejo ou à utilização das pontes já existentes, mas localizadas a Norte de Vila Franca de Xira.

Com este novo paradigma os transportes rodoviários passaram a ter a primazia do comércio e da indústria, pelo menos a nível interno. Em poucos anos as fragatas, os varinos, as canoas e as faluas que povoavam o rio, desapareceram de circulação.

Neste trabalho apenas nos iremos debruçar sobre a Indústria Vinícola, desde a segunda metade do século XIX até aos finais da década de sessenta do século XX, período em que teve uma presença bastante importante no desenvolvimento socio-económico de Cacilhas.

Além da localidade ser associada a várias marcas de bebidas que gozaram de grande popularidade, nacional e internacional, nesse período também foram criados centenas de postos de trabalho, directa e indirectamente, no Concelho.

Os Armazéns de Vinho de Cacilhas

Apesar da sua história milenar, Cacilhas só começou a crescer de uma forma significativa rente ao Tejo com a expansão marítima do século XVI, pois foram instalados nas suas margens, ao longo do Ginjal e Olho de Boi, vários armazéns de ré-tém, onde se guardava vinho, azeite, vinagre e outros produtos alimentícios, que abasteciam as naus e as caravelas portuguesas que partiam para o exterior. Alguns destes armazéns também eram utilizados para guardar diversos produtos agrícolas que abasteciam os mercados da Capital.

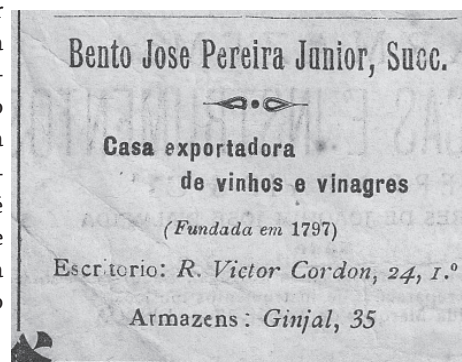
Além da localização, a margem esquerda do Tejo tinha ainda um outro atractivo, a excelente qualidade da água doce proveniente das fontes e nascentes do Ginjal e da Fonte da Pipa,² qualidade essa que era aproveitada pelas embarcações que se deslocavam para o exterior e faziam o seu abastecimento em Cacilhas.

A título de curiosidade, podemos acrescentar que a proliferação de nascentes era de tal forma rica, que numa das suas praias, a Praia das Lavadeiras,³ a água brotava do seu areal e era utilizada durante a baixa-mar por muitas mulheres, que ali lavavam, coravam e secavam a sua roupa.

Como já dissemos anteriormente, este crescimento tornou-se mais notório a partir do século XIX, quando algumas empresas decidiram transferir os seus armazéns para a Margem Sul, embora mantivessem as suas sedes comerciais e escritórios em Lisboa.

Será esse também o percurso de algumas sociedades que se dedicavam à Indústria Vinícola, como foi o caso da "Sociedade João Theotónio Pereira Junior Lda.",⁴ que se mudou para o Ginjal, ainda na primeira metade do século XIX e, posteriormente, da "Bento José Pereira Junior Sucessora", da "Carvalho, Ribeiro & Ferreira Lda." e da "Sociedade Vinícola do Sul", esta já no começo do século XX, em 1913.

Embora existam registos da presença de produtores de vinho, ainda no século XVIII, em Cacilhas, como foi o caso de João O'Neill,⁵ na Quinta da Arealva, que negociava em vinhos por grosso, e que na época possuía alguma produção própria, pois a Quinta nesse tempo estendia-se até aos terrenos onde hoje se encontra o Santuário do Cristo Rei.



Bento José Pereira Junior Sucessora

Os armazéns de vinho Bento José Pereira Junior Sucessora, cuja casa foi fundada em 1797,⁶ não foram os maiores mas foram bastante importantes no contexto local.

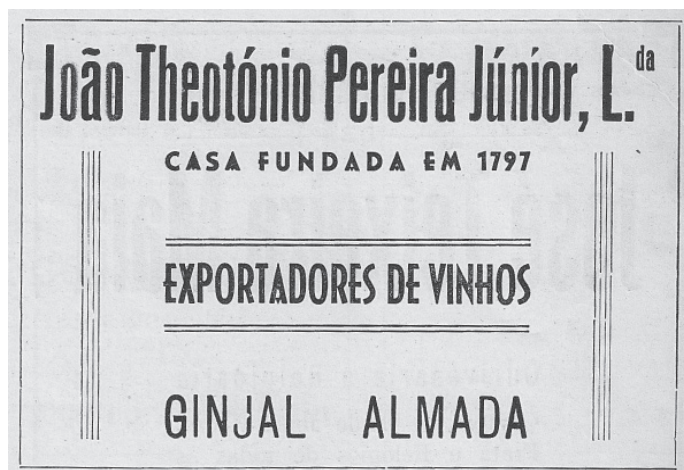
Além do vinho, Bento José Pereira também produzia vinagre. A sua marca de vinho mais conhecida foi o “Pacou”. A empresa laborou bastante até finais dos anos 1950 em Cacilhas. Quando fechou portas as suas instalações foram adquiridas pela “Soc. João Theotónio Pereira Junior Lda.”.

Romeu Correia,⁷ no seu livro, “O Tritão”, escreveu que Bento José Pereira Junior⁸ era primo de João Theotónio Pereira. Analisamos a árvore genealógica da família e constatámos que era verdade. Verificámos⁹ que a criação da empresa, “Viúva Theotónio Pereira e Filhos, em 1878, provocou algumas divisões e fez com que surgissem outras actividades comerciais na família, com a de Bento José Pereira Junior Sucessora, no Ginjal.

O facto de ambos as empresas apresentarem como data da sua fundação, 1797, prende-se com as suas origens familiares, pois ambos eram netos de Theotónio Pereira, o “patriarca” de toda a família e fundador dos armazéns de vinho em Lisboa.

Sociedade Comercial Theotónio Pereira Lda.

Os armazéns da “Soc. João Theotónio Pereira Junior Lda.” são os que se mantiveram mais tempo em actividade no Ginjal e por isso mesmo devem ser considerados os mais importantes de Cacilhas.



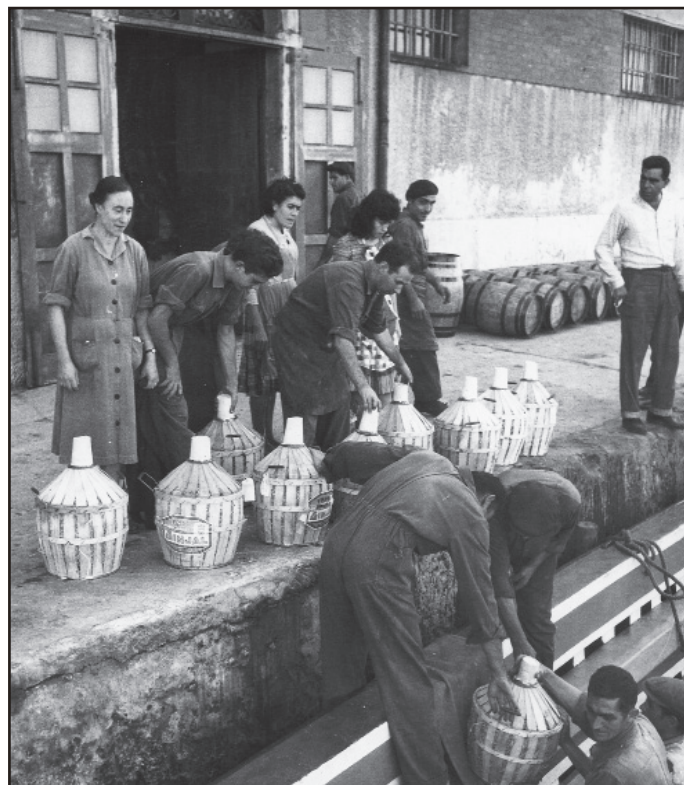
Esta casa foi fundada em 1797, na rua de S. Paulo, onde ainda continuam a funcionar os escritórios da empresa. Embora se fale da existência de um pequeno armazém no Ginjal ainda no século XVIII, nós acreditamos que só em 1845¹⁰ é que a Sociedade se mudou para o Ginjal, onde foi adquirindo, pouco a pouco os seus armazéns, que em 1921¹¹ ocupavam a área de 9.330,57 metros quadrados, contando com o seu cais privativo.

Além de uma tanoaria própria, os armazéns possuíam um guindaste eléctrico e duas embarcações, a fragata, “Alice”, e o varino, “Maria Alice”, que se deslocavam entre Cacilhas e o Vale do Tejo, a sua região preferencial na aquisição de vinhos.

Comercializavam além dos vinhos, azeite e vinagre. Os vinhos mais afamados produzidos nos armazéns foram a “Quinta do Pombal”, o “Ginjal” e o “Moinho”. O azeite tinha a marca “Pátria” e o vinagre “Theotónio”.

Em 1935 a “Soc. João Theotónio Pereira Junior Lda.” chegou a acordo com a “Martini” e passou a ser o seu representante no nosso país. O famoso aperitivo era feito nos armazéns, com ervas que vinham de Itália e foi um sucesso comercial.

Foi de tal forma bem sucedido que a fábrica mãe em 1955 terminou o acordo existente e instalou uma fábrica própria em Castanheira do Ribatejo, passando a comercializar directamente os seus produtos no nosso país. Apesar da degradação de toda a zona do Ginjal, ainda se notam nas velhas paredes do



armazém (na zona dos restaurantes, a seguir ao “Gonçalves”), que antes fora o restaurante do “Zé da Avó”, vestígios da pintura da marca, na parte superior do portão.

A “Soc. João Theotónio Pereira Junior Lda.” nunca foi produtora do seu próprio vinho, comprava castas de várias regiões, como já dissemos, com predominância dos vinhos do Vale do Tejo (Azambuja, Aveiras de Cima, Alenquer e Carregado), que depois eram preparados nos seus laboratórios. Vendia vinho para a Madeira, Açores e também para as ex-Colónias Ultramarinas. Nos anos 1950 também começou a apostar no mercado norte-americano, exportando os seus vinhos de mesa para os E.U.A. e para o Canadá.

A família tinha várias casas de habitação no Ginjal, com destaque para o edificio de três pisos (um pouco antes das antigas instalações do Clube Naval de Almada, que também foram durante anos armazéns dos vinhos tintos) e uma pequena quintinha nas traseiras dos edificios, que foi local de residência de várias gerações dos Theotónio Pereira e também de funcionários da sociedade. Luís Theotónio Pereira, que foi presidente da Câmara Municipal de Almada entre 1942 e 1946, chegou a viver no Ginjal, entre as estações da Primavera e o Outono.¹²

Os armazéns da família Theotónio Pereira entraram em decadência no começo dos anos 1970 e fecharam as suas portas poucos dias antes do 25 de Abril de 1974, devido às grandes quebras do mercado externo, tanto do Norte da Europa como de África.

Carvalho Ribeiro & Ferreira Lda.

Os Armazéns Carvalho, Ribeiro & Ferreira Lda, também ficavam no Ginjal, em frente ao local onde hoje está instalado o restaurante “Ponto Final”. Segundo a sua própria publicidade,

dedicavam-se à exportação de vinhos, azeite e aguardente. No sector da indústria vinícola, o sector preferencial dos armazéns era o envelhecimento de vinho e as bebidas brancas.



Produziu um moscatel muito apreciado e as célebres “Aguardente Velha 1920” e “Aguardente Velhíssima de Reserva, Carvalho, Ribeiro & Ferreira”.

A empresa foi criada em 1895 e instalou-se logo no Ginjal, onde se manteve até aos anos 1960, tendo-se mudado então para o Carregado, onde tinha construído uma fábrica mais moderna e com uma localização mais central.

No início dos anos 1980 a sociedade sofreu uma grande reestruturação, aumentando a sua área de influência, com um plano de desenvolvimento ambicioso, assente na aquisição de vinhas nas regiões do Dão, Colares e Torres Vedras, onde também construiu instalações modernas.

É a única empresa que esteve localizada em Cacilhas que continua a dedicar-se à produção e comercialização de vinhos. Actualmente a sua sede fica na Quinta da Folgorosa, no concelho de Torres Vedras.

Sociedade Vinícola do Sul de Portugal

A “Sociedade Vinícola Sul de Portugal”, sediada no Cais Sodré desde os finais do século XIX, quando pensou em alargar o seu espaço de exploração e armazenamento de vinhos, propôs o aluguer da Quinta da Arealva a Domingos Afonso, o que foi aceite em 1913.



A Quinta já possuía alguns espaços construídos de raiz para a indústria vinícola,¹³ pelo que servia inteiramente os propósitos da Família Serra, satisfeita com todo o envolvimento da Arealva, acabou por adquirir a Quinta, quatro anos depois, a título definitivo. Foi por esta altura que foi criada a Arealva Lda, uma nova associada do grupo.

Como o proprietário da Sociedade, João H. Serra, tinha estado muitos anos no Brasil, resolveu aproveitar os seus conhecimentos para começar a exportar vinho para o outro lado do Atlântico. Foi de tal forma bem sucedido, que na

primeira metade do século XX, este era o destino de, aproximadamente, metade do vinho produzido pela “Sociedade Vinícola do Sul”.

Só quando o Brasil resolveu impor cotas na importação a Portugal, no final dos anos 1950, para equilibrar a sua balança comercial - que não foram aceites pelos nossos governantes -, é que a família Serra se viu na necessidade de procurar novos mercados...



Como as nossas colónias de África estavam em notório crescimento, foram escolhidas, especialmente Moçambique, para substituir em parte o mercado que se perdera na América do Sul.

Mesmo assim o mercado externo continuou a ser o destino principal dos vinhos da Quinta. No final dos anos 1950, o mercado interno tinha uma cota de apenas 3%.

A Casa Serra também tinha a sua própria tanoaria e uma fragata, a “Arealva”, que fazia o transporte de vinho entre as duas margens.

Esta fragata foi comprada quando a Sociedade Vinícola Sul de Portugal veio para a Margem Sul, em 1913. Esteve ao serviço da família Serra até aos finais da década de setenta.

Embora os proprietários não vivessem a tempo inteiro na Quinta, pelo menos até ao Verão de 1945 a família passou sempre, pelo menos três meses, no belo palacete, da qual hoje só restam as paredes.

A Sociedade nunca teve produção própria, compravam-se vinhos essencialmente da Estremadura e Ribatejo, que depois eram trabalhados, para que mantivessem as características especiais, que lhe davam um paladar único.

Com as alterações de mercado e com o incentivo aos vinhos em garrafa e de marca, nos anos setenta também começaram a ser produzidos e tratados na Arealva vinhos de várias regiões, que depois eram exportados para os seguintes mercados: Canadano, Inglês, Alemão, Holandês, Dinamarquês e Belga.

As marcas com maior sucesso de vinho engarrafado foram: “Dão Serra”, “Bairrada Serra”; Vidigueira Serra” e o “Douro Serra”.

É importante frisar que as inovações estiveram sempre na ordem do dia nos armazéns. Por exemplo, nos anos sessenta o enchimento deixou de ser feito manualmente para passar a ser mecanizado, uma novidade no nosso país. Foi uma medida de tal forma revolucionária, que o enchimento à hora passou de 100 para 1200 garrafas, e com menos custos a nível do pessoal.

Durante quase todo o século vinte (a Quinta foi vendida em 1998, por não haver descendentes para darem con-

tinuidade ao negócio...) a Família Serra imperou rente ao Tejo, com os seus excelentes vinhos, que até chegaram a merecer a exclusividade do Patriarcado.

O facto da Sociedade Vinícola do Sul se ter mantido em actividade até praticamente ao final do século XX, tem uma explicação, que sintetizamos em dois pontos: tentou estar sempre a par das inovações que iam tomando conta da indústria, tanto no campo económico como a nível técnico. A maquinização do enchimento é um bom exemplo, assim como a constante procura de novos mercados. O segundo e último ponto decisivo para a sua manutenção, foi o facto de ter acesso rodoviário privativo para a Quinta da Arealva, ao contrário de todos os outros armazénistas do Ginjal.

Outros Armazéns

Além destes quatro grandes armazéns, “José Pinto Gonçalves Lda.” e “Raymundo Francisco da Silva”, também armazenavam e comercializavam vinho, que se destinava aos seus clientes, espalhados por todo o distrito de Setúbal. Claro que eram armazéns de dimensões modestas, quando comparados com as quatro empresas que referimos anteriormente.

As Tanoarias

O aparecimento das Tanoarias no Ginjal foi uma consequência natural da instalação dos vários armazéns de vinho, ainda no século XIX.

Embora alguns armazéns de vinho possuíssem tanoarias privativas, floresceram várias empresas independentes, quase todas pequenas e de âmbito familiar.

A Tanoaria Salvador Raposo foi a mais conhecida do Ginjal, graças à popularidade do seu dono, e também a que durou mais tempo, fechando as suas portas em 1972.

O segredo desta longevidade deveu-se ao facto da fábrica ter começado a diversificar o trabalho, quando sentiu a diminuição da procura de barris e tonéis por parte dos armazéns de vinho. Foi nessa altura que começou a produzir barris de ornamentação para aguardente, e também barricas para a farinha e carne, que abasteciam os bacalhoeiros que partiam para a Terra Nova, e até caixões...

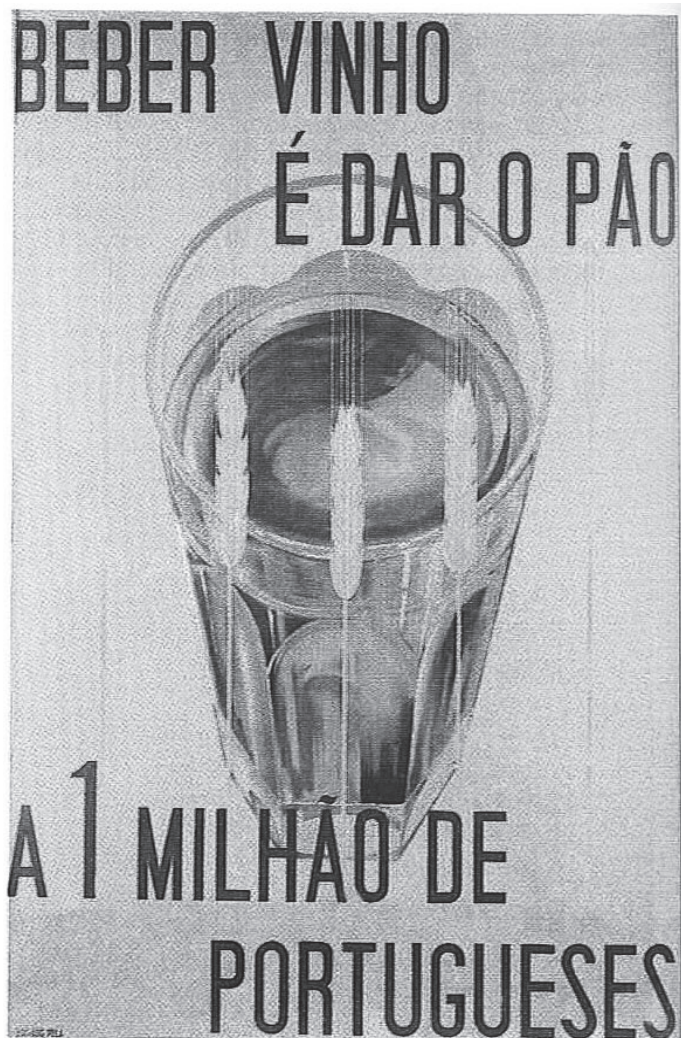
A Tanoaria Francisco Cerca, que ficava no interior do Corredor, no Ginjal e veio do século XIX, laborou até ao início dos anos 1950.

A Tanoaria Gomes e Oliveira deixou de laborar ainda antes da pequena fábrica de Francisco Cerca.

Deixámos para o fim a maior tanoaria de Cacilhas, propositadamente. Referimo-nos à Cooperativa de Produção dos Operários Tanoeiros de Almada, que ficava nos armazéns onde hoje está instalado o Museu de Arqueologia Naval, na Fonte da Pipa, desde a sua fundação em 1933.

A história desta Cooperativa está muito bem delineada no romance de Romeu Correia “Os Tanoeiros”. Por ser um romance, não sabíamos onde acabava a ficção e começava a realidade, pelo que nos socorremos (mais uma vez...) da memória de Carlos Durão¹⁴, que nos falou de João Almeida, um anarcosidicalista que esteve na génese da cooperativa, que contou com o apoio da Família Theotónio Pereira, de quem era amigo e que inclusivamente chegou a mover as suas fortes influências políticas¹⁵ para o libertar das prisões da PVDE.

Outro aspecto determinante para o fim desta indústria, foi a proibição do transporte do vinho em vasilhame de madeira, por via marítima, para as ex-colónias, depois de 1965, um mercado bastante significativo para os armazéns mais importantes de Cacilhas.



Com esta proibição, as garrafas e os garrafões de vidro entraram na moda e ainda hoje são os materiais mais utilizados no engarrafamento do vinho, embora actualmente também se use o vasilhame de plástico e de papel.

A Produção de Vinho Local

Apesar do vinho que enchia os depósitos dos armazéns do Ginjal ser na maioria proveniente do Vale do Tejo e da Estremadura, havia bom vinho produzido no Concelho, com destaque para o da Charneca de Caparica, que até aos anos sessenta era essencialmente uma área rural, com a existência de várias quintas que se dedicavam à agricultura e agropecuária. Algumas delas possuíam vinhas e produziam vinho para consumo interno e também para venda local.

Infelizmente a sua produção era insuficiente para satisfazer as necessidades dos grandes armazéns de vinho de Cacilhas, que exportavam grandes quantidades de vinho.

No entanto este vinho, bastante afamado, era muito procurado pelos comerciantes locais, que exploravam as tabernas do Concelho, onde era comum os clientes e forasteiros pedirem o bom vinho da Charneca.

Nos anos 1930 o governo de Salazar também usou o vinho como factor de propaganda e de interesse nacional. A sua campanha, “Bebem Vinho é dar o Pão a um Milhão de Portugueses”, ainda hoje dá que falar...

Claro que esta propaganda poderá ter várias leituras. Não podemos esquecer que Portugal na época era um país social e economicamente muito marcado pelo mundo rural, pois o trabalho agrícola era a principal actividade dos portugueses.

Embora o vinho fosse um produto com procura nos mercados de exportação, também se tornava necessário o seu escoamento a nível interno.¹⁶

Coincidência ou não, só em Cacilhas, entre 1932 e 1939, foram abertas ao público, 22 tabernas, 8 casas de pasto e 3 lojas de venda de bebidas. Ou seja, uma bela ajuda para cumprir a “missão” de Salazar, de dar “Pão a um milhão de portugueses”.

O Princípio do Fim dos Armazéns

A maior parte dos armazéns do Ginjal eram bastante antigos e começaram a ser pouco funcionais, pois tinham sido construídos em meados do século XIX. As obras de beneficiação que sofreram revelaram-se insuficientes, por várias razões. Uma delas era a impossibilidade de alargarem o seu espaço, pelas limitações físicas do Ginjal.

Devido às dificuldades de acesso terrestre, ao facto de existir pouco espaço para expansão do negócio e também a algum conservadorismo, os empresários locais estavam conscientes que qualquer investimento que fosse feito rente ao rio, dificilmente teria os efeitos desejados.

E a partir do Verão de 1966, com a ligação entre as duas margens pela Ponte sobre o Tejo, perceberam que nada seria como antes. E estavam certos.

Os armazéns foram perdendo influência e poder competitivo para outras empresas vinícolas, mais bem situadas geograficamente e com produção própria, pois a proximidade de Lisboa e do Tejo, deixaram de ser relevantes.

Como disse anteriormente, a Sociedade Vinícola do Sul foi a única que sobreviveu à ponte, sem dificuldades de maior, porque eram os únicos armazéns que tinham uma estrada privada, ou seja, ligação terrestre com o “mundo”.

Pouco a pouco as fragatas, os varinos, as faluas, as canoas e outras embarcações de transporte fluvial foram desaparecendo das águas do Tejo, obrigando muitos fragateiros, catraeiros e carregadores a mudarem de vida, assim como os funcionários dos armazéns de vinho, pois estes começaram por reduzir pessoal, até ao seu fecho definitivo.

Quase podemos dizer que a indústria vinícola morreu de “morte natural”, em Cacilhas, pelas limitações que tinha, agudizadas na segunda metade do século XX.

O mais curioso e triste é que depois do encerramento dos armazéns, nada mais vingou no Ginjal. Os antigos armazéns não passam hoje de edifícios em ruínas, completamente abandonados à sua sorte.

Bibliografia

Fontes Escritas :

ALVES, Eduardo, *Cacilhas dos Tempos Idos*, I Volume, Almada, Edição de Autor. 1984.

BARÃO, Fernando, *Cacilhas – Memórias Soltas, Cacilhas*, Edição Junta de Freguesia de Cacilhas, 1993.

BARÃO, Fernando; MILHEIRO, Luís Alves, *Cacilhas – a Pesca, a Gastronomia e as Tradições Locais*, Cacilhas, Edição Junta de Freguesia de Cacilhas, 2007.

BARETTI, José, *Portugal em 1760 – Cartas Familiares (XV a XXXVII)*, Lisboa, Edição Barata & Sanches, 1896

MILHEIRO, Luís Alves, *Cacilhas – o Comércio, a Indústria, o Turismo e o Desenvolvimento Socio-cultural e Político da Localidade Ribeirinha*, Cacilhas, Edição Junta de Freguesia de Cacilhas, 2009.

CORREIA, Romeu, *Cais do Ginjal*, Lisboa, Editorial Notí-

cias, 1989.

CORREIA, Romeu, *O Tritão*, Lisboa, Editorial Notícias, 1983.

CORREIA, Romeu, *Tanoeiros*, Lisboa, Edição Parceria A.M. Pereira, 1976.

GONÇALVES, Elisabete (Cord.), *Memórias do Ginjal, Almada*, Edição Centro de Arqueologia de Almada, 2000.

FLORES, Alexandre M., *Almada Antiga e Moderna – Roteiro Iconográfico II*, Freguesia de Cacilhas, Almada, Edição Câmara Municipal de Almada, 1987.

PEREIRA, Francisco Theotónio, *Os Armazéns de Vinhos no Cais do Ginjal – Soc. João Theotónio Pereira, Lda*, Lisboa, 1986.

SOEIRO, João, Arealva, *Memórias Dispersas no Tempo, Almada*, Edição Junta de Freguesia de Almada, 2009.

Fontes Orais:

Entrevistas a Carlos Durão (Comerciante e Associativista de Cacilhas);

Entrevistas a Fernando Barão (Escritor, Comerciante e Associativista de Cacilhas);

Entrevistas a Leonel Guerreiro (encarregado geral da Sociedade Vinícola do Sul de Portugal);

Notas

¹ Só a 22 de Junho de 1999, depois da assinatura do contrato de concessão da exploração da linha que atravessava o rio pela Ponte 25 de Abril (tabuleiro inferior), é que passou a existir uma ligação directa ferroviária entre as duas margens do rio, na área metropolitana de Lisboa.

² A Fonte da Pipa foi edificada em 1736, no reinado de D. João V, com quatro bicas, sendo a sua água muito apreciada e além de abastecer a então Vila de Almada, fornecia água aos navios que escalavam o Porto de Lisboa. Foi restaurada em 1990 como monumento, através do plano de valorização do Núcleo Histórico de Almada, mas não funciona como fontanário de água.

³ A Praia das Lavadeira fica junto à esplanada do restaurante “Atira-te ao Rio”.

⁴ Vou utilizar apenas este nome, embora a empresa ao longo do tempo que esteve sediada em Cacilhas tenha utilizado várias designações, nomeadamente: “Theotónio Pereira Lda. (1797)”; “Viúva Theotónio Pereira e Filhos” (1878); “Sociedade Theotónio Pereira e Filhos” (1881); “Soc João Theotónio Pereira Junior, Lda. (1921)”; “Sociedade Comercial Theotónio Pereira Lda.” (de 1953 até à actualidade).

⁵ “Portugal em 1760 – Cartas Familiares (XV a XXXVII)”, José Baretti, p 35-40.

⁶ Pensamos a utilização desta data, prende-se com a fundação da Soc. João Theotónio Pereira Junior Lda., pois Bento José Pereira afastou-se em 1878, com a criação da sociedade “Viúva Theotónio Pereira e Filhos”, tendo constituído a sua própria empresa.

⁷ *O Tritão*, Romeu Correia, p 159.

⁸ Bento José Pereira era filho de Theotónio Pereira e de Doroteia Maria do Carmo, o criador da primeira empresa dos Theotónio Pereira, pai de Bento José Pereira Junior e tio de João Theotónio Pereira.

⁹ Francisco Teotónio Pereira, *Os Armazéns de Vinho do Cais do Ginjal* (tese do curso de Arqueologia Industrial organizada pela AAIRL, realizada em 1986).

¹⁰ Elisabete Gonçalves (cord.), *Memórias Do Ginjal*, p 21.

¹¹ Francisco Teotónio Pereira, *Os Armazéns de Vinho do*

Cais do Ginjal (tese do curso de Arqueologia Industrial organizado pela AAIRL, realizada em 1986).

¹² O Inverno era muito rigoroso no Ginjal. Além do mau tempo que se fazia sentir rente ao Tejo, as casas também eram muito húmidas.

¹³ Durante os séculos XVIII e XIX, além de funcionar como quinta agrícola também já possuía armazéns de vinho, que chegaram a ser comercializados, primeiro pelo irlandês João O'Neill e depois por Domingos Afonso.

¹⁴ Carlos Durão é uma figura carismática de Cacilhas, com ligações privilegiadas ao comércio e ao associativismo local. Descendente de duas das principais famílias da Freguesia (Durão da família paterna e Pinto Gonçalves da família materna), começou desde cedo a trabalhar nos armazéns do avô, conhecendo como poucos a realidade cacilhense do século XX.

¹⁵ Além de Luís Teotónio Pereira, que tinha sido presidente da Câmara de Almada nos anos 1940, o seu irmão Pedro Teotónio Pereira fora ministro de Oliveira Salazar (ministro do comércio e indústria e da presidência), deputado à Assembleia Nacional e embaixador de Portugal no Brasil, E.U. América e Londres.

¹⁶ “Livro de Registo de Alvarás do Concelho de Almada” (dois volumes).

Espaços Industriais e Comunidades Operárias: O Caso de Estudo da Margem Sul do Tejo e a Tradição Historiográfica Europeia

Joana Dias

Objecto, Enquadramento Teórico e Problemática

E. P. Thompson, ao inaugurar uma *nova história social* há mais de meio século, induziu um notável investimento científico na análise diacrónica das complexas relações sociais dentro e fora da produção, nos locais de trabalho e nos espaços de lazer, nas redes formais e informais de inter-ajuda e previdência. Uma espantosa produção de estudos monográficos veio ilustrar as metamorfoses dos espaços e das sociabilidades operárias durante o longo, irregular e heterogéneo processo de desenvolvimento do capitalismo.

A confrontação dos dados recolhidos em diferentes contextos europeus e norte-americanos induziu as seguintes conclusões: a partir da última década de oitocentos, a deslocalização da indústria para a periferia, não sendo acompanhada de um progresso dos transportes urbanos suficientemente rápido, terá dado origem a áreas industriais e bairros operários que se tornaram centros de uma intensa vida comunitária, desenvolvida a partir da sobreposição física das esferas da produção, consumo, lazer e acção colectiva¹.

Em reacção a esta perspectiva, todavia, diversos autores centraram a sua atenção na mobilidade e na estratificação das classes trabalhadoras, procurando demonstrar a diversidade de itinerários daqueles que participaram neste processo. Os estudos da mobilidade tornaram-se uma verdadeira moda historiográfica a partir da segunda metade dos anos oitenta, pondo em causa a formação de comunidades homogéneas social e culturalmente².

Nas últimas décadas, porém, considerando quer o impacto da concentração capitalista na vida de largas camadas da população europeia quer a agência humana neste processo, os historiadores têm vindo a analisar as estratégias individuais, mas sobretudo as colectivas, que os industriais e os trabalhadores gizaram, respectivamente para modernizar os processos produtivos e lidar com o trabalho assalariado.

Foi à escala do lugar e nas relações sociais que se observou com maior nitidez a diversidade dos percursos individuais, a estratificação dos mercados de trabalho e a consequente heterogeneidade das classes trabalhadoras e suas estratégias de sobrevivência. No entanto, foram igualmente os estudos monográficos que ilustraram com maior eloquência os elos de solidariedade

formal e informal que trespassavam as comunidades locais nas quais se fixaram fábricas, oficinas, estações ferroviárias, portos marítimos e fluviais e se concentraram largos contingentes de trabalhadores assalariados.

Neste artigo abordaremos as relações entre a *produção social do espaço* industrial, a *construção social de populações* operárias, as *estratégias* produzidas e os *recursos*³ construídos pelos indivíduos, famílias e grupos profissionais envolvidos nestes processos. Com este quadro interpretativo apresentaremos os resultados de uma investigação realizada sobre o caso de estudo da Península de Setúbal – o mais antigo subúrbio industrial da capital portuguesa –, numa perspectiva comparada com outros *espaços* onde se territorializa a lenta e tardia modernização económica e social da Europa Meridional.

Michael Hanagan, adaptando o modelo de Ira Katznelson⁴, define os fenómenos co-implicados na formação da classe operária como interesses, organização social, interacção e arena. Os interesses referem-se em primeiro lugar à satisfação das necessidades vitais de um grupo na estrutura económica, ou seja à obtenção de recursos – capacidades, informação, conhecimentos – no mercado de trabalho. Para isso os indivíduos são obrigados a fazer parte de redes sociais, mais ou menos formais – redes de migração, sindicatos, entre outras⁵. Em determinados contextos e conjunturas, estes recursos são apropriados nos processos de mobilização para a acção colectiva.

A tese central deste artigo é a de que as transformações estruturais que estão na base do processo de mobilização das classes trabalhadoras da segunda década do século XX, se prendem, como tem vindo a ser defendido, com fenómenos espaciais e demográficos co-implicados no processo de industrialização e urbanização. As redes sociais resultantes das estratégias familiares e profissionais para resistir e lidar com difusão do trabalho assalariado são aqui conceptualizadas como recursos que progressivamente se formalizam, constituindo o germe do movimento organizado dos trabalhadores.

A Produção do Espaço e a Construção de Populações

Na Europa meridional a industrialização e a urbanização foram processos cúmplices. No entanto, o êxodo rural não foi

sinónimo de um acesso massivo à condição operária e citadina. Por um lado, a difusão do trabalho assalariado deu-se num período anterior e numa muito maior escala nos campos do que nas cidades⁶. Por outro, as cidades exerceram um largo poder de atracção, mas ao mesmo tempo induziram o desenvolvimento das suas áreas de influência, semi-rurais. Com efeito, a formação de áreas industriais decorreu genericamente da interacção entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, criando um grande aglomerado, onde na viragem do século germinam as primeiras áreas metropolitanas⁷.

Estes mercados de trabalho estavam sob a pressão de uma procura crescente. A «revolução agrária» - abertura de novos mercados, eliminação de pousios, utilização e intensificação de novas culturas, etc. - implicava uma profunda transformação das estruturas sociais rurais, nomeadamente a concentração de terras e a falência de muitos pequenos proprietários. O empobrecimento das populações rurais induziu, por sua vez, grandes deslocizações de trabalhadores em busca de trabalho, nas diferentes tarefas sazonais que as grandes explorações exigiam. Os trabalhadores fixos tornaram-se cada vez menos necessários. Estes processos criaram um excedente populacional, que foi aumentar os mercados laborais citadinos, mas também os das indústrias rurais em desenvolvimento⁸.

Na produção dos novos espaços e populações industriais agiram variados actores, entre os quais se destaca o Estado. A construção e os transportes foram sectores que contribuíram decisivamente para a expansão do mercado de trabalho citadino e das suas áreas de dependência⁹. Toda a Europa, durante o século XIX, foi palco de programas de obras públicas, que embora limitados na sua acção têm um impacte determinante sobre a organização do espaço - reordenaram-se os tecidos urbanos, construíram-se caminhos-de-ferro, estruturas portuárias, etc.

Todavia, se excluirmos estas grandes construções, o urbanismo oficial não se preocupou com as áreas suburbanas de vocação industrial. Mesmo nos arredores da cidade de *Hausman*, o proprietário individual praticamente não encontrou constrangimentos à sua iniciativa. A periferia urbana desenvolve-se numa clandestinidade tolerada. Deixa-se jogar livremente as vantagens da localização, os preços, os espaços disponíveis, e os acasos do mercado imobiliário. Multiplicavam-se os dispositivos defeituosos, o sub-equipamento, a incoerência topográfica, a confusão do público e do privado¹⁰.

Recusando o determinismo e centrando-se na agência humana, incluindo na gestão ou na pressão sobre o aparelho Estatal, os historiadores há muito que observam nas *estratégias* das classes dominantes um processo que induz não apenas transformações profundas na organização do trabalho, mas também a *mobilidade* dos grupos operários no espaço físico e social. No entanto, as *estratégias* das classes subalternas também desempenharam o seu papel¹¹.

Diversos autores destacam a resistência das estruturas organizacionais dos artesãos e trabalhadores qualificados nas cidades, como um dos factores que induziu o investimento industrial em áreas periféricas. Acresce que, em determinados contextos se verifica que as estratégias familiares condicionaram as opções do capital no tipo de investimento a realizar - na região meridional, a transmissão hereditária de qualificações e a utilização de todo o agregado familiar no trabalho doméstico ou oficial inibiu grandes investimentos em tecnologia e formação¹².

Yves Lequim, ao debruçar-se sobre os trabalhadores da região lionesa demonstra como a sua concentração seguiu caminhos diversos e aparentemente contraditórios, durante o que não ousa chamar de industrialização, preferindo designar

o processo como uma *mobilização*. O autor defende que estas cidades sem fronteiras atraem população, mas sobretudo projectam o seu dinamismo em aglomerados dependentes. Estes aglomerados constituíram-se como mercados de mão-de-obra dócil, muitas vezes já treinada nas indústrias tradicionais, que foi aproveitada pelos industriais, que mais do que uma modernização tecnológica pretendiam implementar uma nova organização do trabalho¹³.

Barbara Curli justifica igualmente o investimento de uma das maiores fábricas italianas - a *Pirelli* - numa área entre a cidade e o campo a quatro quilómetros de Milão, devido ao adensamento rápido e maciço de toda uma população nova e mista, na vasta periferia da cidade, que garantiam as necessidades intermitentes de uma empresa que necessitava de uma pequena fracção de mão de obra estável e especializada e de uma massa proletária indiferenciada que pudesse arregimentar e dispensar periodicamente¹⁴.

No contexto português, as zonas de maior desenvolvimento industrial constituíram-se igualmente numa rede de vilas industriais em torno das duas principais cidades¹⁵. A partir de finais do século XIX, aos tradicionais eixos da indústria lisboeta - Beato-Sacavém e Alcântara-Junqueira - estes mesmos semi-periféricos, acresce o desenvolvimento de espaços industriais modernos numa faixa contínua na margem Sul do Tejo, povoada por comunidades rurais e piscatórias, mas onde já existia uma paleo-cintura industrial - sendo abundantes os moinhos de maré, os fornos cerâmicos, os lagares, a tanoaria, entre outras indústrias rurais. É de sublinhar que na segunda maior cidade portuguesa - o Porto - as unidades fabris também se implantaram primeiramente na periferia central da cidade, para ao longo das primeiras décadas do século XX, se deslocarem progressivamente para os concelhos periféricos e para a bacia dos rios Ave e Vizela, áreas nitidamente rurais¹⁶.

Em 1861 é decidida a localização da estação terminal da linha ferroviária que atravessa o Sul de Portugal no Barreiro - pequeno povoado rural e piscatório na margem Sul do Estuário do Tejo, a cerca de sete quilómetros de Lisboa, que viria a ser o maior complexo industrial do país. Esta decisão política foi determinante para o destino industrial de toda a margem Sul do Tejo, desde aí estrategicamente localizada entre os montados alentejanos, onde se produzia a matéria-prima de uma das mais importantes indústrias nacionais - a corticeira -, e um dos maiores portos comerciais da Europa do Sul - Lisboa.

O planeamento urbanístico da margem Sul do Tejo também só mereceu a atenção do Estado quase cem anos após a inauguração da estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. As Câmaras Municipais portuguesas foram ao longo da primeira metade do século XX, entidades limitadas na sua acção, indo a reboque dos interesses particulares. Na viragem do século, beneficiando das novas facilidades de transporte, as principais empresas corticeiras, na sua maioria de capital estrangeiro e já bem implantadas no Sul de Portugal, apropriam-se das melhores áreas de acostagem dos concelhos da margem Sul frente a Lisboa - Almada, Seixal e Barreiro -, transferindo para aí as suas fábricas e construindo inúmeros cais particulares, através de acordos diversos com as autoridades locais. Em 1908, a Companhia União Fabril (CUF), um dos maiores monopólios industriais nacionais, adquire os terrenos a nascente do Barreiro, expandindo incessantemente o seu império em troca de pequenas beneficiações locais. Constrói um cais, um ramal e uma estação privados¹⁷.

A implantação de grandes empresas induz uma dinâmica de desenvolvimento imparável - as quintas e os terrenos destinados à exploração agrícola em torno dos pequenos enclaves

rurais e piscatórios são loteados para a implantação de mais fábricas e fabricos – nome que se davam a pequenas unidades de produção que trabalhavam de subempreitada para as grandes fábricas estrangeiras. Nas traseiras e nos rés-do-chãos das habitações oitocentistas multiplicam-se as oficinas e os armazéns¹⁸.

A expansão do mercado de trabalho e o crescente peso do sector industrial induz ciclos sucessivos de migração e a transformação da estrutura social regional. Entre 1864 e 1930, a população destes concelhos cresce de 4543 para 21042 no Barreiro, 4715 para 10337 no Seixal e 10203 para 23994 pessoas em Almada. O peso da população a trabalhar na indústria cresce exponencialmente, atingindo 62% no Barreiro, 57% no Seixal e 45% de toda a população activa em Almada. As taxas de trabalho assalariado entre os activos, são proporcionais à percentagem de população operária – apenas 89% no Barreiro, 86% no Seixal e 79% em Almada. Na Península de Setúbal, todavia, 32% dos assalariados eram designados como «membros da família auxiliando os respectivos chefes» - o que correspondia ao trabalho feminino, pago a metade ou menos do valor do masculino¹⁹.

As áreas de residência desenvolveram-se nas proximidades das áreas de produção. De facto, como assinala James Cronin, supracitado, os transportes colectivos metropolitanos estavam ainda longe de possibilitar movimentos pendulares da população metropolitana. Os vapores que ligavam a capital à *outra banda*, devido aos preços das viagens, destinavam-se sobretudo às classes lisboetas em busca de lazer e mais tarde aos estudantes das camadas intermédias. Eram totalmente inacessíveis para o uso quotidiano das classes trabalhadoras²⁰.

A CUF constrói habitações para albergar os sectores mais qualificados da sua mão-de-obra e os trabalhadores melhor remunerados e com uma situação mais estável, como os ferroviários, induzem investimentos por parte de empreiteiros lisboetas. Na maioria dos casos, todavia, foram os donos dos terrenos que construíam «pequenas casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à retaguarda das suas habitações (ou para lá dos seus muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua»²¹.

Ocupando os espaços residuais ou sobrantes entre as unidades de produção, as traseiras de habitações pré-existent e o vasto espaço que se estende a partir dos pólos industriais ribeirinhos para o interior crescem bairros «caóticos» e «desordenados», formados por «numerosas ruelas» que «sobem e descem em todos os sentidos, servindo casas que parecem ser construídas umas por cima das outras»²².

Desta forma, o que eram em meados do século XIX pequenos aglomerados rurais e piscatórios rodeados por quintas e ligados por caminhos secundários e azinhagas, tornam-se tecidos urbanos, obstruídos por fábricas de diversas dimensões, que podiam ir do fabrico de vão de escada ao complexo fabril da CUF, que em 1932 ocupava uma superfície de 1.000.000 metros quadrados e possuía 25 quilómetros de linha férrea privativa²³.

A Produção de Estratégias e a Construção de Recursos

Os sistemas de mobilidade populacional meridionais, na alvorada do século XX, estão intimamente relacionados com as características do desenvolvimento industrial e a consequente lenta e fragmentária formação dos mercados de trabalho nacionais, particularmente na Europa Meridional. Os itinerários dos trabalhadores não estão inseridos num percurso linear entre o trabalho nos campos e o nas cidades ou nas industriais rurais. Neste período, os mercados de trabalho das áreas urbanas e

anexas são compostos por vários segmentos, entre os quais os trabalhadores flutuam ciclicamente – os trabalhos domésticos, os trabalhos indiferenciados, os trabalhos qualificados ou artesanais, e também os trabalhos agrícolas de carácter sazonal.

O aprofundamento dos estudos de mobilidade ilustrou o carácter fluído do mundo operário do período em análise e chamou a atenção para a diversidade de percursos das famílias envolvidas nestes processos. O fenómeno mais significativo ilustrado pelo estudo dos ciclos de migração e integração das populações, todavia, foi o processo de recomposição das classes trabalhadoras à escala do lugar. Ao analisar os diferentes itinerários familiares da população de San Paolo, um dos mais importantes bairros operários de Turim, Maurizio Gribaudi observa diversas famílias «se reunirem nos mesmos espaços devido à necessidade comum de garantir à família e ao próprio indivíduo, a utilização de recursos emocionais e económicos que as redes locais de relação lhes forneciam (...)»²⁴.

As estratégias dos trabalhadores eram, porém, diversificadas, relacionando-se com as transformações verificadas nos mercados de trabalho e nas relações de produção e distinguindo-se fundamentalmente consoante a posição dos indivíduos no processo produtivo²⁵. Os qualificados beneficiaram da existência de solidariedades profissionais pré-industriais e construíram recursos organizacionais – nomeadamente as sociedades de socorros mútuos, cooperativas e associações de classe, que herdaram o *capital social* das corporações, confrarias e irmandades²⁶.

Os trabalhadores indiferenciados accionaram redes sociais recorrendo às tradicionais solidariedades familiares e comunitárias. As evidências empíricas fornecidas por diversos estudos monográficos mostram que as redes alargadas de parentesco das comunidades rurais de origem não só canalizaram os fluxos migratórios, dando apoio moral e material aos recém-chegados, como condicionaram determinantemente o acesso aos mercados de trabalho locais. Num artigo dedicado especificamente ao compadrio – relação entre padrinhos e afilhados – Frédéric Vidal reflecte sobre o carácter e o papel destas redes, defendendo que estas relações, embora crescentemente informalizadas nos meios urbanos, são orientadas. Muitas vezes a escolha destes protagonistas tem como objectivo a acumulação de capital social, «um recurso potencial que os pais podem mobilizar ao longo da vida»²⁷. Agustín Galan García, ao verificar que 50.2% dos que acederam a trabalhar na Companhia mineira de Rio Tinto entre 1873 e 1936 tinham lá parentes, demonstra como as relações de parentesco alargadas desempenharam um papel fundamental no acesso ao trabalho²⁸.

Segundo Yves Lequim, é possível apreender uma evolução temporal no que respeita à articulação destes dois mundos – o dos trabalhadores qualificados e o dos indiferenciados. Durante muito tempo o mundo do trabalho é composto por duas camadas que não se misturam e deslizam uma sobre a outra – os mais numerosos são os operários de ofício, cujo *savoir faire* passa hereditariamente; de resto são os operários nómadas da cidade, que num determinado período são necessários pela produção. A segregação para os subúrbios, todavia, exprime novas condições de trabalho que induziram a renovação das hierarquias e mobilidades – a força da hereditariedade e da homogamia decresce e as profissões abrem-se mais largamente aos recém-chegados²⁹.

A dinâmica das redes sociais em contextos industriais portugueses está pouco estudada, no entanto, o trabalho pioneiro de Frédéric Vidal sobre o bairro de Alcântara – um dos primeiros bairros industriais de Lisboa – descreve espaços e populações instáveis e heterogéneos, mas demonstra que estes

não se reduziam a uma soma de presenças individuais - «é possível operar uma reaproximação entre os indivíduos que têm em comum não tanto posições mas comportamentos, trajetórias, maneiras de fazer, táticas ou estratégias». A vida em conjunto dos habitantes de Alcântara ilustra diferentes modos de integração social. As práticas relacionais podem basear-se na localidade de origem, no parentesco, na vizinhança, nas identidades profissionais ou na sobreposição destes factores³⁰.

O carácter multifacetado e interdependente das redes sociais informais que germinaram nestes lugares vai-se reproduzir em relações formalizadas, em associações. Destaque-se o caso dos *Portefaix* de Toulon. Para pertencer à associação era necessário: «a apresentação do candidato por um membro da comunidade que garanta oficialmente a moralidade do requerente. A assunção de responsabilidade estava relacionada com o papel de um particular fiador e solidamente motivada por um relacionamento de parentesco ou, pelo menos, de um conhecimento quotidiano do pretendente»³¹.

Os debates teóricos sobre a composição e a identidade das associações têm vindo a chamar a atenção para esta «dupla determinação» - classista e territorial - que se manifesta de forma articulada e diferenciada no espaço e no tempo³². Os estudos que se debruçam sobre a evolução das solidariedades na Europa oitocentista demonstram como esta articulação se entrevê nas comunidades locais onde se concentravam os trabalhadores assalariados.

A intercepção das redes comunitárias com as redes de ofício foi essencial para alargar os laços corporativos herdados do antigo regime, e, com base em novas solidariedades de base territorial, permitir uma relativa e progressiva integração do proletariado fabril no movimento do operariado organizado. O papel da comunidade local emerge particularmente «nos países em que a indústria moderna é um fenómeno relativamente tardio, mas onde uma rede capilar de assentamentos urbanos de antiga formação, com uma estratificação social extremamente diversificada e articulada, tornava contudo disponível uma ampla base popular, artesã, em qualquer caso de trabalhadores não propriamente operários, para este tipo de associativismo»³³.

Segundo as investigações realizadas no contexto espanhol, a *comunidade* é «um poderoso elemento que hierarquiza o universo associativo a partir da pertença a conjuntos sociais que podem estar definidos por uma homogeneidade de base nas actividades económicas, por ofício, ou por condições laborais ou sociais similares que concorrem num território reduzido»³⁴. A *comunidade* local e a sua capacidade estruturante é igualmente perceptível em vários estudos monográficos franceses, onde é sublinhada a dupla natureza da identidade social, influenciada pelos elos construídos nos locais de trabalho e nos espaços residenciais num bairro como Saint-Etienne ou em vilas como Thiers³⁵.

Os estudos mais recentes têm acentuado igualmente o papel do associativismo de base territorial na recomposição da fragmentação e diversificação do mundo do trabalho meridional, na sua fase de maior desenvolvimento - na última década de oitocentos e primeiras de novecentos. Entendido como um movimento, é possível percepcionar uma possante dinâmica de articulação das diferentes formas de organização das classes trabalhadoras quer no plano geográfico quer no que respeita aos objectivos e conteúdos - entrelaçando a assistência e a previdência com a cultura, o recreio e o desporto, bem como com funções de tipo sindical e cooperativo. Estes estudos acabam por ilustrar de que forma este processo intercepta o percurso político do movimento operário, constituindo um período de incubação de orientações e práticas que antecedem as propriamente

políticas. As evidências empíricas que têm vindo a ser recolhidas descobrem «que a rede de interesses e relações que se vinha criando fornecia um substrato essencial (...) para a formação de recursos, experiência, quadros, de absoluta relevância para todo o movimento operário».

Este *capital social* era produzido e acumulado pela prática democrática dos sócios, imposta pelos estatutos e fiscalização estatal que exigiam um constante controlo e participação e materializava-se simbolicamente nos edifícios que albergavam estas associações e nos cofres que as sustentavam. Luigi Tomassi defende que o carácter *leggero* das associações meridionais, em comparação por exemplo com as pesadas organizações britânicas, favorecia uma maior participação e consequentemente coesão social. Esta estrutura ligeira longe de determinar um estreito âmbito de acção era compatível com a assumpção de múltiplas funções - instrução, cultura, recreio, etc. - que potenciavam uma sociabilização difusa e informal. Num período posterior, o desenvolvimento destas sociedades, e a aquisição de sedes próprias, forneceu um espaço de agregação fundamental. As funções socializantes destas associações - reunião de colectivos alargados em assembleias e outras actividades recreativas e o contacto permanente entre os sócios, conferiram-lhes um importante papel de integração social³⁶.

Por outro lado, se o protagonismo das classes médias é claro no associativismo britânico, o mesmo não se poderá dizer no que se refere aos contextos meridionais. Neste contexto os complexos mecanismos da dinâmica associativa podem entrever uma tentativa de enquadramento interclassista, mas não deixam de evidenciar a cimentação da solidariedade de classe ou de fracções da classe. Está empiricamente comprovado, que em diversos contextos socio-espaciais espanhóis, e nomeadamente na Catalunha, o associativismo popular teve um papel destacado como plataforma para o desenvolvimento de fórmulas mais marcadamente classistas e politizadas, da mesma forma que estas últimas coexistiram e relacionaram-se intimamente com as outras agremiações politicamente neutrais³⁷.

O recente estudo de Manuel Morales Munõz dedicado às comunidades andaluzas ilustra, igualmente, o papel histórico do associativismo popular no que se refere à integração dos recém-chegados, à superação de carências materiais, à organização do lazer, mas também à resistência, nomeadamente durante os surtos grevistas³⁸.

O Caso de estudo da Península de Setúbal

Como foi referido, a base empírica deste estudo baseia-se nos registos de casamentos realizados nas paróquias da *Outra Banda* de Lisboa - uma por cada freguesia dos Concelhos do Barreiro, Seixal e Almada. Foram analisados dois recortes temporais - 1890-1892 e 1908-1910, de forma a vislumbrar para além da diferenciação espacial, a evolução temporal.

No acto matrimonial intervêm cerca de oito indivíduos, para além dos noivos e respectivos pais, pelo menos duas testemunhas. Sendo revelada a profissão, a naturalidade e o local de residência de cada um dos protagonistas é possível entrever a mobilidade geográfica e social dos indivíduos e a articulação de diferentes tipologias de redes sociais.

Os padrões de mobilidade e relacionamento destes indivíduos, longe de reflectirem um mundo instável e atomizado, comprovam a persistência de ciclos de migração e integração definitiva, organizados em sucessivas vagas provenientes de comunidades específicas, e a recomposição de redes familiares e de ofício à escala do lugar.

Focando-nos na mobilidade geográfica dos protagonis-

tas, observamos a fixação sistemática de provincianos, com origens padronizadas – concelhos específicos da beira interior, do Alentejo e do Algarve. É raro verificar-se alteração de residência quer dos indivíduos quer dos seus descendentes após o movimento migratório. Nas uniões entre naturais cujos progenitores têm origem exógena, estes últimos residem no mesmo local onde baptizaram os filhos, que por sua vez também residem na freguesia onde foram baptizados.

No que respeita à mobilidade social, esta verifica-se limitada. Observam-se sobretudo oscilações entre os últimos níveis do esquema de classes proposto pela *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO)³⁹ – trabalhadores rurais não qualificados, trabalhadores não qualificados e trabalhadores qualificados. Ocasionalmente, verificam-se flutuações entre trabalhadores qualificados e pequenos funcionários e pequenos comerciantes – que envolvem sobretudo os empregados dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, um estrato operário com elevado *status* devido à estabilidade e progressão da carreira.

No que respeita à articulação das redes de relacionamento destes estratos sociais e destas com as redes familiares e comunitárias, observa-se uma evolução temporal que relaciona sobretudo com a mitigação da segregação dos naturais dos concelhos face aos recém-chegados, por um lado, e dos operários de ofício face aos indiferenciados, por outro. De facto, entre 1890 e 1910 é possível entrever um padrão generalizado: o peso dos casamentos realizados entre naturais e entre recém-chegados diminui progressivamente face aos que unem famílias locais e forasteiras, que em 1910 atingem a maioria em boa parte das paróquias. O mesmo se verifica em relação aos actos matrimoniais que ligam famílias ligadas ao trabalho qualificado e trabalhadores indiferenciados, o seu peso é crescente ao longo destas duas décadas.

Os mundos dos trabalhadores de ofício e dos indiferenciados, dos locais e dos migrantes interceptam-se à medida que as redes familiares e de origem se diluem nas redes de ofício e vice-versa – um trabalhador qualificado tende a casar a sua filha com um trabalhador com a mesma ou melhor posição no processo produtivo, mesmo que este não seja seu conterrâneo – neste caso prevalece a rede de ofício. No entanto, durante os ciclos de migração, observamos ser comum os operários qualificados, provenientes da província, casarem as suas filhas com trabalhadores indiferenciados da sua comunidade de origem – a razão desta escolha prender-se-á com o peso que as redes familiares e comunitárias assumem no projecto migratório⁴⁰.

Em suma, a análise da evolução das redes de relacionamento estabelecidas e desenvolvidas na margem Sul do estuário do Tejo comprova a intercepção de diferentes extractos das classes trabalhadoras, com origens e trajectórias sócio-espaciais distintas.

O entrelaçamento das redes de relacionamento no seio destas populações em construção e destes espaços em produção está igualmente na base do desenvolvimento de um extenso universo associativo com uma base operária e popular heterogénea. De facto, uma das evoluções mais significativa do associativismo germinado sob o legado das antigas corporações de ofício – sociedades de socorros mútuos, cooperativas, associações de classe – é a opção cada vez mais frequente pela base territorial. Esta transição permitiu enquadrar largos estratos das classes trabalhadoras – os trabalhadores indiferenciados – no movimento organizado do operariado⁴¹.

Por outro lado, no mesmo período em que se verifica a abertura das associações profissionais às comunidades locais, observa-se um crescente envolvimento das associações de

base comunitária na acção colectiva de base classista. Mesmo quando a sua origem é a filantropia das classes médias e altas, o que sucede comumente com as colectividades de cultura, recreio e desporto, estas não deixam de organizar e participar em inúmeras iniciativas que revelam uma crescente disposição para uma acção colectiva de base classista – uma parte considerável dos espectáculos realiza-se em benefício de operários desempregados, incapazes de trabalhar, viúvas e órfãos de operários; durante os ciclos de agitação social, muitas destas agremiações participam nos desfiles do 1º de Maio e nas manifestações operárias e apoiam moral e materialmente as greves⁴².

É de referir que nesta região, desde a última década de oitocentos e ao longo das primeiras décadas do século XX, tiveram lugar inúmeros movimentos grevistas de carácter local, mobilizando diversos grupos profissionais, e de carácter corporativo ou profissional, alastrando às diferentes comunidades da região. Na década de 1910, as União de Sindicatos Operários (USO's) fundadas em Almada, Seixal, Barreiro ou Setúbal, foram responsáveis pela organização de diversas greves gerais de carácter local, que paralisaram integralmente estes complexos industriais na exigência de aumentos salariais, redução de horários, contra a carestia de vida, entre outras reivindicações gerais. O carácter articulado e massivo deste movimento surpreendeu a sociedade portuguesa⁴³.

Conclusão

O caso de estudo da margem Sul do Tejo, enquadrado por uma perspectiva comparada, releva a agência humana, e nomeadamente a das camadas subalternas, na *produção social do espaço e construção social de populações* – pondo em evidência a pertinência dos conceitos de *estratégias e recursos*.

Analisando estes processos de longo termo é possível apreender a heterogeneidade da origem e das trajectórias socio-espaciais dos seus protagonistas – particularmente a estratificação verificada entre trabalhadores qualificados e indiferenciados e entre famílias estáveis e migrantes –, bem como, a diversidade das suas estratégias e recursos: os primeiros recorrendo ao capital social acumulado por estruturas organizacionais seculares com base no ofício, os segundos dispondo das suas redes de conhecimento, baseadas na família e nas comunidades de origem.

Não obstante, aplicando a teoria das redes à análise dos registos de casamentos e das listas de sócios das associações locais, foi possível comprovar que estes indivíduos tinham contactos íntimos e quotidianos. Mais do que a formação demográfica da classe operária, dificilmente comprovável devido à tardia e incipiente industrialização meridional, verificou-se, na *Outra Banda* de Lisboa, a existência de vínculos densos e extensivos que potenciaram a formação de identidades solidárias e comunitárias durante os ciclos de migração e integração nestes espaços, a que acresceu a formalização destas relações sobre a forma de um igualmente denso e extensivo tecido associativo.

Por outro lado, como argumenta Michael Savage, o espaço e as populações socialmente produzidas tiveram um papel condicionador deste processo. Foi possível verificar que os diferentes *lugares* deste recorte espacial não foram apenas cenários passivos do processo social, mas estiveram activamente envolvidos na construção destes vínculos, uma vez que se tornaram habitats de grupos sociais específicos, segregados social e espacialmente, o que potenciou a densidade dos contactos locais. Por outro lado a fixação de grupos sociais semelhantes ao longo de toda a orla ribeirinha da margem Sul, pela difusão regional de um conjunto limitado de actividades económicas em que a

indústria corticeira tem um peso assinalável, permitiu o alargamento dos vínculos operários sobre áreas espaciais mais amplas que apenas as comunidades de *lugar*. Este alargamento beneficiou ainda da participação dos empregados dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste nas redes comunitárias, particularmente nas do Barreiro, onde se localizavam as suas oficinas gerais⁴⁴.

A observação da lenta produção dos sócio-espacos industriais e operário na margem Sul do Estuário do Tejo foi fundamental para compreender como foram construídos os recursos organizacionais accionados durante o processo de mobilização das classes trabalhadoras que marcou a década de 1910.

De facto, este quadro interpretativo tem vindo a ser de extrema utilidade para analisar as transformações estruturais em que assenta a *dinâmica de contestação* do operariado da Outra Banda de Lisboa. Muito embora este artigo não se foque na acção colectiva, foi com base no programa de investigação proposto por Doug MacAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly⁴⁵ que se aprofundou a investigação referente ao processo de longo termo que antecede os grandes ciclos de agitação social de 1910-1913 e 1917-1920, nomeadamente para identificar a origem dos recursos utilizados pelos sindicalistas revolucionários para mobilizar as classes trabalhadoras.

Foram as redes sociais formais e informais, cimentadas entre as classes trabalhadoras destas comunidades desde a última década de oitocentos, que resultaram de estratégias diversificadas para lidar com as transformações operadas nos mercados e na organização do trabalho, que permitiram a difusão e massificação dos surtos grevistas que abalaram a I República portuguesa.

Notas

¹ CRONIN, James. Labor Insurgency and Class formation: Comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe. In: *Work, Community and Power*. Filadélfia: Temple University Press, 1983, p36

² MAGRI, Susanna; TOPALOV, Christian. *Villes Ouvriers*: 1900-1950. Paris: L'Harmattan, 1989.

³ Espaços socialmente produzidos, populações socialmente construídas, estratégias familiares e recursos organizacionais são conceitos analíticos emprestados da sociologia e da geografia humana que têm vindo a ser largamente utilizadas pela historiografia europeia, quer para reconstruir o processo de industrialização e urbanização quer para analisar a acção colectiva das classes trabalhadoras. Ver por exemplo DUBY, Georges (dir.). *Histoire de la France Urbaine*: Vol. IV. Paris: Seuil, 1983 e SAVAGE, Michael. Space, networks and class formation. In: *Social Class and Marxism*. Aldershot: Scolar Press, 1996, p58-86.

⁴ Ira Katznelson divide o processo de formação da classe operária em quatro níveis: «a estruturação de relações de classe a um nível macro-económico; a experiência de classe vivida nos locais de trabalho e nas comunidades de residência; os grupos de pessoas dispostos a agir em termos de classe; a acção colectiva baseada na classe». KATZNELSON, Ira. *Constructing Cases and Comparisons*. In: *Working Class Formation*. Princeton: University Press, 1986, p21

⁵ HANAGAN Michael; STEPHENSON, Charles. *Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation*. Westport: Greenwood Pres, 1986, p1-2

⁶ Segundo Charles Tilly, entre 1500 e 1900 o número de proletários nas cidades europeias cresceu de 1 para 75 milhões, ao passo que nos campos terá crescido de 16 para 125 milhões. TILLY, Charles. Demographic Origin of the European Proletariat. In: *Proletarianization and Family History*. New York: Academic Press, 1984, p. 36

⁷ CIUFFETTI, Augusto. *La Città Industriale: un percorso storiografico*. Perugia: Crace, 2002, p70.

⁸ MIKKELSEN, Flemming. *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*. International Institute of Social History: Digital Publications, 1996, p10-11

⁹ MARTINS, Conceição Andrade. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. Lisboa: ICS, vol. xxxii, 142, p497-498, 1997 3.º

¹⁰ RONCAYOLO, Marcel. Une croissance non maîtrisée. In: *Histoire de la France Urbaine*: Vol. IV. Paris: Seuil, 1983, p119 e seguintes

¹¹ Convém recordar que os estudos sociológicos clássicos interpretavam as transformações operadas nas vidas dos indivíduos e grupos envolvidos, quer na conversão da economia quer nos ciclos migratórios do campo para a cidade, como uma rotura radical na organização social e nomeadamente no seu elemento fundamental - a família. A migração conduziria ao isolamento face à rede alargada de parentes e vizinhos.

¹² BREULLY, John Breully. *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: University Press, 1992, p84-85

¹³ LEQUIN, Yves. *Les ouvriers de la region Lyonnaise (1848-1914)*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1977, p43-45

¹⁴ CURLI, Barbara. Gli operai della Pirelli Bicocca, 1908-1919. *Annali della Fondazione Feltrinelli*, XXXIII, p434, 1999

¹⁵ PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p62.

¹⁶ ALVES, Jorge Fernandes. A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 372-382.

¹⁷ BARATA, Ana Reis; GAUTIER, Rosa. *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*. Barreiro: Câmara Municipal, 2005, p50-58

¹⁸ Câmara Municipal de Almada - Estudo dos núcleos históricos de Almada. Texto Policopiado, 1983

¹⁹ Cálculos efectuados a partir do Recenseamento geral da população portuguesa de 1930, p44-58

²⁰ PINHEIRO, Magda. Transportes e urbanização na margem Sul do Estuário do Tejo: o concelho de Almada. *Ler História*, 43, p157 e seguintes, 2002

²¹ PAIS, Armando da Silva. *O Barreiro Contemporâneo*. Barreiro: Câmara Municipal, 1968, p306

²² GRÖER, Etienne. Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948. Publicado nos *Anais de Almada*, 7-8, p215, 2006

²³ Primeiro levantamento da região à escala 1:2000, 1942. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

²⁴ GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle*. Paris: E. H. E. S. S., 1987, p.234-235.

²⁵ BREULLY, John. Artisan economy, ideology and politics. In: *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: University Press, 1992, p84-85

²⁶ ROTBERG, Robert I.. *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p5 e seguintes

²⁷ VIDAL, Frédéric. As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede? *Ler História*, 46, p223-238, 2004

²⁸ GARCÍA, Agustín Galán. Estrategia Familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936. In: *El Trabajo a traves de la historia*. UGT: Centros de Estudios. Históricos, Asociación de Historia Social, 1996, p420

²⁹ LEQUIN, Yves. Le monde des travailleurs manuels. In: *Histoire de la France Urbaine*: Vol. IV. Paris: Seuil, 1983.

³⁰ VIDAL, Frédéric. *Les habitants d'Alcântara au début du XX siècle: Indentités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*. Tese de doutoramento em História. Universidade Lumière Lyon, 2003, p35 e 350

³¹ MAIULLARI, Maria Teresa. *L'evoluzione dei portefaix a to-lone*. In: *Storiografia francese ed italiana a confronto sul fenómeno associativo durante XVIII e XIX secolo*. Turim: Fondazione L. Einaudi, 1990, p.257.

³² VIEGAS, José Manuel Leite. *Associativismo e dinâmica cultural. Sociologia, Problemas e Práticas*, 1, 103-121, 1986

³³ TOMASSINI, Luigi. L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale. In: *Annali della Fondazione Feltrinelli*, XXXIII, p17, 1999.

³⁴ URÍA, Jorge. Em torno das comunicaciones presentadas:

Asociacionismo. In: *Estado, protesta y movimientos sociales: actas del III Congreso de Historia Social de España*: Vitoria-Gasteiz, Julio de 1997. Universidade del Pais Vasco, 1998, p344

³⁵ *Espaces français. Le Mouvement Social*, n.º 157, p106 e seguintes, 1991

³⁶ TOMASSINI, Luigi. L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale. In: *Annali della Fondazione Feltrinelli*, XXXIII, p8-9, 1999

³⁷ URÍA, Jorge. Em torno das comunicações apresentadas: Asociacionismo. In: *Estado, protesta y movimientos sociales: actas del III Congreso de Historia Social de España*: Vitoria-Gasteiz, Julio de 1997. Universidade del Pais Vasco, 1998, p347

³⁸ LARRUBIA, Teresa Mirri. *El proceso de formación del proletariado en un barrio industrial: El caso de San Martí de Provençals. Integração e diferenciação social. 1862-1925*. Tese de Doutoramento. Universidade de Barcelona, 1994; MUNÓZ, Manuel Morales. Un Espacio próprio, sociabilidad e identidad obrera en Andalucía. *História Social*, n.º 56, 2006

³⁹ Ver <http://Historyofwork.iisg.nl/>

⁴⁰ Sondagens realizadas em todas as paróquias cujos registos indicavam a profissão dos noivos, pais dos noivos e pais das noivas (a profissão das mulheres nunca é referida, surgem sempre como domésticas), entre 1890 e 1910.

⁴¹ No âmbito deste projecto de investigação foram inventariadas mais de quatro centenas de agremiações, entre sociedades de socorros mútuos, cooperativas, associações de classe, colectividades de cultura, recreio e desporto e grupos de bombeiros voluntários. A análise das listas de sócios das sociedades de conservadas no Arquivo Histórico das Obras Públicas, nos arquivos municipais e nos fundos privados das associações ainda existentes revela a participação de diferentes estratos sociais, maioritariamente trabalhadores assalariados.

⁴² Levantamento exaustivo das iniciativas associativas na região a partir da imprensa regional entre 1890 e 1930.

⁴³ Levantamento exaustivo realizado na imprensa operária e sindical - *O Sindicalista*, publicado em Lisboa entre 1910 e 1916, propriedade da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista e A Batalha, órgão central da Confederação Geral do Trabalho, publicado em Lisboa entre 1919 e 1927 – mas também na imprensa regional da Margem Sul do Tejo, entre os anos de 1890 e 1930, num total de 272 títulos.

⁴⁴ SAVAGE, Michael. Space, networks and class formation. In: *Social Class and Marxism*. Aldershot: Scolar Press, 1996, p58-86.

⁴⁵ MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge: University Press, 2001

Memórias do Cinema em Almada

Ângela Luzia

Ester Margarida Nunes
Museu da Cidade de Almada

Este artigo tem por base a apresentação da metodologia e investigação subjacente à exposição temporária *Memórias do Cinema em Almada* que esteve patente no Museu da Cidade, entre 18 de Maio e 22 de Setembro de 2012, não traduzindo um estudo sistemático sobre o tema, mas antes um contributo em torno das memórias associadas ao acervo patrimonial recolhido para o efeito.

No âmbito da missão do Museu de preservar e divulgar o património material e imaterial associado a dinâmicas urbanas, vieram à posse do Município, no decurso do trabalho sobre Associativismo e da exposição sobre o mesmo tema, dois projectores de cinema, da Sociedade Filarmónica União artística Piedense (SFUAP) e da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (SFIA), bem como um conjunto de património documental e peças dispersas associadas à exibição cinematográfica em Almada, essencialmente correspondentes às décadas de 40 e 70 do século passado.

Perspectivando-se a incorporação de novas peças e identificados importantes espólios documentais alusivos à mesma temática associados a outras colectividades do Concelho, nomeadamente da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense (AIRFA), do Clube Recreativo Piedense (CRP) e do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL), pareceu-nos significativo dar visibilidade a este património, integrado numa lógica de programação museológica tendo em conta:

- Um ciclo de exposições sobre o signo “a memória dos objectos”;

- A missão do Museu de evidenciar as transformações das sociabilidades urbanas, no caso dos hábitos de lazer, mas também das dinâmicas estruturantes das indústrias culturais que, através de um processo concentracionário de organização dos circuitos de distribuição reduziram a diver-



Fig. 1: Aspecto geral da exposição.



Fig. 2: Cartaz da exposição.

sidade de oferta e de espaços de consumo e fruição;

- O sublinhar do papel do movimento associativo ao longo do século XX na acessibilidade e democratização da Cultura, enquanto se valoriza o insubstituível acervo arquivístico e documental de que são proprietários;

- Associar a objectos e documentação os seus protagonistas directos e as suas memórias, contextualizando-os e investindo-os de sentido e valor comunicacional para diferentes gerações, num processo de interpretação enquanto património comum.

Assim, decorreram em paralelo, um trabalho de terreno de cariz antropológico associado à localização, recolha e inventário de peças com o envolvimento alargado de um conjunto de entidades e informantes privilegiados, a realização de registos audiovisuais para integração no Arquivo de Fontes Orais, mas também uma investigação de carácter histórico, de identificação de tipologia de fontes e arquivos, estabilização de uma cronologia, de linhas possíveis de investigação e apuramento de lacunas.

Esta exposição contribuiu igualmente para o desafio de apresentar a própria cidade como património a descobrir, dando visibilidade a espaços/equipamentos, rotinas, que foram estruturantes na organização do usufruto da experiência urbana.

Através da produção de conhecimento e novos conteúdos, recolha de peças e envolvimento e participação alargada dos seus protagonistas, esta iniciativa do Museu da Cidade articula-se e complementa também outros projectos em curso de dotar o território do eixo de Cacilhas/Almada Velha/Cristo-Rei com um conjunto diversificado de recursos municipais museológicos e culturais de valorização da singularidade de Almada com base na sua história, identidades e memórias de que é exemplo o Centro de Interpretação de Almada Velha cuja inauguração está prevista em 2013.

Estado actual da investigação

As primeiras referências a projecções de cinema na vila de Almada, que já se encontram documentadas, datam de 1907

(Incrível, Academia e Theatro Almadense “*Moulin-Rouge*”). Encontram-se também identificados 34 espaços de exibição¹, entre dois animatógrafos ambulantes (Cine-Pathé e Cine-Eclair) e espaços de exibição regular ou pontual, uns pertencentes a colectividades, a entidades diversas ou a particulares, estando a ser elaborada uma cronologia detalhada para cada espaço:

- Cine-Incrível (Almada, 1907 e 1926-1993)
- Academia Almadense (Almada, 1907; 1910; 1922-1926 e 1939-2007)
- Theatro Almadense ou “*Moulin Rouge*” Almadense, de Eduardo de Almeida (Almada, 1907) e mais tarde designado por Theatro Popular (1912)
- Salão Universo (Cacilhas, 1913)
- Colónia Balnear da Trafaria/Salão Daniel Rodrigues (Trafaria, 1913)
- Cine-Pathé (animatógrafo ambulante | Almada, c. 1914)
- Cine-Eclair (animatógrafo ambulante | Almada, 1915)
- Salão Cinematográfico Trafariense (Trafaria, década de 1920)
- Clube Recreativo José Avelino (Cacilhas, décadas de 1920 e 1930)
- Clube Recreativo Piedense (Cova da Piedade, 1928-1931; 1933-1991)
- Pavilhão Jardim (Trafaria, 1937-1978?)
- Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (1938; 1958-1981)
- Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (Cova da Piedade, 1943-1986)
- Cinema O Pescador/ Cinema Impala Cine (Costa da Caparica, 1950?- 200?; 2012)
- Cinema Império (Costa da Caparica, década de 1950)
- Cine-Neptuno (Costa da Caparica, 1950)
- Clube Recreativo do Feijó (Feijó, 1950)
- Cooperativa Piedense (Cova da Piedade, década de 1960)
- Cooperativa Almadense (Almada, década de 1960)
- Fundação Nuno Álvares Pereira (Porto Brandão, décadas de 1960 e 1970)
- Movimento da Juventude Trabalhadora de Almada (1974)
- Sociedade Recreativa Musical Trafariense (Trafaria, 1974)
- Sociedade Recreativa União Pragalense (Pragal, 1974)
- Clube Recreativo do Feijó (Feijó, 1974)
- Clube Recreativo Alagoa (Feijó, 1974)
- Sociedade de Recreio e Beneficência de Porto Brandão (Porto Brandão, 1974)
- Grupo de Amigos da Costa (Costa da Caparica, 1974)
- Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria (Trafaria, 1978-1982)
- Cinema Oceano (Costa da Caparica, década de 1980)
- Cineestúdio (Almada, década de 1980)
- Cinema Cristal (Almada, décadas de 1980-1990)
- Clube Recreativo Charnequense (Charneca de Caparica, ?)
- CMA/Auditório Fernando Lopes-Graça (Almada, 2002)
- Lusomundo/Fórum de Almada (Feijó, 2002-)

Algumas temáticas de abordagem e fontes disponíveis.

Existe um conjunto vasto e diversificado de fontes que permite obter dados fundamentais. No decurso do processo de investigação desenvolvido pelo Museu da Cidade foi possível

identificar, recolher e digitalizar alguma desta documentação disponível em diversas instituições e efectuar uma primeira abordagem às seguintes questões, entre outras:

- O cinema como elemento estruturante da vila e cidade de Almada e elemento dinâmico nas transformações urbanísticas, como é o caso da construção de novos edifícios especificamente construídos para salas de cinema (Incrível e Academia) na Rua Capitão Leitão;
- As memórias associadas à ida ao cinema e suas vivências;
- A programação, as suas características, tendências e condicionalismos impostos pelas empresas de distribuição cinematográficas num contexto de censura instituída pelo regime de Salazar;
- Contratos de aluguer de filmes e problemas com as empresas de distribuição;
- Supremacia do cinema norte-americano e a exibição de cinema português e outras cinematografias;
- A interdependência da programação das salas de cinema e os acordos de exibição (caso Incrível/Academia);
- A organização interna das colectividades (criação de comissões e outras estruturas, recrutamento ou contratação de pessoal especializado para as diversas áreas (projeccionistas, programadores, bilheteiros, porteiros, marcadores, entre outros) e o seu funcionamento diário;
- O papel das colectividades exibidoras no cinema comercial e no cinema cultural; os cine clubes informais e o investimento das Comissões Culturais e Comissões de Biblioteca em ciclos de cinema alternativos, com carácter de contestação e de formação político-ideológica;
- Os pioneiros e protagonistas do cinema em Almada;
- A evolução técnica e os investimentos das colectividades no conforto das salas e nas condições técnicas (máquinas de projecção e equipamentos);
- O surgimento das salas de cinema comercial privado na Trafaria e na Costa da Caparica, ligadas ao fenómeno balnear e turístico;
- O cinema no Pós 25 de Abril, diversificação e novos espaços informais de cinema (outras colectividades, escolas, empresas, parques de campismo, etc.); fim da censura e mudanças da programação nos circuitos comerciais;
- Factores de declínio das salas de cinema em Almada e as mudanças estruturais surgidas no final da década de 1950 com a implantação da TV (1957); a partir da década de 1980, com as novas salas de cinema criadas nos centros comerciais e com o surgimento do vídeo, entre outros factores;
- Processo de concentração verificado nos tempos mais recentes, com o surgimento do cinema da Lusomundo, no Fórum de Almada e a persistência do cinema alternativo no Auditório Fernando Lopes-Graça, no Fórum Municipal Romeu Correia.

Imprensa local

As publicações periódicas locais são fontes essenciais e das mais interessantes, permitindo aceder a informação nos vários géneros jornalísticos (notícias, anúncios, críticas, etc.).

As primeiras exibições por nós documentadas datam de 1907 mas é necessária uma consulta exaustiva no jornal *O Português* (1889-1907) para esclarecer a possibilidade de existirem projecções anteriores, tendo em conta que o cinema em Portugal tem início em Junho de 1896.

A imprensa local regista algumas lacunas cronológicas mas a consulta de jornais de âmbito nacional pode, nalguns

Hoje

Club Recreativo José Avelino

— CACILHAS —

QUINTA FEIRA, 8
de MAIO

Exibição da grandiosa super-produção

O Anel da Imperatriz

com os grandes artistas
"Lil Dagover e Ivan Petrowich"

O célebre film de grande renome, em 10 partes

VOLGA-VOLGA

Formidável produção alemã, baseada
numa lenda russa

Foram anunciadas para domingo passado, no salão da Incrível Almadense, umas sessões de animatographo que se não puderam realizar em virtude do gaz acetylene, luz que havia sido escolhida para aquelle genero de trabalho, não ter a força precisa para dar a intensidade necessaria na regular disposição dos quadros. Em vista d'esse inesperado acontecimento, acaba de ser montado um motor da força de 12 cavallos, para distribuição de lampadas electricas, que, além de dar os fins desejados para a perfeita execução do trabalho do animatographo, dará também ao lindo salão-theatro da Incrível o aspecto d'um verdadeiro ceu aberto.

Aquellas sessões serão inauguradas amanhã, sexta-feira, das 8 horas da noite em diante, ao modico preço de 60 réis a geral e de 100 réis a superior, com continuação nos dias seguintes.

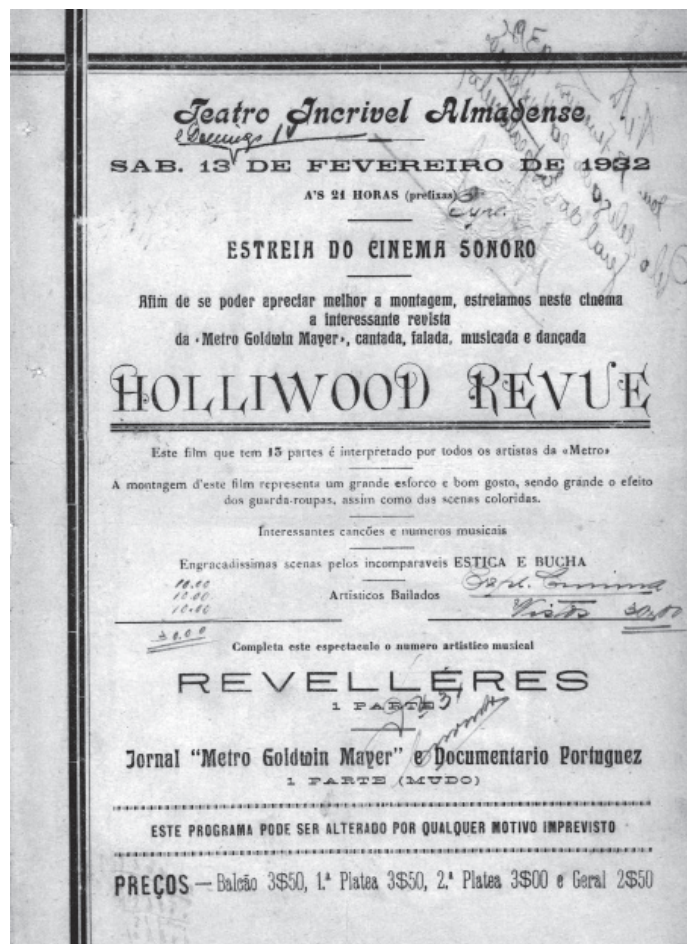


Fig. 3: Anúncio de filmes a exhibir no Club Recreativo José Avelino, em Cacilhas (O Almadense, 4 Maio de 1933, p. 5); Notícia referente ao cinema na Incrível Almadense, em Junho de 1907 (O Puritano, 6 de Junho de 1907, p. 2); Folheto do filme Hollywood Revue, exibido no cinema da Incrível Almadense, a 13 de Fevereiro de 1932, para a estreia do cinema sonoro. (Incrível Almadense, Cinema Dossiê 1 - 1932).

casos, suprir essas faltas, tendo em conta que divulgam pontualmente as actividades de cinema em Almada. Por exemplo, O Mundo, de França Borges, em 1907 ou o Diário de Notícias e o Diário Popular que passam a publicar, a partir de 1958 o cartaz de cinema da Academia Almadense e na década de 1980, jornais como o Diário, que passam a publicar o cartaz de cinema das diversas salas de Almada.²

Programas de cinema das colectividades exhibidoras de cinema

Existem três excelentes colecções (constituídas por centenas de programas), entre 1926 e a década de 1980 que permitem fazer um levantamento muito significativo em torno de questões como: programação e estratégias de divulgação; filmes, actores e personagens mais emblemáticos nas diferentes épocas; datar inovações técnicas (sonoro, coloridos, cinema-scope, novas máquinas de projecção); investimentos nas insta-

lações (obras e novas salas); novos géneros cinematográficos; mudança de gostos e diversidade de públicos (ciclos de cinema culturais, ciclos de cinema temáticos, sessões infantis e sessões da meia-noite para adultos), entre outros.

- **Incrível Almadense:** Colecção de programas entre 1926 e 1985, disponíveis para consulta no Museu da Cidade, onde se encontram em regime de depósito;

- **Academia Almadense:** Colecção de programas desde 1939, disponíveis nesta colectividade;

- **Clube Recreativo Piedense:** Colecção de programas entre 1928 e 1933 que se encontram disponíveis nesta colectividade e outra colecção entre 1939 e 1948, no Museu da Cidade;

- **Salão Jardim (Trafaria):** existe um conjunto de documentação (década de 1970), com relevância e na posse de privados;

- Relativamente ao **Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro** e à **Sociedade Filarmónica União Artística**

Piedense não foi ainda encontrada documentação significativa devido à perda de espólio por diversos motivos.

Colectividades – outra documentação

Muitos documentos produzidos pelas colectividades almadenses, no âmbito da actividade quotidiana ligada ao Cinema, contêm informações importantes, nomeadamente a tomada de decisões sobre melhorias e investimentos diversos; marcações de filmes; receitas e despesas ou sobre constrangimentos estruturais. Porém, dado o seu carácter administrativo e regular, não tem sido valorizado pelas colectividades para arquivo permanente (facturas, contratos, correspondência, etc.).

Todavia, é ainda possível recolher dados importantes em diversa documentação existente, tal como:

Jornais e revistas próprios, salientando-se o *Academia*, *O Incrível* e o *Boletim da SFUAP*

Relatórios de Actividade e Contas

Actas das reuniões da Direcção e da Assembleia-Geral

Livros de registo de alugueres de filmes

Ofícios e diversa documentação de carácter administrativo

Contratos de exibição com distribuidoras e acordos entre a Academia e a *Incrível*

Modelos de documentos: reserva de filmes, preçários, saídas de caixa, avisos, etc.

IGAC / Divisão de Recintos

Disponível para consulta os processos de algumas das salas de cinema com os respectivos pedidos de licenciamento, autos de vistoria e projectos de arquitectura de novos edifícios ou de alterações:

Academia Almadense (Almada) - Processo 15.03.0001

Cine-Teatro *Incrível* (Almada) - Processo 15.03.0002;

Salão de Festas - Processo 15.03.0025

Pavilhão Jardim (Trafaria) - Processo 15.03.0003

CineCristal (Almada) - Processo 15.03.0104

Cinema Impalacine (Costa da Caparica) – Processo 15.03.0120

Planinfinito

Empresa de arquitectura, autora do projecto de reabilitação da antiga sede da Academia, que pode disponibilizar as plantas do edificado existente, referente ao Cine-Teatro, inaugurado em 1942.

Rede de Bibliotecas Municipais de Almada / Biblioteca Nacional

O cinema em Almada não foi, ainda, considerado como uma área de investigação autónoma, não existindo por isso nenhum estudo abrangente e transversal às diversas salas. No entanto, destacamos o contributo de Eduardo Alves sobre os animatógrafos ambulantes e o contributo de Fernando Barão sobre o Cinema na *Incrível* Almadense. De forma dispersa encontram-se algumas outras referências em diversas publicações locais, consultáveis nos Centros de Documentação, Bibliotecas Municipais³ ou na Biblioteca Nacional.

Outras instituições, com documentação com interesse:⁴

CMA/Divisão de História Local e Arquivo Histórico

Cartório Notarial de Almada

Colecções de imagens (Arquivo Fotográfico e Arquivo Digital) do Museu da Cidade de Almada

Existe um número reduzido e pouco interessante de imagens na posse das colectividades, relativas aos interiores e às fachadas dos edifícios onde funcionaram as salas. O ritual da ida ao cinema, o ambiente em torno das estreias ou dos ciclos de cinema culturais, os bastidores e todo o trabalho diário das colectividades, dos seus sócios ou funcionários nunca foram considerados como um tema aliciante para fotógrafos profissionais ou amadores. As imagens existentes podem ser disponibilizadas, mediante pedido, no Museu da Cidade.

Arquivo de Fontes Orais do Museu da Cidade de Almada

Arquivo em constituição desde 1999, integra um vasto conjunto de entrevistas gravadas em suporte vídeo, a diversos almadenses cujas memórias são importantes registar como actores fundamentais da história local.

No âmbito da preparação da exposição “Memórias do Cinema em Almada” foram realizadas diversas entrevistas que se encontram disponíveis para consulta dos investigadores e que permitem conhecer, em discurso directo, as diversas funções necessárias ao funcionamento dos cinemas das colectividades, pequenas histórias e impacto do cinema na história local e na memória colectiva:

- José Luís Leote Pais - bilheteiro na *Incrível*
- Arsénio Freitas Coelho – projeccionista na *Incrível*
- Arménio Silva – programador na Academia
- Rodolfo Regatão – projeccionista na Academia
- João Martins – projeccionista na SFUAP
- António Farinha – presidente do CIRL
- Orlando Avelar – filho de João Maria Avelar
- Maria Luísa Avelar – sobrinha de João Maria Avelar

A Exposição “Memórias do Cinema em Almada” – alguns contributos⁵

Como já referimos, não foi objectivo do Museu da Cidade fazer a história do Cinema em Almada. Todavia, face ao espólio e documentação existente no Museu da Cidade e nas colectividades, foi possível esboçar 5 momentos distintos, que permitem uma visão de conjunto da sua evolução.

Estão patentes 5 máquinas de projecção, de diversas épocas, do espólio do Museu da Cidade (*Incrível*, SFUAP, CIRL, Cooperativa Almadense e Centro Cultural de Almada) e um conjunto de objectos provenientes das colectividades: bobines, latas, filmes, caixas de transporte, varas de carvão e lâmpadas de xénon, diversas ferramentas, coladores e rebobinadores de película, avisos e folhetos. Muitos destes objectos do quotidiano dos diferentes cinemas revestem-se de grande interesse porque são, por norma, pouco conhecidos do grande público.

Os primeiros animatógrafos e a criação de novos imaginários

Em Almada, o cinema surge no tempo dos animatógrafos ambulantes, em que particulares exibem cinema nas localidades, de forma temporária, com pequenas máquinas de projecção e algumas fitas compradas. Em qualquer lugar se pode improvisar uma sala de cinema e a legislação específica ainda não existe⁶, assim, a precariedade das condições de exibição são norma, bem como os diversos problemas técnicos.

Esta época é marcante porque aqui se inicia a construção de um imaginário colectivo partilhado além-fronteiras, trans-

cultural e transgeracional. Actores e personagens tornam-se referências comuns, alterando hábitos de diversão, brincadeiras das crianças e perspectivas de vida e conhecimento do Mundo.

João Maria Avelar (1900-1949) **Um pioneiro do cinema em Almada**

Trabalha como guarda-livros na empresa de distribuição Castello Lopes, Lda.; como gerente do Cinema Condes, em Lisboa e explora salas no Bairro da Graça (Cine Oriente), no Bombarral e na Trafaria. Utiliza os seus conhecimentos e a ligação à Castello Lopes, Lda para ajudar a Incrível e a Academia a montar as suas salas de cinema na décadas de 1920, contribuindo assim para que o acesso ao cinema se vulgarize e se torne numa usufruição cultural permanente em Almada. O seu fascínio pelo cinema leva-o, ocasionalmente, a projectar alguns filmes, com uma *Pathé Baby*, a partir da sala de jantar dos seus pais, perto do actual Largo José Alaiz, para a população.

Do seu espólio pessoal restam diversas fotografias e algumas tiradas pelo próprio, veiculando um interessante olhar “cinematográfico” e que foram doadas pelo seu filho, Orlando Avelar, em 2012, ao Museu da Cidade.

O cinema como novo divertimento

A evolução da indústria cinematográfica leva a mudanças profundas na distribuição, exibição e na forma como as pessoas vêem cinema. Os animatógrafos ambulantes e os salões de teatro cedem lugar a salas de cinema especificamente adaptadas ou construídas de raiz. Colectividades como a Incrível, a Academia, o Clube Recreativo Piedense, a SFUAP e o CIRCL emergem, a partir da década de 1920, como as únicas exibidoras de cinema na vila de Almada e nos lugares da Cova da Piedade e do Laranjeiro.



Fig. 4: João Maria Avelar com o filho Orlando e a sobrinha Ilda Almada, década de 1920. Cedência de Magda Avelar Pinheiro.



Fig. 5: Salvador Avelar e Orlando Avelar. Campo de S. Paulo, em Almada, década de 1920. Fotografia de João Maria Avelar, doação de Orlando Avelar.

Paralelamente a estas, existe uma exploração comercial privada na Trafaria e na Costa da Caparica (desde a década de 1920), com carácter sazonal, devido aos ritmos da época balnear e ao recente fenómeno do turismo e dos tempos livres e outra, efémera, no Laranjeiro (década de 1930).

O cinema afirma-se como o novo divertimento para os associados, a par do teatro e das festas e também para os não associados. Torna-se numa fonte de receitas cada vez mais importante para financiar a restante actividade cultural, quase sempre deficitária e permite a melhoria e investimento nos espaços físicos.

O investimento feito por estas colectividades é bastante exigente: desde o pessoal habilitado para trabalhar nas diferentes áreas (programação, projecção, bilheteira, portaria e bares), às melhorias técnicas exigidas pelas rápidas evoluções operadas na indústria do cinema: sonoro com o sistema *Vitaphone* e *Movietone*, novas máquinas de projecção, Cinemascope, licenças e imposições legais com questões de segurança e vistorias, entre outros.

Desta época, as crianças de então guardam memórias muito impressivas das estratégias para entrada no cinema à *borla*, dos comportamentos no interior da sala e das saudosas brincadeiras aos *cowboys*.

A programação não foi um objectivo desta nossa pesquisa mas a percebemos de mudanças ao longo das décadas, não apenas devido aos condicionamentos impostos pelas empresas de distribuição e cada vez mais dependentes da fluorescente indústria de cinema norte-americana, mas também devido à censura instituída pelo regime de Salazar que impede inúmeros filmes de serem exibidos em Portugal.

O cinema como resistência e libertação

Na década de 1950 dá-se uma mudança significativa a nível nacional, permitida pela relativa abertura sociopolítica Pós-Segunda Guerra Mundial. Em Almada, uma nova fase asso-



• Fig. 6: Cinema da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense. Cova da Piedade, cerca da década de 1950. Cedência da SFUAP.

ciativa afirma-se, suportada pelas novas e dinâmicas Comissões Culturais e das Bibliotecas e estruturada em torno de questões culturais como forma de oposição ao Estado Novo. O cinema, de mero divertimento passa a ser encarado como meio para consciencializar e intervir social e politicamente.

Em 1955, diversos dirigentes associativos da Incrível e da Academia tentam criar o Cine Clube de Almada mas sem êxito. Em 1963, pela Comissão da Biblioteca da Academia e em 1970 e 1974, pela Incrível, são organizados ciclos de cinema clássicos com o objectivo de se criarem alternativas ao circuito comercial, mostrando-se outras cinematografias, com o mesmo propósito cívico, subversivo e libertador.

Da diversidade à concentração da oferta

Após o 25 de Abril de 1974 e com o fim da Censura, o Cinema abre-se a todos os autores, cinematografias e géneros cinematográficos, embora se mantenha o domínio da indústria norte-americana. A par do processo político-social inerente, em paralelo com as salas de cinema já existentes nas colectividades, dá-se uma dispersão dos espaços de exibição, muitos deles improvisados e temporários, em parques de campismo, escolas, empresas, outras colectividades e cooperativas, fora do circuito comercial, com a organização de ciclos de cinema, palestras e acções de formação, muitas delas em colaboração com diversas Embaixadas.

Em simultâneo emergem novos hábitos de consumo cultural, com o incremento da televisão (desde 1957), com o surgimento de pequenas salas de cinema de exploração particular nos centros comerciais, com os clubes de vídeo e com outras formas de diversão, como as discotecas e os bares. A crise instala-se no seio das colectividades e desde a década de 1980 que se vêm obrigadas a fechar as salas por falta de público (1981, 1986, 1991, 1994, 2007).

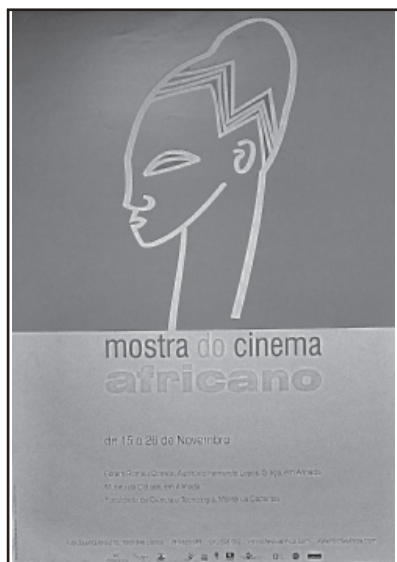
A última década é caracterizada por um fenómeno de concentração, contrariando a dispersão das décadas anteriores,

C. C. A. BOLETIM DE INSCRIÇÃO		CINE CLUBE DE ALMADA (EM ORGANIZAÇÃO)	
CORRESPONDÊNCIA DIVIDIDA A SUA CAPITAÇÃO LITRO, 16, 1.º - ALMADA			
BASES			
1	O CINE CLUBE DE ALMADA considera a sua acção como o prolongamento especializado da acção cultural das colectividades de recreio e cultura popular do Concelho, que dispõem de cinema privado. Por isso prevê-se uma quota mínima especial e exclusiva dos sócios de qualquer uma das referidas colectividades que pretendam ser também sócios do C. C. A.		
2	Considerando-se os interesses culturais e a importância da população de Almada, assim como o acréscimo de prestígio que lhe traria a criação de um cine clube; Considerando-se o seu carácter especializado; Considerando-se as vantagens que advêm para o seu funcionamento normal e a integração do C. C. A. no movimento cine-clube nacional, constitui-se o CINE CLUBE DE ALMADA com independência em relação às colectividades abrangidas na base 1.		
3	O CINE CLUBE DE ALMADA norteia a sua acção de acordo com a definição oficial da Federação Internacional dos Cine Clubes: «É considerado como Cine Clube toda a associação de fins não lucrativos tendo por objectivo principal a projecção de filmes em sessões privadas. Os Cine Clubes contribuem por todos os meios para o desenvolvimento de cultura, dos estudos históricos, da técnica e da arte cinematográfica; para o desenvolvimento das trocas culturais cinematográficas entre os povos e para o encorajamento do filme experimental».		
Comissão Organizadora			
<i>Agostinho Loureiro de Sousa</i> <i>Alexandrina Figueira</i> <i>António Silvestre Madeira</i> <i>António João Figueira Aires</i> <i>Arcanjo Laranjeira</i> <i>Eugénio Duarte Leitão</i> <i>Eurico Fonseca</i> <i>Fernando Lucas Martins</i> <i>Fernando Lacombe</i> <i>Fernando Barão</i> <i>Dr. Francisco Apuena</i> <i>Francisco Bastos</i> <i>Guilherme Ramos</i> <i>Dr. Hercules Pires</i> <i>Herlander João Faria Ferreira</i> <i>Julius Feio de Almeida</i>		<i>João Aires de Almeida</i> <i>João Manuel M. Aires</i> <i>João Mendes Figueira Jorge</i> <i>João Morgado</i> <i>Jorge Coelho da Silva</i> <i>Dr. Lindolfo Pilar</i> <i>Manuel Pedro Costa Ortão</i> <i>Maria Manuela Marques da Silva Costa</i> <i>Mário Augusto de Oliveira Orléans</i> <i>Mário Fernandes</i> <i>Miguel Constantino Lopes</i> <i>Orlando Azeite</i> <i>Dr. Renato Pereira</i> <i>Rui Henrique Pereira de Sousa</i> <i>Silvio Figueiredo Caras-Alves</i>	
9 de Dezembro de 1955			
N.º _____			
INSCRIÇÃO PROVISÓRIA DE CANDIDATO A ASSOCIADO			
Nome _____	Profissão _____		
Estado _____	Morada _____		
Localidade _____	Preende usar de regalia referida no n.º 1? _____		
De que colectividade é sócio? _____		Data ____/____/____	
Assinatura _____			
Nota de esclarecimento:			
Este boletim de inscrição poderá ser entregue nos seguintes locais: Nas bibliotecas; Sociedade Filarmónica Incrível Almadaense e da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadaense; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense; Clube de Campismo do Concelho de Almada; Cooperativa Piedense, Café Pérola (Cova da Piedade) e Café Cadeal e Lusitano, em Almada, ou pessoalmente a qualquer dos elementos que constituem a Comissão Organizadora. A quota mensal do C. C. A. não excederá o preço normal de um bilhete de qualquer dos cinemas locais. O número de sessões mensais será função do número de associados. Os espetáculos cinematográficos organizados pelo C. C. A. são exclusivamente destinados aos seus associados e aos quais lhes será garantido o direito de ingresso em todas as sessões.			

• Fig. 7: Bases do Cine Clube de Almada (em organização), com a constituição da Comissão Organizadora, Dezembro 1955. Doação de Hélio Quartín

protagonizado pelo Fórum de Almada e pelas 14 salas de cinema da Lusomundo. Apenas o Auditório Fernando Lopes-Graça, no Fórum Romeu Correia exhibe cinema num formato alternativo, com sessões semanais, com a parceria com a Associação Outros Olhares, com o Ciclo de Cinema Francês e com o Ciclo de Cinema Brasileiro.

Recentemente (Março 2012) são retomadas as exibições de cinema no antigo Centro Comercial O Pescador/Impala Cine, actualmente Auditório Costa da Caparica, através da Gandaia – Associação Cultural, sob a designação de Cineclub Impala Cine.



Notas

¹ Dados provisórios; as datas reportam-se às que já se encontram referenciadas documentalmentemente.

² As publicações periódicas podem ser consultadas na Biblioteca Nacional.

³ A pesquisa pode ser feita on-line em: www.m-almada.pt/bibliotecas
- Alves, Eduardo - **Recordações de um velho almadense: os primeiros animatógrafos que houve em Almada**, in *Jornal de Almada*, 22 Fevereiro 1980.

- Alves, Eduardo - **Os Animatógrafos em Almada**. Almada. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1984.

- Barão, Fernando - **O Clube Recreativo José Avelino: uma colectividade especial na história de Cacilhas**. Almada: SCALA, 2004.

- Barão, Fernando - O cinema na Incrível. In **Na viragem do milénio: 160 anos incríveis** / coord. e comp. Carlos Guilherme Sanches de Almeida e João da Cunha Dias. Almada: Incrível Almadense, 2010.

- Castanheira, Alexandre - **Contribuição para a história da criação do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro: 1936- 1939**. Laranjeiro: CIRL, 1989.

- Correia, Romeu - **Bonecos de Luz**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1973.

- Correia, Romeu - **Academia Almadense: Memória de 100 anos**. Almada: Academia Almadense. 1996.

- Matos, António - **Apontamentos para a história da SFUAP**. [dactilografado, não publicado]

- Bibliografia específica sobre a história do Cinema.

⁴ Acervos documentais ainda por pesquisar.

No caso da Cinemateca não foi encontrada qualquer informação relevante sobre o cinema em Almada.

⁵ Deverá ser consultado o jornal da Exposição “Memórias do Cinema em Almada” para mais referências.

⁶ Só em 1929 foi criada a Inspeção-Geral dos Espectáculos, sucessora da antiga Inspeção-Geral dos Teatros Nacionais, criada em 1836.

Educação Patrimonial em Almada

Elisabete Gonçalves

Introdução ao conceito de Educação Patrimonial

A educação patrimonial é uma ferramenta para a interpretação do Património e também um veículo para, através do Património, se desenvolverem experiências educativas em diversas áreas do saber e da arte.

No Brasil, na década de 1980¹, a educação patrimonial foi proposta como metodologia para promover a apropriação da memória colectiva pelas comunidades locais, sendo desde então largamente aplicada por escolas e museus daquele país. Em Portugal o conceito tem vindo a ser usado sobretudo numa perspectiva museológica, ao nível da comunicação com os públicos, principalmente com a comunidade educativa, estando presente habitualmente na definição da missão dos serviços educativos daquelas instituições.

A finalidade da educação patrimonial pode abarcar objetivos do âmbito social – a promoção da cidadania responsável, a integração dos indivíduos nas comunidades ou o fortalecimento de identidades culturais – mas na essência trata-se sempre da preservação da herança comum, ou seja, o Património local, nacional ou mundial. Daí a frequente utilização da máxima “conhecer para preservar” na definição desta metodologia.

Conhecer, na perspectiva metodológica da educação patrimonial, implica o contacto directo com o objecto de estudo, seja ele material ou imaterial, por exemplo, estruturas e espólio arqueológico, edifícios e outros imóveis, obras de arte e outros bens móveis, paisagens, tradições, artes, práticas sociais, e memórias. Através da observação e interrogação do objecto escolhido são produzidos registos que apoiam uma pesquisa posterior. Desta resultam dados que, depois de sistematizados, constituem um corpo de informação adequada à divulgação. Na prática, este enunciado metodológico aplica-se melhor num contexto de educação não formal do que no âmbito escolar.

O Centro de Arqueologia de Almada e a Educação Patrimonial

A realidade que aqui apresentamos constitui um exemplo de trabalho nesta área, desenvolvido por uma associação de defesa do Património, o Centro de Arqueologia de Almada (CAA). Criado em 1972 para o estudo da Arqueologia e Paleontologia, dedicou-se quase desde o início à divulgação do Património local.

Nos primeiros anos após a revolução de 1974 foi pintado na parede exterior da sede social da associação o lema “O Passado do Homem ao Serviço da Humanidade”, que evidenciava a determinação de aplicar o conhecimento histórico na educação social. Nesse sentido, promoveram-se exposições em equipa-



Fig. 1: “Agora eu era o Rei”.

mentos públicos, editaram-se folhetos temáticos e realizaram-se sessões nas escolas, onde se mostravam slides e espólio de várias épocas recolhido no concelho. Começou dessa forma a dar-se visibilidade à Pré-História e História dum território cujo passado era, até então, considerado muito pobre.

Almada Velha

Pode apontar-se como data para o arranque oficial do “departamento pedagógico” do CAA o ano de 1997, quando foi lançado o projecto “Almada Velha, uma Visita Guiada”, em parceria com a Câmara Municipal de Almada e dirigido a escolas do 1º ciclo do ensino básico. Trata-se de um percurso pelo núcleo histórico, no qual são explorados recursos educativos ao nível da toponímia, das construções e da paisagem. Como estratégias pedagógicas, além do registo escrito e desenhado, é usada a dramatização. Os participantes são caracterizados com adereços simples, nomeadamente chapéus, de forma a representarem personagens que lêem os seus papéis nos locais que lhes estão associados. Trata-se de educar o olhar para a observação de elementos com interesse histórico e arquitectónico. As figuras humanas que emergem nas ruas pela voz das crianças são marcos no percurso, que operam uma ligação viva de determinado facto a um local concreto, servindo dessa forma como experiência significativa de aprendizagem, ao mesmo tempo que atribuem aos sítios um valor imprevisito.

O percurso foi depois adaptado a crianças do ensino pré-escolar no projeto “Agora eu era o rei”, com recurso a situações de teatro de rua com a participação ativa das crianças.

Cova da Piedade

A descoberta dos indícios que apontam para o passado é uma via de interpretação do espaço com impacto considerável em zonas ligadas à história contemporânea. Na Cova da Piedade, território de relevo na história da industrialização portuguesa, é possível encontrar vestígios de todos os temas indicados nos programas escolares para o estudo do século XIX. Relacionando os elementos presentes no campo com a documentação escrita e fotográfica, foi possível elaborar um guião adaptado a alunos de vários graus de ensino - “Vamos Explorar a Cova da Piedade”.

O percurso tem início no jardim do Largo 5 de Outubro, junto ao coreto, no qual uma epígrafe recorda a batalha que em 1833 opôs liberais e absolutistas. Nesse local realiza-se um jogo que recria o confronto militar, usando dados gigantes e os par-

ticipantes como peças que avançam numa quadrícula marcada no chão. A estratégia inclui a atribuição de determinada força de combate e capacidade de movimento a cada um dos jogadores, de forma a representarem um dos contingentes militares presentes naquela batalha. O resultado esperado é a vitória dos liberais, o que nem sempre acontece. De qualquer forma, o jogo permite tirar conclusões acerca da guerra civil, a partir da diferença no número de elementos das equipas, que é proporcional aos efectivos em combate, e da motivação que cada um dos lados demonstrou, expressa no factor “força de combate”, um algarismo que se soma ao resultado dos dados em cada lançamento.

Para além da história militar, são explorados no percurso ao longo da Cova da Piedade, Romeira, Caramujo e Mutela, temas políticos e económico-sociais: o Palácio Gomes aponta



Fig. 2 : Batalha da Cova da Piedade

para a vivência da burguesia, em contraste com o operariado que habitava a Vila Maria da Conceição; os topónimos Francisco Ferrer e Manuel Fevereiro recordam os vultos ligados à difusão das novas ideologias oitocentistas; a rua Tenente Valadim narra um episódio da disputa colonial em África; o muro da maior fábrica de cortiça do concelho aponta para o investimento inglês no sector; o edifício da moagem do Caramujo recorda os avanços tecnológicos que caracterizaram a revolução industrial. Por outro lado, descobrem-se marcas de transformação da paisagem: na Mutela, o palácio do Armeiro Mor, antiga sede de morgadio rural; no Caramujo, o cais aterrado recorda a atividade ribeirinha que esteve na base da atração industrial; na Romeira, onde no início do século XX foram fotografadas lavadeiras, as antigas charcas deram lugar a um recinto desportivo; à porta das casas, as tábuas que protegiam das cheias recordam o passado recente; as paredes descascadas mostram materiais de construção tradicionais, como o adobe e o calcário conquífero, que é a marca geológica da região.

Enquanto actividade pedagógica, esta visita guiada ape-la à imaginação dos estudantes. Nas ruas desertas e armazéns abandonados circularam milhares de pessoas que contribuíram para o crescimento da cidade de Almada e as grandes mudanças nacionais. Aqui se cogitou a Implantação da República e o derube do Estado Novo. Embora as memórias não fiquem registadas no terreno, é mais fácil entendê-las se houver um suporte material que as consubstancie.

Cacilhas

De entre o conjunto de projectos de educação patrimonial com continuidade plurianual, distinguem-se dois tipos: aqueles que permitem um contacto directo com o Património e aqueles que o reportam à sala de aula. Ao projecto “Desafio em Cacilhas” foi dado um cariz misto, ou seja, a actividade proposta decorre na escola e no centro histórico da localidade: os espaços a descobrir na rua começam por ser vistos em fotografias antigas. Nesta primeira parte, às imagens projectadas são sobrepostas legendas que vão apontando motivos de interesse relacionados com os temas da origem do povoado, as actividades ribeirinhas, a indústria, os transportes, as grandes alterações do território, as tradições, as profissões e as figuras ilustres da história local. Na segunda parte percorrem-se as artérias e os largos realizando provas muito diversificadas, que passam por correr às cavalitas (recordando as burricadas), cantar o fado, contar os restaurantes, pedir informações turísticas e apresentar um telejornal, entre outras.

O percurso realizado desde 2002, no âmbito de protocolo com a Junta de Freguesia de Cacilhas, foi actualizado em 2010 para abranger o Farol, a Fragata D. Fernando II e Glória e o Metro de Superfície, três elementos entretanto instalados no Largo Alfredo Dinis. Na mesma ocasião a sessão realizada em sala ficou marcada pela introdução dos ateliês de reutilização na acção educativa do CAA. No primeiro ano os alunos executaram um farol e no segundo ano um moinho, usando latas, tampas, pacotes, rolos de papel... As famílias colaboraram na decoração personalizada dos objectos, que ficaram depois expostos publicamente na montra da Junta de Freguesia.

Pragal

No Pragal iniciou-se em 2004 um projecto de educação patrimonial apoiado pela respectiva Junta de Freguesia, que dá enfoque ao inventário do Património Construído levado a cabo pelo CAA alguns anos antes e tira partido do facto de ter sido no Pragal que Fernão Mendes Pinto escreveu “A Peregrinação”. Daí nasceu um percurso pelo centro histórico no qual se imagina ter como guia o próprio aventureiro, descido da sua estátua. Pelo caminho vai encontrando e entrando em diálogo com os seus antigos vizinhos, representados pelos participantes. Estes usam cartões com fotografias de pormenores dos elementos



Fig. 3: Peregrinação no Pragal.



• Fig. 4: “Costa da Caparica, do Pescador ao Turista”.

construtivos que representam: o Sr. Beiral, a D^a. Platibanda e a telha Palença, por exemplo. Outros estão associados ao ambiente rural e urbano da história local: o Hortelão na Calçadinha da Horta e o Operário na Cooperativa. Outros ainda, aos imóveis de destaque: o Armeiro Mor no portão da sua quinta; o Ermitão na Igreja; o casal Burguês à porta do seu prédio na Rua Direita. São muitos os motivos de interesse para os quais se chama a atenção nesta visita, a fim de promover uma interpretação abrangente do que nos rodeia. Para isso contribui a riqueza de situações presentes no espaço explorado, que inclui obras de arte pública mais antigas - o painel de azulejos de Nossa Senhora da Arrábida; e recentes - o mural “Evocação de Fernão Mendes Pinto”.

Costa da Caparica

A frente atlântica de Almada foi objecto de trabalho na segunda oficina de formação de professores “Percursos de Educação Patrimonial”, desenvolvida pelo CAA através do Centro de Formação Almada Tejo, em 2005. A essa oportunidade veio juntar-se outra, a promoção pelo Programa Polis da Costa da Caparica do projecto “Caça ao Tesouro”, que permitiu reunir conteúdos relativos aos Patrimónios geológico, ecológico, arqueológico, histórico e etnográfico da área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica e desta cidade. Com base nesse conjunto de informação produzida e organizada, foi concebida com o apoio da Junta de Freguesia uma sessão para as escolas do 1^o ciclo. A apresentação foi dividida em quatro partes: Mar, Terra, Pessoas e Actividades. As duas primeiras tratam do Património Natural e as duas últimas do Património Cultural. Previamente, uma introdução ao conceito de Património dá a conhecer as suas variantes de ordem pessoal, familiar e pública, mostrando neste campo alguns exemplos do âmbito nacional e mundial.

Em 2010, a partir de um desafio lançado pelo consórcio Dar à Costa, do Programa Escolhas, foi preparado um percurso para as crianças abrangidas por esse projeto de integração social, com o objectivo de dar a conhecer a história da cidade a partir dos vestígios do passado ainda visíveis. Foi criado o guião “Costa da Caparica, do Pescador ao Turista”, para um percurso no qual os participantes representam um grupo de visitantes à descoberta da cidade. Munidos do guião, começam por procurar o posto de informação, onde obtêm um mapa que os orienta primeiro para o Hotel Praia do Sol, o mais antigo da Costa, e daí para outros motivos de interesse: o Bairro Costa Pinto, a Igreja, o Saveiro, a Rua dos Pescadores, o local da Casa da Coroa, o Monumento à Arte Xávega, etc. Em cada local de paragem é

assinalado o mapa e composta a legenda. No final pode chegar-se à conclusão que a Costa tem um história de certa forma escondida no ambiente de veraneio, mais exposto ao olhar do visitante.

Caparica

Para divulgar o Património da Caparica, a Junta de Freguesia suportou a concepção de uma sessão pedagógica que conta a história local em imagens reais ou recriadas, desde as origens da ocupação humana, através da longa tradição de ruralidade e actividade ribeirinha,

das grandes e pequenas construções, das ruínas e dos últimos resquícios duma paisagem que até ao início do século XX se estendia a grande parte do concelho de Almada. O moinho, enquanto elemento significativo do Património da Caparica foi concebido em formato



• Fig. 5: Sessões na Caparica.

“kit de montagem” composto por objetos subtraídos ao lixo: lata de refrigerante, pacote de tetra-pack e rolas de cortiça. Os participantes, orientados pelo criador do modelo, fabricam cada um o seu objecto que resulta numa espécie de memorial.

Sessões temáticas

Outras sessões temáticas foram sendo preparadas com a finalidade de aproximar os conteúdos programáticos leccionados na escola à realidade local. São compostas por apresentação teórica, apoiada em projecção de imagens, e actividade lúdica. Os temas são a pré-história, a romanização, a ocupação árabe, as lutas liberais, a industrialização e a oposição democrática ao regime salazarista. À excepção do primeiro tema referido, que inclui manuseamento de materiais arqueológicos, o esquema das sessões é comum, variando o conteúdo das apresentações e as actividades lúdicas. Entre estas destacam-se o tiro ao alvo da “caçada pré-histórica”, o restauro de cerâmica “romana”, o jogo do “moinho”, a dramatização de um conflito laboral numa fábrica de cortiça do século XIX e o jogo “resistência e reacção”, que opõe grupos oposicionistas à polícia política do regime salazarista.



Fig. 6: Educação Patrimonial: disciplina extra-curricular.

Educação Patrimonial como disciplina extra-curricular

No ano lectivo 2004-2005 o CAA foi responsável por leccionar no Colégio Campo de Flores a actividade de complemento curricular Educação Patrimonial, destinada a alunos do 2º e 3º Ciclo e com periodicidade semanal. Foi possível aplicar a metodologia da educação patrimonial e verificar que para atingir os objectivos a que se propõe num contexto de ensino-aprendizagem, esta disciplina tem de sair da escola. Os regulamentos que condicionam a mobilidade aos alunos, embora legítimos por questões de segurança, impossibilitam o conhecimento e interpretação do meio.

Ações Pontuais

Para responder a situações concretas em que as escolas solicitam colaboração nos seus projetos, os técnicos de educação patrimonial procuram fazer a ligação da escola ao Meio descobrindo com os alunos os motivos de interesse presentes no espaço envolvente. Entre as várias participações do CAA nesse tipo de ações, salienta-se a que se realizou em 2011, ao abrigo do protocolo com a Junta de Freguesia do Feijó. O trabalho, designado “Descobertas no Feijó”, foi específico para um grupo pequeno, uma turma de currículo alternativo da Escola 2/3 da Alemença.

“Os Detectives da História” é um programa destinado a grandes grupos, que pretende dar a conhecer alguns momentos da história local a partir das descobertas da arqueologia. O local original é o Convento dos Capuchos, mas já foi adaptado ao Solar dos Zagallos. A novidade desta ação está num espetáculo de teatro que serve de ponto de partida para várias dinâmicas correlacionadas. Algumas das actividades que se fazem depois de ver a peça são formas de exploração dos espaços ajardinados.

Projetos de futuro

O mais recente empreendimento educativo do CAA só foi possível depois da mudança da sede para a Romeira – Cova da Piedade, onde passou a dispor de espaço exterior. Aí foi implementado um campo de simulação arqueológica que recria um sítio de época romana onde é possível experimentar as várias tarefas da arqueologia, desde a escavação e o laboratório até à apresentação de resultados.

Este espaço permite dinamizar novas ofertas formativas e recreativas. Também torna agora viável o acolhimento

de grandes grupos que circulam por várias actividades, entre as quais uma visita às próprias instalações e reservas arqueológicas.

Os projectos de educação patrimonial do CAA são dirigidos prioritariamente aos estudantes do concelho de Almada. Há algum interesse por parte de escolas de Lisboa em realizar vistas guiadas e acolher sessões temáticas, mas o público mais interessado é o local. Mesmo sem dados estatísticos que o comprovem, sabemos que parte das crianças que frequentam as escolas de Almada são de famílias com origens muito diversas, quer do território nacional, quer de outros países. A Educação Patrimonial contribui para a integração das novas gerações neste território, partilhando referências que lhes permitam reconhecer como seus alguns valores da cultura local, a par dos que adquirem a nível familiar.

Nº de Participantes :

Anos	Nº alunos
2006	1408
2007	1005
2008	941
2009	2142
2010	889
2011	2625
2012*	2058

* Até 14 de Novembro de 2012

Ao longo dos últimos sete anos participaram nas ações de Educação patrimonial do CAA mais de 10 000 crianças e jovens. Se contabilizássemos desde 1997 o número atingiria o dobro.



Fig. 7: Campo de Simulação Arqueológica.

Conclusão

A Educação não tem resultados quantificáveis, nem reconhecíveis a curto prazo. No entanto, temos notado a nível local um desenvolvimento da sensibilidade para as questões do Património enquanto herança cultural identitária, por parte dos representantes políticos, dos professores e da população em geral.

O conhecimento do passado e a identificação dos seus vestígios ajudam as pessoas a criar referências de valorização e ligação ao território onde vivem. A cultura é a melhor “marca” que uma comunidade pode apresentar como sua.

Notas

¹ O *Guia Básico de Educação Patrimonial* foi publicado em 1999 por Maria de Lurdes Parreiras Horta, museóloga brasileira.

Ficha do Encontro:

Organização:

Centro de Arqueologia de Almada

Comissão Executiva:

Elisabete Gonçalves

Francisco Silva

Rui Caetano

Vanessa Dias

Comissão Científica:

Elisabete Gonçalves

Francisco Silva

Vanessa Dias

Apoios:

Câmara Municipal de Almada

Câmara Municipal do Seixal

Junta de Freguesia do Feijó

Junta de Freguesia da Sobreda

Junta de Freguesia de Caparica

Junta de Freguesia da Charneca de Caparica

Junta de Freguesia da Trafaria

Junta de Freguesia da Costa de Caparica

Turismo de Lisboa e Vale do Tejo

Pastelaria Meltejo : Pastéis Al-Madan

Oradores:

Luís Barros

Maria nês Raimundo

Vanessa Dias

Rui M. Mendes

Victor Reis

Carlos Barradas Leal

Francisco Silva

Rui Caetano

Elisabete Curtinhal

Luís Milheiro

Joana Dias

Ângela Luzia

Ester Margarida Nunes

Elisabete Gonçalves

Uma Edição:



Com o apoio:

